

MESTRADO

MULTIMÉDIA - ESPECIALIZAÇÃO EM CULTURA E ARTES

Cenas de Resistência: uma cartografia de mobilizações sociais (2018-2019)

Felipe Xavier Martins de Lima

M

2020

FACULDADES PARTICIPANTES:

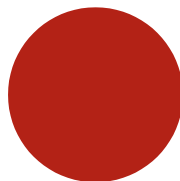
FACULDADE DE ENGENHARIA

FACULDADE DE BELAS ARTES

FACULDADE DE CIÊNCIAS

FACULDADE DE ECONOMIA

FACULDADE DE LETRAS



© Felipe Xavier Martins de Lima, 2020

Cenas de Resistência: uma cartografia de mobilizações sociais (2018-2019)

Felipe Xavier Martins de Lima

Mestrado em Multimédia da Universidade do Porto

Aprovado em provas públicas pelo Júri:

Presidente: Bruno Sérgio Gonçalves Giesteira (Professor Doutor)

Vogal Externo: Paula Maria Guerra Tavares (Professora Doutora)

Orientador: Tiago Barbedo Assis (Professor Doutor)

Resumo

Esta pesquisa cartografa três mobilizações sociais ocorridas entre os meses de Março de 2018 e Maio de 2019 na esfera pública brasileira: (I) Atos por Marielle; (II) Movimento #EleNão; (III) Movimento 15M. Identifica-se, neste período, a ascensão de uma onda política conservadora ao maior cargo do Poder Executivo do país. Verifica-se, em igual medida, a formação de um corpo heterogêneo de resistências ao avanço de projetos com vieses conservadores, autoritários e reacionários em territórios locais e globais. De modo a reter as intensidades no relacionamento de um conjunto de objetos que perpassam categorias como estética, sujeito e política, buscou-se, nesta pesquisa, referências nos conceitos de cartografia, dispositivo, poder, resistência e dissenso provenientes de um diálogo indireto entre os pensamentos de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Jacques Rancière. Nessa perspectiva, foram produzidas análises pormenorizadas de três momentos de articulação de resistências ao poder constituído. Discute-se, ao final, em que medida estas atuações produziram ou não dissenso na sociedade em questão.

Palavras-chave: dispositivo – cartografia – resistência – dissenso – mobilizações sociais

Abstract

This research maps three social mobilizations that occurred between March 2018 and May 2019 in the Brazilian public sphere: (I) Atos por Marielle; (II) Movimento #EleNão; (III) Movimento 15M. In this period, it is possible to identify the rise of the conservative political wave to the higher post of the executive power in the country. Equally, there is a formation of a heterogeneous body of resistance to the advancement of conservative, authoritarian and reactionary projects in local and global territories. In order to retain the intensities in the relationship of a set of objects that permeate categories such as aesthetics, subject and politics, we referenced, in this research, the concepts of cartography, dispositif, power, resistance and dissensus from an indirect dialogue between the thoughts of Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Giorgio Agamben, Achille Mbembe and Jacques Rancière. From this perspective, detailed analysis of three moments of resistance to the constituted power are produced. Finally, we discuss to what extent these actions produced dissent or not in this specific society.

Keywords: dispositif – cartography – resistance – dissensus – social mobilizations

Agradecimentos

À minha querida família, que sempre me apoiou em minha trajetória. Aos meus pais Cinthia e Oscar, pelo amor e suporte incondicionais. Aos meus irmãos Gabriela e Raphael que, mesmo à distância, continuam presentes. À minha cunhada Rafaela e, especialmente, à querida Sophia, alegria eterna do dindo. Ao primo e irmão Rodrigo, pelas leituras e sugestões. À minha vó Silvia, que com todo o carinho participou em momento decisivo de minha mudança a Portugal. À Melzinha, que não pude me despedir e já sinto muitas saudades.

Ao meu orientador Tiago Assis pelo aprendizado, parceria e apoio – desde o acolhimento em aula na Faculdade de Belas-Artes até o momento final desta produção. Pelas indicações e críticas precisas, tão valiosas em cada etapa percorrida.

Aos professores Rui Penha, Matthew Davies, Diniz Ribeiro e Bernardo Pinto de Almeida por me receberem vivamente em suas aulas. Cada qual, à sua maneira, colaborou na gênese das ideias aqui debatidas.

Ao programa de Mestrado em Multimédia da Universidade do Porto pelo trajeto de conhecimento propiciado. Aos professores e funcionários do DEI-FEUP pela cordial convivência acadêmica. Aos professores Bruno Giesteira e Pedro Cardoso pelas indicações e diálogos estabelecidos durante as etapas de pesquisa. À Comissão Científica do programa pelo assentimento ao pedido excepcional de prolongamento das datas de entrega dessa dissertação. Ao professor Rui Rodrigues e a Marisa Silva, em especial, pelo cuidado e atenção conferidos à solução de questões que envolveram a minha vida de estudante imigrante.

Às amizades e parcerias criadas durante este percurso – pela vivência acadêmica, debates, trabalhos e projetos desenvolvidos em conjunto: Ana Rita Costa, Diogo Amaral, Rita Ramos, Adeline Daniele, Guilherme Gaspar, Jessica Nunes, Marcelo Valle, Sabrina Fernandes, Ana Casimiro e Rui Cardoso.

Aos amigos do InterStruct Collective que, de forma particular, se fizeram presentes através de gestos de amizade, entusiasmo e colaboração – Vijay Patel, Sebastian Ioan, Desirée Desmarattes e Arthur Silveira.

À Isabel Stein, parceira afetiva e intelectual vital em toda essa jornada. Pelas imensas ideias, críticas e revisões – aconselhamentos, debates e sugestões. Pela intensidade criativa e original tão necessária aos piores e melhores momentos de pesquisa.

El gran juego

Entiendo ya algunas figuras
pero no sé que es la baraja,
qué anverso tiene esa medalla
cuyo reverso me dibuja.

Julio Cortázar

Besta fera

A ignorância dos homens destas eras
Sisudos faz ser uns, outros prudentes,
Que a mudez canoniza bestas feras.

Jards Macalé / Gregório de Matos

Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

2.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto

Sumário

Introdução.....	16
1. Bases Teórico-Metodológicas.....	26
1.1 O Mapeamento de Multiplicidades: Dispositivos e suas Cartografias.....	27
1.2 Resistências nas Relações de Poder: Entre a Biopolítica e a Necropolítica.....	35
1.3 À Espreita de Redistribuições Sensíveis: Cenas de Dissenso e Subjetivação Política.....	51
2. Teias de Relações no Processo dos Conflitos	56
2.1 De Bouazizi ao Tensionamento Pós Jornadas de Junho.....	56
2.2 O Período 2018-2019: Atos por Marielle Movimento #EleNão Movimento 15M	67
3. Uma Topografia Intersubjetiva	83
3.1 As placas ocupam tudo	84
3.2 Os agentes dos regimes do medo.....	85
3.3 A fórmula da ocupação.....	90
Considerações Finais.....	105
Bibliografia	108

Abreviaturas e Símbolos

APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATL	Acampamento Terra Livre
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DRY	¡Democracia Real Ya!
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
ESP	Escola Sem Partido
FIFA	Federação Internacional de Futebol
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transexuais/ Transgêneros, Intersexuais, e outros
MEC	Ministério da Educação
MPL	Movimento Passe Livre
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
OWS	Ocuppy Wall Street
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal do Brasil
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
THE	Times Higher Education
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UnB	Universidade de Brasília

Introdução

O ato de resistência possui duas faces. Ele é humano e também um ato artístico. Somente o ato de resistência resiste à morte, seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta dos homens.

–Gilles Deleuze, *O que é o ato de criação?*

Todas as desilusões da história de nada valem: é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não tem a forma da evolução, mas justamente a da “história”.

–Michel Foucault, *É inútil revoltar-se?*

Contanto que aprendamos cada vez melhor precisamente isso, a cultivar história em função dos fins da vida!

–Friedrich Nietzsche, *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*

Esta pesquisa nasce a partir de deslocamentos pessoais a outros territórios. Sendo mais preciso: a partir da desterritorialização e territorialização em diferentes campos do viver, pensar e sentir. A mudança a outro país, a busca por outras perspectivas de conhecimento, o choque das novas relações consigo e outrem. Por entre estes movimentos – a irremissível contingência! Não é por menos que a trajetória de sua produção tenha percorrido um caminho rizomático, com rumos não lineares, fragmentações, intensidades e impasses que a levaram a campos imprevistos em sua gênese. Se é possível dizer que o processo de sua realização tenha um fio condutor, este fio é o próprio impulso ao deslocamento. Nesta atividade, foi preciso encontrar e reencontrar aliados. O gesto de mudança me convidou a oscilar por entre o passado e o futuro. Logo, emergiu uma decisiva questão: como proceder? Certa vez, um poeta do século XX disse que a tradição está no porvir. Me parece que tenha sido algo similar a modulação que efetuei durante este período. Um

movimento sincrônico. Uma busca por me esquivar de procedimentos estanques e apontar a outros – efêmeros, ativos, mutáveis. Afinal, nós criamos as nossas tradições, não o contrário... Essa busca me levou a espreitar certos campos temáticos e teóricos – estes campos me aproximaram de certos embates – estes embates lançaram-se novamente nos confrontos do presente. Em face disso, não deixa de ser simbólico que, entre tensões e distensões criativas, este texto tenha encontrado seu ponto de inflexão justamente na realização de uma fala compartilhada com o professor Tiago Assis no seminário *COMbART: Arte, ativismo e cidadania*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Identifico, ali, um momento de encontros bem-aventurados. Havia muitos desterritorializados na busca por territorializações. E, claro, territorializados buscando suas respectivas desterritorializações. As pessoas e suas pesquisas, cada qual em sua própria singularidade, demonstravam um atravessamento por inquietações do contemporâneo. Congregaram-se lutas, ocupações e indignações! Reivindicações, desalento e inventividades. Empenhos, angústias e esperanças. As pessoas estavam mobilizadas, no melhor sentido da palavra. Este afeto interligava diferentes visões, corpos e mentes. Ressoavam-se experiências de alteridade radicais. Percebi que era sobre isso que eu estava pesquisando. Pouco importava se no Porto, Portugal, Europa ou no Brasil. O interessante era identificar pessoas afetadas por um impulso ao movimento – uma intensa multidão composta por singularidades, cada qual em seu particular, relacionado, deslocamento. Aquilo me remetia a meados de 2013, mas em outro cenário, com outros personagens. Não havia os ônibus, vidraças e corpos em choque; tampouco a violência e brutalidade físicas e simbólicas. Apesar disso, o imaginário de lutas permanecia similar, era latente. Parecia, até mesmo, intensificado. Algo de subterrâneo interligava cada um destes pontos – havia sobrevivências... Tudo pode ter sido apenas uma intuição equivocada, é claro. Se for este o caso, como proceder com a hipótese de que os recentes acontecimentos deixaram marcas na atual geração? Especialmente no Brasil, em que as linhas traçadas por aquelas jornadas seguem em direção a um tensionamento cada vez maior. Terá sido apenas uma simples impressão? Era o que eu me indagava –

O fato é que atravessamos um momento de grandes conflitos sociais, econômicos e políticos. A todo o momento, somos acometidos por uma quantidade exorbitante de informações: notícias, imagens e discursos oriundos dos mais variados cantos do globo sobrepõem-se incansavelmente. Vivemos na época da proliferação das redes.¹ Somos, assim, convocados a debater e participar, expor as nossas vidas, impressões e opiniões. A lógica glocal mantém antagonismos próximos e distantes interligados sob a mesma égide. Como se sabe, a mídia de massas, que cumpriu fulcral papel na constituição das sociedades e estados modernos, se fragmenta através de novos meios de comunicação, articulados em plataformas e dispositivos digitais. Neles, nossa atenção é capturada e modulada incessantemente por sistemas e algoritmos opacos que se expandem e se retificam em vias de lucro. Simultaneamente a isso, novas formas de pensar, produzir e se relacionar preenchem

¹ Utilizaremos o termo *rede* em sentido similar ao descrito por Pierre Lévy (1999) na obra *Cibercultura*: “o termo específica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (p. 17).

cargos e plataformas imprescindíveis ao capitalismo pós-fordista. Vivemos em uma sociedade que opera, em grande medida, através de uma biopolítica, como exposto por Michel Foucault (2008c). Variadas dimensões de vigilância, disciplina e controle são aplicadas de maneira a intervir, normalizar e produzir sujeitos e conhecimentos. Em meio a dinâmicas de globalização, multiculturalismo e integração econômica, a política desponta como o centro das atenções. Estamos num período de confronto entre potências e blocos econômicos, de emergência e intensificação de grandes fluxos migratórios. À medida que estes processos se fortalecem, a ressurgência de nacionalismos, regionalismos e toda a sorte de ódio à diferença ultrapassam as esferas da mera aparência. Despontam, mais uma vez, como relevantes atores. Em absoluta sincronia, como bem elaborado por Achille Mbembe (2016, 2017), o neoliberalismo catalisa o devir-negro do mundo, onde a necropolítica se expande e substitui, pouco a pouco, a biopolítica em zonas estratégicas da sociedade como forma de subjugar a vida ao poder da morte. Em meio a estas tensões, formam-se novas articulações entre indivíduos, grupos e movimentos sociais. Discurso, estética e relações de poder se emaranham em dispositivos contemporâneos. Multidões tomam as ruas e as redes. Arte e ativismo sobrepõem-se e se configuram como práticas de resistência. Os agenciamentos, incessantemente presentes, se deslocam na manutenção de funcionalidades e produtividades. Haveria melhor oportunidade para espreitar o dissenso (Rancière, 1996, 2010) do que o presente momento?

As mobilizações abordadas nesta pesquisa emergem na esteira de mobilizações sociais globais contemporâneas. Analistas afirmam que, nos últimos anos da primeira década do século XXI, especialmente após a crise econômico-financeira de 2008, mudanças basilares estariam em curso nas características dos movimentos sociais. Essas diferenças são perceptíveis na onda de mobilizações que emergiu no Oriente Médio e continua a se propagar pela Europa, América do Norte e América Latina através de ocupações de redes, praças, parques, ruas e instituições. Dessa forma, iniciamos o traçado da cartografia aqui elaborada nos primeiros sinais de formação da Primavera Árabe, identificada por Manuel Castells (2013) como o evento catalisador da recente onda de levantes que eclodiu em diversas partes do mundo. Segundo Maria da Glória Gohn (2013), as explicações para a escalada global de eventos encontram nas políticas socioeconômicas do capitalismo globalizado, que desequilibra regiões e intensifica o aumento das desigualdades sociais, um de seus principais fatores. Neste contexto, a precarização das condições de trabalho e da vida torna-se um importante vetor de indignação e sensibilização. Despontam, assim, como importante ator, a figura do *precariado*, identificado como o novo proletário de uma sociedade em que há o imperativo da desigualdade social e econômica, a perda de direitos políticos e sociais, e intensificação do trabalho no setor informal e terceirizado (Alves, 2012). É nesse sentido que Slavoj Žižek (2012) afirma que o sistema capitalista teria reaparecido como o fator de convergência para as lutas de resistência contemporâneas. Na mesma via, Alain Badiou (2012) indica que as atuações destes levantes globais, ao passo que revelam um questionamento às agendas econômicas transnacionais impostas pelo mercado, demonstram um renovado entusiasmo por rupturas ao redor do mundo. Marlies Glasius e Geoffrey Pleyers (2013) apontam

que, dentre as concepções fundamentais às demandas e identidades destes movimentos estão a democracia, a justiça social e a dignidade. Ademais, como destaca Pleyers (2010), para além do questionamento de fundo econômico, os participantes dos movimentos contemporâneos lutam, em grande medida, para defender sua subjetividade, criatividade e experiência de vida. Cabe ainda destacar o papel preponderante que as redes passam a ocupar na organização, atuação e divulgação destas mobilizações, como bem demonstrado por Manuel Castells (2013). Unindo estes elementos ao fato destas mobilizações operarem, segundo Donatella della Porta e Sidney Tarrow (2004), através de processos de difusão, internalização e externalização de elos transnacionais, optamos, por cartografar, além da Primavera Árabe, outras mobilizações sociais globais que também ocuparam as ruas e as redes – identificadas aqui como Geração à Rasca (Portugal), Movimento 15-M (Espanha) e Occupy Wall Street (Estados Unidos da América).

A irradiação de levantes iniciados na Tunísia não tardaria a chegar ao Brasil. Diversos analistas identificam o ano de 2013 como desencadeador de um novo ciclo de lutas e protestos na cena sócio-político-cultural do país. De forma estrita, as Jornadas de Junho surgem como o principal catalisador de um processo que fundou novas coletividades e formas de ação – em correntes e contracorrentes ideológicas (Vainer, 2013). Segundo Eugênio Bucci (2016), as mobilizações ocorridas naquele período romperam as fronteiras da linguagem política para se afigurarem como acontecimentos culturais. Gohn (2018), de forma semelhante, afirma que estes acontecimentos formaram um processo histórico-cultural que ampliou a democracia brasileira, abrigando novos movimentos e grupos com repertórios tanto conservadores quanto liberais. Ivana Bentes (2015) identifica neste período uma eclosão de novas linguagens, discursos e atores que se apropriaram das redes para conectar corpos e territórios nos grandes centros urbanos do país. Para Michael Hardt (2014), a multidão que emergiu no Brasil exigiria uma “democracia real”. Na sua visão, as “capacidades produtivas da multidão” e o “desejo generalizado de fazer o espaço metropolitano comum” dariam sustentação a estas revoltas. Para Castells (2013), as mobilizações ocorridas no Brasil formaram um dos mais significativos movimentos sociais em rede do período. No seu ponto de vista, a consciência e autonomia comunicativa teriam colaborado na produção de um multifacetado movimento que, aos poucos, se fragmentou de forma difusa na crítica à ordem política do país. Nesta via, Lilia Schwarcz (2019) destaca que, além de acomodarem novas demandas, as manifestações de 2013 estruturaram uma arena de ressentimentos que abriu espaço a práticas deliberadas de intolerância, ódio e polarização, desencadeando, assim, composições políticas que levariam ao *impeachment* de Dilma Rousseff, à consolidação do governo de Michel Temer e à eleição de Jair Bolsonaro.

De fato, após a eclosão de movimentos sociais que entraram em cena no contexto da crise econômico-financeira de 2008, uma onda reacionária, conservadora e de extrema direita tem se consolidado e espalhado em diversos cantos do globo. Boaventura de Sousa Santos (2019) identifica esta virada sócio-político-cultural como um *ciclo reacionário* que sucede um *ciclo progressista* em locais como Europa, Estados Unidos, Rússia, Índia e América Latina. No processo de globalização capitalista neoliberal, as relações que se estabelecem entre políticas a

níveis locais e globais, aliadas a uma intensa interlocução cultural, produz e reproduz, segundo Michael Löwy (2015), pânicos de identidade (*identity panics*) que despertam, em determinados grupos sociais, a procura obsessiva por fontes e raízes culturais, levando-os ao chauvinismo, xenofobia, generofobia e racismo. Ampliando os debates, há autores que recuperam o termo norte-americano *nova direita* para a compreensão do fenômeno em contexto brasileiro. Nesta via, a nova direita é identificada, usualmente, na união entre neoconservadores e neoliberais (Lima; Hypolito, 2019), ainda que entre os dois grupos existam diferenças: enquanto os neoliberais reivindicam, mais especificamente, um Estado mínimo, os neoconservadores possuem, mais enfaticamente, pautas de caráter moral (Moll, 2015).² Com origens nos anos 1960 como resposta aos movimentos de contracultura e da nova esquerda norte-americana, o neoconservadorismo começa a ganhar força no Brasil apenas no período de redemocratização, sobretudo nos anos 1990, quando forças políticas comprometidas com o conservadorismo passam a ocupar espaços de poder. Neste cenário, a reemergência da extrema-direita brasileira apresenta-se como uma confluência de múltiplos vetores, dos quais Luis Felipe Miguel (2018) destaca: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo. De modo geral, estas vertentes trabalham na contramão de um estado de bem-estar social e, de forma específica no caso do Brasil, na “demolição da noção de solidariedade social” (O reenquadramento do debate, para 10).

De suma importância para esta pesquisa, é a compreensão do papel de relevo que novas formas coletivas de organização e ação, como grupos e coletivos de arte e ativismo, vêm ocupando nas mobilizações sociais do presente. De acordo com Gohn (2018), os levantes que emergem no Brasil desde os idos de 2013 cedem espaço a formas de atuação que ultrapassam a categoria de movimento social. A pesquisadora indica que as identidades contemporâneas, em especial as jovens, têm, cada vez mais, se organizado em coletivos de maneira a superar a estrutura engessada e centralizadora dos movimentos tradicionais. Os coletivos apontam para formações horizontais, fragmentadas e fluídas, tendo como um de seus princípios básicos a autonomia dos participantes. Os membros dos coletivos comumente se autodenominam como ativistas, e não militantes; buscam experimentações que se efetivam em formas tópicas ou permanentes, fracionadas ou articuladas. Sob a perspectiva do campo da arte, a prática de coletivização tem origens na primeira metade do século XX, através de movimentos como o surrealismo, o futurismo e o dadaísmo. De

² De acordo com Maria Lúcia Barroco (2015), para enfrentar as tensões sociais resultantes da ofensiva neoliberal na conjuntura da crise mundial desencadeada pelo capitalismo nos anos 1970, o conservadorismo se reinventou e passou a incorporar princípios econômicos do neoliberalismo ao seu modo particular de compreensão da realidade. A partir deste momento, o neoconservadorismo começa a se apresentar como uma influente forma de apologia da ordem capitalista ao combater o estado social e os direitos sociais, e, concomitantemente, ambicionar uma sociedade sem restrições de mercado. Neste entendimento, a função destacada ao Estado passa a ser a coerção e repressão violenta das formas de contestação da ordem social e dos valores tradicionais (p. 624). Segundo a pesquisadora, as origens da cristalização do movimento neoconservador norte-americano – um dos agrupamentos chave para a compreensão do movimento na atualidade – podem ser traçadas a partir da produção intelectual ocorrida no pós-guerra através de nomes como Irving Kristol, Daniel Bell, Russell Kirk. Na década de 1960, o neoconservadorismo se opôs à contracultura e aos movimentos dos direitos civis. O movimento ganhou força no ambiente de implementação das políticas neoliberais a partir do governo de Ronald Regan, sustentando-se, em grande medida, através da defesa do neoliberalismo, do militarismo e de valores tradicionais familiares e religiosos.

acordo com Blake Stimson e Gregory Sholette (2007), essa formação reemerge nos últimos tempos como um “half-materialized specter in denial of its own past” (2007, p. 15), uma vez que o coletivismo aos moldes modernistas teria perdido sentido após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Na mesma via, Peter Weibel (2014) aponta para características no campo artístico que vêm sendo transformadas desde os anos de 1950, como, por exemplo, a intensificação da ideia de interatividade e de uma maior permeabilidade entre campos estéticos e não estéticos. Nessa medida, o campo de ação teria substituído o objeto, gerando, com isso, uma ampliação no quadro de atores. Segundo Weibel, as novas práticas transbordaram os espaços e instituições do meio artístico para se espalharem nos mais diversos campos sociais, alargando, assim, as bases dos protestos no contemporâneo. Conforme defende Alan W. Moore (2007), as obras e intervenções dos coletivos caminham para a criação fora do paradigma da produção autoral individual. Moore indica, ainda, que os coletivos artísticos engajados possuem antes o interesse por mudanças na sociedade do que pela fabricação de objetos. Sua estratégia consistiria na promoção de diferenciadas situações, conjunturas e compreensões através da prática social da arte. Segundo o autor, os novos modos de organização coletivas se apresentam como uma potente plataforma de ação, especialmente em questões que envolvem o trabalho em problemas sociais complexos e localizados. Por esse ângulo, Gohn (2018) sugere que os coletivos “não apenas decodificam como também codificam os problemas e conflitos a partir de temáticas em torno das quais eles se articulam e criam narrativas e respeito” (A Identidade dos Sujeitos Coletivos nas Ruas, para. 10). No âmbito das mobilizações sociais, os atores envolvidos articulam-se diretamente com os coletivos e suas produções estéticas como forma de cristalizar e potencializar um discurso engajado. A pesquisadora afirma ainda que, através de sua produção, os coletivos “ajudam a criar uma memória e a construção de um imaginário sobre o tema, criam códigos linguísticos, que estabelecem uma gramática, e símbolos que passam a ser compartilhados” (A Identidade dos Sujeitos Coletivos nas Ruas, para. 10).

O atual momento de convergência entre política e criação estética nas formas de ação coletiva remetem frequentemente ao termo *artivismo*, *portmanteau* resultante de morfemas de *arte* e *ativismo*. A expressão possui origens no contexto de mobilizações sociais e produções artísticas do final do século XX que, no confronto às agendas pró-globalização e pró-guerra, passaram a se apropriar diretamente de práticas e meios artísticos na potencialização de intervenções ativistas. Nos meios acadêmicos, o termo ganhou tração através das pesquisas de Chela Sandoval e Guisela Latorre (2008) sobre a atividade de artistas Chicanos, e dos estudos de Tatiana Bazzichelli (2008) em uma investigação voltada à sociedade italiana e suas novas configurações comunicacionais e estéticas, observadas a partir da década de 1980. No campo da Cultura Visual, segundo W. J. T. Mitchell e Mark B. N. Hansen (2010), numerosos estudos sobre mídias digitais apontam uma transição pungente nas relações de identidade e subjetividade humanas. Esta mudança pode ser constatada na análise da integração cada vez maior da vida cotidiana e das esferas midiáticas; das mudanças nas relações entre o público e o privado ou entre indivíduo e comunidade; do alcance global da mídia popular e das formas culturais; das

reivindicações por experimentação ou jogo com identidade em meios digitais; ou da crescente intimidade ou hibridação entre o humano e o tecnológico. De forma a captar e debater estas visualidades em emergência, o termo *ativismo visual* começa a ser utilizado por pesquisadores da Cultura Visual. O *Journal of Visual Culture*, publicado em Abril de 2016, se propôs justamente a discussão acerca das complexas relações entre culturas visuais, práticas artísticas e novas estratégias de ativismo. Nele, Julia Bryan-Wilson, Jennifer González, & Dominic Willsdon (2016) atentam para o fato de que o emprego do termo *ativismo* neste conceito ocorre não exatamente pelo significado de “campanha ativa ou vigorosa”, mas como prática posicional e como abandono explícito de neutralidade. Dessa forma, seria possível identificar práticas de *ativismo visual* com visões políticas tanto libertárias quanto conservadoras. Nicholas Mirzoeff (2015) argumenta que em tempos anteriores as análises produzidas no campo da Cultura Visual direcionavam-se às formas de representação na arte, cinema e mídias de massa; e que atualmente é possível utilizar seus conceitos como ferramentas de geração de novas perspectivas na produção de autoimagens, assim como novas formas de ver e ser visto. O autor aponta que nas produções de *ativismo visual* “there is an alternative visual vocabulary emerging. It is collective and collaborative, containing archiving, networking, researching, and mapping among other tools, all in the service of a vision of making change” (Afterword: Visual Activism, para. 14). Para além das tipologias e categorizações, o que nos desperta o interesse, nesta pesquisa, é, a partir da compreensão de que estes fenômenos não possuem estruturas estáticas e estão em constante processo de transformação, observar as mudanças nas formas de agência da cultura e da arte e suas sobreposições com ações socialmente motivadas, operadas fora de instituições, especialmente no âmbito de mobilizações sociais, através de um diálogo que se estabelece entre coletivismo, estética e política.

Em meio a todo esse contexto, as ruas e as redes continuam a ser ocupadas por multidões indignadas em diversas partes do globo. Focos de resistência insurgem-se em articulações nos âmbitos micro e macropolíticos. Como exposto anteriormente, estes processos perduram através de táticas de confronto e produção estética mobilizadoras: arte e ativismo, imagem, retórica e ação modulam a formação de pensamentos e práticas diferenciadas. Entre correntes e contracorrentes ideológicas, certa pergunta paira no ar: como identificar, em meio às lutas que emergem no cenário sócio-político-cultural global, processos que resistam aos poderes constituídos? De forma estrita – quais práticas, estéticas e linguagens adotadas estrategicamente pelos sujeitos em ação seriam capazes de confrontar o estado das coisas?

Tendo isso em mente, esta pesquisa selecionou três mobilizações sociais que estabeleceram, de forma singular, resistências nas esferas de atuação brasileiras. São elas, respectivamente: (I) Atos por Marielle, ações que ocorreram após o assassinato a tiros da ativista e vereadora Marielle Franco, e do motorista Anderson Gomes; (II) Movimento #EleNão, uma série de manifestações de repúdio ao então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro; (III) Movimento 15M³,

³ Identificamos como Movimento 15M as manifestações com origens em debates sobre a conjuntura política brasileira ocorridas no dia 15 de Maio de 2019. Apesar da evidente referência ao movimento 15-M espanhol, ocorrido em

um conjunto de manifestações de recusa aos cortes orçamentários na área da educação anunciados pelo governo Bolsonaro. Suas escolhas devem-se a um fator: foram mobilizações que, através da atuação coletiva da multidão (Hardt & Negri, 2000, 2004)⁴, erigiram-se como expressão de resistência ao avanço de projetos com vieses conservadores, autoritários e reacionários articulados em territórios locais e globais. Desse modo, ainda que não possuam uma unidade essencial, as mobilizações aqui incluídas formam um conjunto heterogêneo que se conecta em pontos estratégicos, especialmente em relação aos temas, pautas e práticas, que subsistem imbricadas uma nas outras. A rigor, estes eventos estão localizados entre os meses que vão de Março de 2018 a Maio de 2019. A delimitação neste período deve-se, sobretudo, à identificação de uma transição significativa na conjuntura política brasileira: a ascensão da onda política conservadora e reacionária ao cargo mais alto do Poder Executivo do país. Assim, para efeitos de análise, foram escolhidas mobilizações que se desenvolveram antes, durante e logo em seguida a este momento chave – nomeadamente, a eleição presidencial no Brasil em 2018.

De modo a reter as intensidades no relacionamento de um conjunto de objetos que perpassam categorias como estética, sujeito e política, buscamos, nesta pesquisa, referências nos conceitos de cartografia, dispositivo, poder, resistência e dissenso provenientes de um diálogo indireto entre os pensamentos de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Giorgio Agamben, Achille Mbembe, e Jacques Rancière. Propõe-se, assim, a análise das mobilizações selecionadas mediante a sobreposição de duas bases teórico-metodológicas: (I) a cartografia, que vai de encontro às relações de poder estabelecidas pelos atores em jogo – que investiga, a rigor, as lutas estratégicas instituídas em dispositivos (composições de poder-saber-subjetividade); (II) e as cenas de dissenso, que espreeita as descontinuidades sensíveis que permitem a determinados indivíduos, grupos e comunidades que não eram consideradas como interlocutoras em um dado contexto passem a reivindicar espaços na composição e formulação de um novo projeto de sociedade. Com o intuito de se estabelecer associações entre atores humanos e não-humanos, a cartografia aqui traçada percorreu linhas em redes digitais e não-digitais; ou seja, em percursos que se formaram entre atores que dialogaram tanto na Internet quanto fora dela. Em razão das mobilizações e acontecimentos que as circundam serem ainda muito recentes no momento em que este texto é redigido, as fontes de pesquisa, apesar de abundantes nas redes, ainda são muito escassas em publicações acadêmicas. Assim, a rigor, o material semiótico produzido nas mobilizações sociais

Maio de 2011, os casos não devem ser confundidos. Debateremos brevemente suas ligações no segundo capítulo desta pesquisa.

⁴ O conceito de multidão desdobra-se em pensamentos desde a antiguidade e obtém contornos políticos a partir do desenvolvimento empreendido por Nicolau Maquiavel e, posteriormente, por Baruch Espinoza. Em tempos recentes, os autores Michael Hardt e Antonio Negri resgataram o termo para compor os debates contidos em *Império* (2000) e *Multidão* (2004). Nas palavras de Hardt e Negri: “a multidão está engajada na produção de diferenças, invenções e modos de vida. Deve, assim, ocasionar uma explosão de singularidades. Essas singularidades são conectadas e coordenadas de acordo com um processo constitutivo sempre reiterado e aberto. [...] A multidão é a forma ininterrupta de relação aberta que as singularidades põem em movimento” (Brown & Szeman, 2006, p. 5). E ainda: “isso é exatamente como concebemos a multidão: singularidade somada a cooperação, reconhecimento da diferença e do benefício de uma relação comum” (Brown & Szeman, 2006, p. 10). Uma vez que os próprios autores revelam não deterem um balizamento cristalizado acerca do conceito, não o desenvolveremos nos próximos capítulos. Apesar disso, nos apropriaremos dele para nos referirmos aos agrupamentos de singularidades em ação nas mobilizações analisadas nesta pesquisa.

proveio integralmente das redes digitais. As amostras foram recolhidas principalmente em arquivos de mídias digitais como websites e redes sociais de grupos ativistas, coletivos de arte, artistas, jornalistas, redes sociais, jornais, revistas, periódicos e blogs.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, são expostas as bases teórico-metodológicas que fundamentam o estudo. Baseando-se em apontamentos de Foucault, Deleuze, Guattari e Agamben, aborda-se a produção cartográfica como forma de análise das relações de poder estabelecidas pelos atores em jogo. Para tanto, recorre-se, na mesma medida, ao conceito de dispositivo, que possibilita a identificação de resistências que se constituem em âmbitos tanto discursivos quanto não-discursivos. A partir de Foucault, entende-se o poder não como uma propriedade mas como uma relação estratégica efetuada na esfera social. Para isto, recorre-se aos debates acerca: (I) da microfísica do poder; (II) do binômio biopoder-biopolítica; (III) da governamentalidade; (IV) das lutas e resistências. De forma a esquadrihar tais perspectivas, recorre-se, no final desta seção, à análise de Foucault acerca das resistências produzidas no âmbito de movimentos de políticas de identidade. Amparando-se no pensamento de Mbembe, desenvolve-se as concepções acerca: (I) do binômio necropoder-necropolítica; (II) do devir-negro do mundo; (III) das resistências empreendidas nas políticas da visceralidade. E, por último, fundamentando-se no pensamento de Rancière, recorre-se aos conceitos que circundam a composição das cenas de dissenso. Para tal, versa-se sobre: (I) o dissenso; (II) o consenso; (III) o comum; (IV) a subjetivação política. Dessa maneira, objetiva-se compor uma densidade teórica e analítica que possibilite o delineamento de um olhar crítico sobre as relações de poder e as discontinuidades sensíveis que se estabelecem em cada um dos momentos que se seguirão nos próximos capítulos desta pesquisa.

No segundo capítulo, é analisado o contexto sócio-político-cultural em que as mobilizações compreendidas nesta pesquisa emergiram. Para tanto, realiza-se um percurso cartográfico exploratório por entre os processos reconhecidos como centrais no desencadeamento desta nova onda de levantes que articulam formas de ocupação nas ruas e nas redes. Desse modo, retrocede-se até à irrupção da Primavera Árabe e segue-se pelos trajetos que ligam as mobilizações globais identificadas como Geração à Rasca (Portugal), Movimento 15-M (Espanha), Occupy Wall Street (Estados Unidos da América) e Jornadas de Junho (Brasil). A seguir, espreita-se os acontecimentos que modificaram a conjuntura brasileira e possibilitaram a eclosão de novos atores, práticas e linguagens. Por último, realiza-se um caminho rizomático por entre os processos micropolíticos que compuseram as lutas nos Atos por Marielle, no Movimento #EleNão e no Movimento 15M.

No terceiro capítulo, é produzida uma análise crítica a partir de um dispositivo de resistência cuja investida foi identificada como recorrente durante o traçado cartográfico dos Atos por Marielle, Movimento #EleNão e Movimento 15M. Verifica-se que a sua manipulação percorreu uma linha transversal por entre os debates em voga e as pautas dos atores em jogo, confrontando, de forma estratégica, o poder constituído e o estado das coisas. Analisa-se, assim, a placa da Rua Marielle Franco que, através dos dissensos e processos de relações intersubjetivas que

desencadeou nas ruas e nas redes, multiplica-se física e virtualmente em lutas estabelecidas em diversos territórios do globo. Por intermédio da exegese de tais fenômenos, indica-se que, no confronto com dispositivos de bio-necropoder operados pela onda conservadora e reacionária, a ação por meio de tal plaqueta evoca, a um só tempo, a memória coletiva e a práxis interseccional da ativista, manifestando-se, desse modo, como um potente contradispositivo ou, como preferimos denominar nesta pesquisa: um dispositivo de lutas – um dispositivo de resistência. Para tanto, recorre-se à análise de Marie-José Mondzain acerca da iconoclastia; ao debate de W. J. T. Mitchell sobre a prática da ocupação e suas relações com o papel das imagens nas mobilizações sociais contemporâneas; e ainda, aos pensamentos das autoras Bell Hooks, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Djamila Ribeiro e Carla Akotirene quanto à teoria da interseccionalidade.

No desfecho desta dissertação, são dispostas as considerações finais, com o resumo, apreciação dos objetivos realizados, contribuições para o debate acadêmico e direções para o trabalho futuro.

1. Bases Teórico-Metodológicas

Daí a tripla definição de escrever: escrever é lutar, resistir; escrever é vir-a-ser; escrever é cartografar, “eu sou um cartógrafo...”.

–Gilles Deleuze, *Foucault*

Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros.

–Oswald de Andrade, *Manifesto Antropófago*

Como escrever sobre as lutas e as resistências no contemporâneo? Como dar conta das intensidades ao relacionar um conjunto heterogêneo de objetos que perpassam categorias como estética, sujeito e política? Dito de outra maneira: qual método utilizar para que se estabeleça uma sincronia entre o processo e o objeto de investigação? Para enfrentar os problemas metodológicos que emergem destas questões, buscamos, nesta pesquisa, referências nos conceitos de cartografia, dispositivo, biopolítica, necropolítica e resistência provenientes de um diálogo indireto constituído entre os pensamentos de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Giorgio Agamben e Achille Mbembe. Produz-se, ainda, de forma destacada, uma pequena incursão na ótica do pensamento de Jacques Rancière com o intuito de se depreender as bases em que se constituem as cenas de dissenso em sua acepção.

...

Antes de tudo, é importante ressaltar o traço circunstancial que o processo de produção cartográfico estabelece na relação teoria-método-objeto. Deleuze (1992) indica que as práticas adotadas por Foucault na busca de linhas de quebra e fratura só se estabelecem na medida em que o conteúdo do dispositivo em questão é confrontado. Não há fórmulas pré-estabelecidas. Dessa

maneira, somente uma análise particularizada é capaz de localizar se as linhas de fissura estão situadas a nível de poder, conhecimento ou processos de subjetivação. Logo, consoante a Kleber Filho e Marcela Teti (2013), vislumbramos a existência virtual de tantas cartografias quanto campos a serem cartografados. Nessa perspectiva, há de se considerar o método e o objeto como figuras singulares e correlativas, forjadas num só movimento. Como lembram Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2009), nos embates sobre vertentes teórico-conceituais, a questão que se apresenta como fundamental é a de como investigar processos sem deixá-los escapar por entre os dedos. O vocabulário adotado nas pesquisas quantitativa-qualitativas das Ciências Humanas é muito genérico e afigura-se pouco satisfatório no confronto da natureza de certos problemas às exigências do método. Em suma, a produção de cartografias apresenta-se como uma estratégia flexível de análise crítica na abordagem de conjuntos heterogêneos. Suas composições metodológicas são estabelecidas em relação a cada processo ou contexto a ser analisado, tornando-se, assim, uma alternativa a metodologias rígidas, com regras e procedimentos normativos, que na busca por uma unidade, perdem fragmentos e multiplicidades, velocidades e intensidades. Por último, cabe ressaltar que não se pretende, aqui, um exame exaustivo dos temas e conceitos desenvolvidos pelos autores em questão. Compreende-se que os pensamentos debatidos neste capítulo se constituem em bases diversas e que, por princípio, não convergem nas questões propostas. Busca-se, todavia, através da operação de incursões e apontamentos, uma base heterodoxa que nos permita guiar os próximos passos da presente pesquisa.

1.1 O Mapeamento de Multiplicidades: Dispositivos e suas Cartografias

Mas, afinal, o que é um dispositivo? O termo aparece em variados instantes na obra de Michel Foucault, especialmente no período que envolve a escrita dos livros *Vigiar e Punir* (1988) e *A Vontade de Saber* (2009b). O momento de produção destas obras constitui uma transição no pensamento do autor, indicado por muitos pesquisadores como a passagem do período da *arqueologia dos saberes*, representado pelos livros *As palavras e as coisas* (2000) e *A arqueologia do saber* (2008a), para o da *genealogia dos poderes*. Ao passo que a *fase arqueológica* se concentra na descrição da episteme e dos problemas metodológicos que ela apresenta, a *fase genealógica* se foca na descrição de dispositivos, como o disciplinar e o de sexualidade.⁵ Dito de outra maneira, as descrições arqueológicas têm por objeto a episteme e as descrições genealógicas têm por objeto o dispositivo. Como apontado por Edgardo Castro (2009), a mudança de perspectiva nas investigações de Foucault atende a impasses descritivos da arqueologia e à necessidade da introdução da análise do poder. A arqueologia possibilitava a descrição dos

⁵ Dentre os dispositivos trabalhados por Foucault, é possível apontar ainda os dispositivos carcerário, de poder, de saber, de aliança, de verdade e de subjetividade (Castro, 2009, p. 124).

discursos das epistemes renascentista, clássica e moderna, mas, ao operar apenas na ordem do discursivo, não era capaz de realizar a descrição de mudanças em si mesmas, apenas em seus resultados. Faltava, portanto, às análises de Foucault, um objeto que respondesse à necessidade de relação entre o discursivo e o não discursivo. Donde a introdução do conceito de dispositivo veio a calhar como objeto da descrição genealógica.⁶

Neste movimento de reordenação metodológica iniciado a partir de *Vigiar e Punir* (1988), o prisma dos estudos do autor sofreria outra modificação na escrita de *A Vontade de Saber* (2009b), tornando-se uma *genealogia da subjetividade*. Assim, durante a empreitada de pesquisa do primeiro dos quatro tomos da *História da Sexualidade* (1976-2018), a investigação sobre os *modos de sujeição* teria aos poucos se transformado em uma investigação dos *modos de subjetivação*. Podemos compreender melhor este deslocamento a partir das questões assinaladas pelo próprio autor no texto *O sujeito e o poder*. Nele, Foucault (2009a) aponta, de forma retrospectiva, que o tema geral de suas pesquisas é o sujeito, e não o poder, como pressuporia um incauto leitor. Segundo o autor, seu objetivo último teria sido criar “uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (p. 6). Na sua visão, o sujeito comportaria dois significados: (I) sujeito “ao outro através do controle e da dependência”; e (II) sujeito “ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento” (p. 6). Em ambos os casos, podemos intuir uma forma de poder que subjuga e sujeita. Portanto, se em suas obras há análises sobre dimensões do poder, elas se fazem pela necessidade de compreensão das relações de produção e significação do sujeito humano, não o inverso. Apesar de nunca ter produzido uma definição categórica do dispositivo em seus escritos, como ocorreu no caso da episteme através da publicação de *A arqueologia do saber* (1998a), Foucault (1998b) apresenta certos delineamentos do conceito numa entrevista concedida a Alain Grosrichard em 1977:⁷

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode

⁶ Não obstante, a genealogia, apesar de acrescentar novas concepções à análise foucaultiana, não deve ser apreendida como uma ruptura ou oposição à arqueologia, pois ambas se assentam num pressuposto comum: produzir uma análise do objeto de estudo dentro de um quadro histórico, ao invés de referi-los a um sujeito constituinte (Foucault, 1998c, p. 7-8).

⁷ Nesta pesquisa, seguimos a pista de Deleuze sobre a importância das entrevistas na obra de Foucault. Nos referimos sempre a elas como forma de esclarecimento de conceitos e diagnóstico das relações no contemporâneo, uma vez que seus livros caminham em direção ao passado. Conforme aponta Deleuze: “se Foucault deu tanta importância às suas entrevistas até o fim da vida, em França e mais ainda no estrangeiro, não foi pelo gosto da entrevista, mas porque as linhas de actualização que traçava exigiam um outro modo de expressão diferente das linhas assimiláveis pelos grandes livros. As entrevistas são diagnósticos. Tal como em Nietzsche, cujas obras dificilmente se lêem sem lhes juntar-mos o *Nachlass* contemporâneo de cada uma. A obra completa de Foucault [...] não pode separar os livros que nos marcaram a todos das entrevistas que nos encaminham para um futuro, para um devir: os estratos e as actualidades” (1992, p. 165-166).

existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (p. 244).

Logo a seguir, o autor complementa dizendo que o dispositivo: “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (p. 246). Como assinalado por Filho e Teti (2013), o dispositivo é uma figura central nas análises genealógicas foucaultianas que, em seus escritos, remete comumente a uma “maquinaria complexa que articula elementos e práticas diversas de saber e poder” (p. 49) na produção de efeitos de subjetividade na máquina social.

No célebre artigo *O que é um dispositivo?*, Giorgio Agamben (2005) considera que o dispositivo é um termo técnico decisivo na estratégia de Foucault, em especial a partir do período citado anteriormente, que comporta a fase em que seu pensamento começa a se voltar às questões da *governamentalidade* ou *governo dos homens*. Agamben sinaliza que o dispositivo é um termo tão importante para a obra do pensador francês quanto a *Ideia* é para a obra de Platão, apesar de, em ambos os casos, não ser possível o encontro de um remate para as respectivas definições terminológicas. Na visão de Agamben, a descrição do dispositivo, como expressa por Foucault, poderia ser resumida em três pontos: (I) o dispositivo é a rede que se estabelece entre os variados elementos de um conjunto heterogêneo, que pode compreender qualquer coisa, de propriedades linguísticas e não linguísticas; (II) a todo o momento, o dispositivo tem função estratégica e funciona em uma relação de poder; (III) o dispositivo teria algo de geral, pois incluiria em si mesmo a episteme, entendida por Foucault como o que, em determinada sociedade, permite discriminar o que é aceito ou não como enunciado científico. Agamben relembra, ainda, o fato de que o pensamento foucaultiano se opõe à produção de categorias universais, vislumbradas em termos como Estado, Soberania e Lei. À vista disso, o dispositivo apareceria nas análises produzidas por Foucault como um conceito operativo que se destinaria a suprir justamente o vácuo provocado pela falta dos Universais. Em síntese, o dispositivo, como indicado por Agamben (2005), é a rede que se estabelece entre os elementos em jogo, e “não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração” (p. 03).

Deleuze (1992) já havia ressaltado a particular recusa de Foucault em estabelecer Universais para forjar seu pensamento. Num debate sobre o dispositivo foucaultiano, Manfred Frank indaga Deleuze se este gesto não teria, em consequência, impelido Foucault a produzir uma fragmentação

em diferentes níveis de categorização, como verificável nos termos *dispositivo*, *discurso* e *arquivo*, frequentemente utilizados pelo autor. Deleuze (1992) argumenta que, a rigor, não seria este o caso. Em sua visão, a chave para a compreensão dos termos foucaultianos estaria na fronteira entre constantes e variáveis. O termo dispositivo é empregado a uma variável – o que torna irrelevante o fato da existência ou não deste nome. Ao associar um nome (dispositivo) a uma variável (circunscrita caso a caso), todas as constantes são eliminadas: “the lines which make up the apparatuses demonstrate continuous variations. There are no more universals – that is to say, there is nothing except lines of variation. The general terms are the co-ordinates which have no meaning other than to make possible the estimation of a continuous variation” (p. 166).

Segundo Deleuze (1992), o dispositivo compreenderia quatro dimensões. As duas primeiras são curvas de visibilidade e curvas de enunciação. Desse modo, todo dispositivo possui, de uma parte, seu regime de luz, que propaga a luz de maneira particular e nos permite diferenciar o visível do invisível; e, de outra, um regime de enunciados, que discerne afirmações, proposições e sua própria condição de enunciação. Os regimes não são sujeitos nem objetos, sua definição se realiza pelas derivações entre o visível e o enunciável. Cada um dos dispositivos possui linhas que atravessam limiares em função dos quais são vistas como estéticas, científicas, políticas etc. A terceira dimensão do dispositivo é composta por linhas de força. São elas que retificam, traçam tangentes e preenchem as linhas precedentes nos fluxos estabelecidos entre o ver e o dizer, entrecruzando como flechas as coisas e as palavras. Traçam deslocamentos e se emaranham de ponto a ponto num determinado dispositivo, conferindo-lhe certo movimento e dinâmica. Compõem, portanto, a dimensão do poder, tramada, como o próprio, a partir do conhecimento. E, por último, a quarta dimensão, composta pela subjetivação. Deleuze localiza a descoberta deste processo como resultante de um período de crise no pensamento de Foucault. É nesse momento que, como indicamos anteriormente, ocorre a passagem de seu diagnóstico dos *modos de sujeição* aos *modos de subjetivação*. A subjetivação, como descrita por Deleuze, transpõe os dispositivos ao entrar em desacordo com as linhas de força, as supera por não entrar em confronto direto mas ao produzir uma dobra sobre si mesma. Com isso, escapa das outras linhas – das dimensões do saber e do poder. A linha de subjetivação é um processo que se realiza irremissivelmente num dado dispositivo, na medida em que ele o permita ou torne viável. É, enfim, uma linha de fuga – um processo de individuação que pode corresponder a pessoas ou até mesmo a grupos. Deleuze (1992) enfatiza, porém, que não é possível determinar que todo dispositivo disponha de um processo semelhante. Em suma, os dispositivos são compostos pelos seguintes elementos: “lines of visibility and enunciation, lines of force, lines of subjectification, lines of splitting, breakage, fracture, all of which criss-cross and mingle together, some lines reproducing or giving rise to others, by means of variations or even changes in the way they are grouped” (p. 162).

Esquadrinhando em detalhe, como apontado por Filho e Teti (2013), a produção de subjetividade é possivelmente a principal função de um dispositivo – o propósito medular de seus movimentos, que circundam processos de objetivação e subjetivação dos sujeitos. Segundo os pesquisadores, no emaranhado das linhas que compõem o dispositivo, a objetivação corresponde

à manipulação de corpos e subjetividades de indivíduos para a constituição do saber e poder modernos. Para atingir estes alvos, laboram uma diversidade de controles e submissões, implicando a produção de corpos e identidades fixas, prontamente identificáveis. De forma concreta, os encontramos em formações na sociedade – entre eles, estariam, nomeadamente: “o asilo como local de visibilidade da loucura, a medicina como dizibilidade da desrazão, a prisão como espaço que vê e faz ver o crime, a delinquência como forma de dizê-lo” (Rodrigues & Alvim, 2016, p. 105). Já a subjetivação corresponde ao movimento do sujeito em relação a si mesmo, no curso de se reconhecer como sujeito de um enunciado, preceito, norma – instituindo, assim, que estes atuem em seu próprio corpo. O processo de subjetivação compreende um agrupamento de trabalhos e práticas de si que visam a autoprodução e autoestetização, consoante o enunciado pelas normas e preceitos. Como indica Sandro Chignola (2014), ele é “o caminho pelo qual o sujeito se faz e se produz livremente, não como uma consciência ou interioridade, mas como um projeto ou uma flexão da inventividade e da liberdade” (p. 09). O dispositivo, comporta, enfim, uma relação imbricada de linhas de saber, poder e subjetividade, que “are by no means contours given once and for all, but series of variables which supplant one another” (Deleuze, 1992, p. 159).

Em certo momento de seu artigo, Agamben (2005) chega a um ponto de ruptura com o pensamento de Foucault e anuncia que situará o dispositivo em um novo contexto. Na produção dessa passagem, Agamben propõe a existência de dois grandes grupos que dividiriam o existente: de um lado os seres vivos (ou substâncias) e de outro os dispositivos, “nos quais estes estão incessantemente capturados” (p. 13). Logo após, anuncia a sua própria definição geral do dispositivo, que amplia a já extensa classe foucaultiana: “chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (p. 13). Os dispositivos agambenianos incluiriam não apenas as prisões, escolas, hospícios e afins, como exemplificado por Foucault, mas também a escritura, a filosofia, o cigarro, os computadores, os telefones celulares e, no limite, a própria linguagem: “talvez o mais antigo dos dispositivos” (p. 13). Para o autor, o sujeito emerge como um terceiro elemento nesta organização binária entre os seres e os dispositivos – é o que resulta da relação e do “corpo-a-corpo entre os vivos e os dispositivos” (p. 13). No prisma de Agamben, as substâncias e os sujeitos, apesar de aparentarem certa sobreposição, como na antiga metafísica, não o fazem completamente. O mesmo indivíduo (ou substância) pode receber uma quantidade indefinida de processos de subjetivação, que se apresentam mais como uma espécie de máscara do que propriamente uma identidade. Em seu diálogo com o conceito foucaultiano, Agamben postula certo diagnóstico do contemporâneo, em que uma “ilimitada proliferação dos dispositivos” faria confronto a uma “igualmente ilimitada proliferação de processos de subjetivação” (p. 13). Daí a possibilidade de um só indivíduo se afigurar como “o escritor de literatura”, “o apaixonado por música”, “o usuário de telefones celulares”, entre outros. A potência intrínseca do dispositivo emerge justamente de sua capacidade de captura e subjetivação, em uma esfera separada, do

desejo inerente a cada indivíduo: um desejo “demasiadamente humano de felicidade” (p. 14). Com isso, a caracterização do dispositivo, no contexto em que vivemos, apresentaria uma distinção fundamental à caracterização foucaultiana: a proliferação de processos de subjetivação seria acompanhada, em igual intensidade, por uma proliferação de processos de dessubjetivação. Nas palavras do próprio autor:

O que define os dispositivos com os quais temos que lidar na fase atual do capitalismo é que eles não agem mais tanto pela produção de um sujeito, quanto pelos processos que podemos chamar de dessubjetivação. Um momento dessubjetivante estava certamente implícito em todo processo de subjetivação e o Eu penitencial se constituía, havíamos visto, só através da própria negação; mas o que acontece nesse momento é que os processos de subjetivação e os processos de dessubjetivação parecem reciprocamente indiferentes e não dão lugar a recomposição de um novo sujeito, se não em forma larvar e, por assim dizer, espectral. (p. 15)

Portanto, no pensamento de Agamben, o dispositivo manifesta-se como uma máquina de subjetivação/ dessubjetivação radical que, em sua relação com a constituição do sujeito, não produz outra substância senão as espectrais ou larvais. Explicitando a distância existente entre as perspectivas do dispositivo foucaultiano e as suas, Agamben (2005) complementa: “as sociedades contemporâneas se apresentam assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real” (p. 15). Dessa forma, a máquina agambeniana – o dispositivo moderno produtor de substâncias espectrais – aparenta certa onipotência em seu vínculo com o sujeito: o processo de captura e separação afigura-se com intensidades absolutas. Na teoria dos dispositivos, o deslocamento produzido pela filosofia de Foucault, que ia de encontro à lógica de sujeição, acentuou-se com o pensamento de Deleuze. A subjetivação apontava uma fratura, uma linha de fuga. Já com Agamben, sob uma diferenciada perspectiva, demonstra certo arrefecimento. De Foucault a Agamben, passando por Deleuze, há uma reinversão dos agenciamentos: da intensidade da subjetivação à dessubjetivação.

...

A cartografia, como a compreendemos nesta pesquisa, é uma concepção que emerge a partir de um diálogo estabelecido entre os apontamentos iniciais de Foucault e os desenvolvimentos realizados por Deleuze – o que a torna uma produção a quatro mãos de dois filósofos ligados à tradição nietzschiana de pensamento crítico à razão ocidental. O delineamento de formulações metodológicas considera as perspectivas de Foucault sobre *arqueologia do saber*, *genealogia do poder*, *genealogia da subjetividade* e *genealogia da ética*, uma vez que a análise cartográfica se configura como uma integração e derivação destas perspectivas. Assim sendo, a cartografia aqui identificada não se refere diretamente à cartografia tradicional, que se baliza e se utiliza, em

grande medida, de instrumentos e técnicas fundadas nas Ciências Naturais. Relaciona-se, ao invés disso, a uma espécie de cartografia que se aproxima mais estreitamente aos campos das Ciências Sociais e Humanas. Sua área de atuação se refere menos a mapeamentos físicos do que a relações, deslocamentos, jogos de poder e verdade, lutas, enunciações, modos de objetivação e subjetivação, autoestetização, práticas de resistência e liberdade. Em suma, a cartografia com origens foucault-deleuziana diz respeito a um método pensado como estratégia de análise e ação críticas, e não apenas como um projeto de regras e procedimentos pragmáticos. Essa cartografia se produz através de um olhar que espreita e descreve trajetórias, relações, formações rizomáticas e composições de dispositivos. Sua função se realiza na detecção de linhas de fuga, quebra e fratura – na identificação última de resistências (Filho & Teti, 2013).

No artigo *What is a dispositif?*, Deleuze (1992) refere-se ao processo de pesquisa de Foucault como um processo cartográfico que visa desemaranhar as linhas dos dispositivos:

Untangling these lines within a social apparatus is, in each case, like drawing up a map, doing cartography, surveying unknown landscapes, and this is what he calls 'working on the ground'. One has to position oneself on these lines themselves, these lines which do not just make up the social apparatus but run through it and pull at it, from North to South, from East to West, or diagonally. (p. 159)

Foucault já havia indicado pistas de seu método há alguns anos antes, quando discutiu as conexões entre o seu pensamento e o campo da Geografia em uma entrevista concedida à revista *Hérodote* no ano de 1976, publicada sob o nome de *Sobre a Geografia* (1998d). Nela, o autor comenta a aplicação de termos da Geografia na produção de suas análises sobre a formação dos discursos e sobre a genealogia do saber. Dentre os termos adotados, estariam metáforas espaciais, como posição, deslocamento, lugar, campo; e metáforas geográficas como território, domínio, solo, horizonte, arquipélago, geopolítica, regiões, paisagem. Foucault sugere que, apesar de seus conceitos se aproximarem do discurso geográfico, a utilização desta terminologia não estaria vinculada diretamente à Geografia, mas às origens dos termos em si, fonte em que a própria Geografia os teria recolhido. No texto *Um novo cartógrafo*, Deleuze (2013) comenta sobre a estratégia empregada por Foucault em suas pesquisas. O autor indica que o traçado cartográfico foucaultiano produz um diagrama, ou uma *máquina abstrata*, que expõe o mapa das relações de forças, densidades e intensidades no campo social. Em suas palavras:

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, coextensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não-discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar. Se há muitas funções e mesmo matérias diagramáticas, é porque todo diagrama é uma multiplicidade espaço-temporal. Mas, também, porque há tantos diagramas quanto campos sociais na História. (p. 44)

A cartografia deleuziana também aparece no primeiro volume de *Mil Platôs* (1995), obra produzida em parceria com Félix Guattari. Neste contexto, o processo é associado ao rizoma, um conceito complexo elaborado pelos autores através de inspirações provenientes da figura botânica. O rizoma, como descrito por Deleuze e Guattari (1995), é uma resistência a formações árvore-raiz, que produzem pensamentos verticais, estruturais e disciplinares. O rizoma, situa-se, assim, como uma estratégia de pensamento aversa aos “sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas”, pois trata-se de um “sistema a-centrado não hierárquico e não significativo, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados” (p. 32). As conexões que um rizoma estabelece deslocam a inflexibilidade determinada pela forma raiz: “a árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’” (p. 36). Os autores buscam no rizoma uma capacidade produtiva de multiplicidades, sem início nem fim; sem começo ou conclusão – localizada continuamente no meio, transversalmente às coisas. O múltiplo, neste contexto, é concebido não como acréscimos em vias de uma dimensão superior, mas, ao contrário, ao nível das dimensões acessíveis: “é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele. Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1. Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma” (p. 31). Sem estrutura rígida, o rizoma é um conjunto de pontos e posições, de linhas de segmentaridade, estratificação e de fuga (ou desterritorialização). Sua composição é feita de platôs – região contínua de intensidades que, vibrando sobre ela mesma, “se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior” (p. 32). O movimento operado pelo rizoma evolui por territórios subterrâneos; se expande por “variação, expansão, conquista, captura, picada” (p. 32). Deleuze (2013) resume a importância da produção de cartografias – como elas se interconectam umas as outras, suas intensidades e descontinuidades – para manifestar a estratificação das lutas e resistências na composição da história:

A história das formas, arquivo, é duplicada por um devir das forças, diagrama. É que as forças aparecem em “toda relação de um ponto a outro”: um diagrama é um mapa, ou melhor, uma superposição de mapas. E, de um diagrama a outro, novos mapas são traçados. Por isso não existe diagrama que não comporte, ao lado dos pontos que conecta, pontos relativamente livres ou desligados, pontos de criatividade, de mutação, de resistência; e é deles, talvez, que será preciso partir para se compreender o conjunto. É a partir das “lutas” de cada época, do estilo das lutas, que se pode compreender a sucessão de diagramas ou seu re-encadeamento por sobre as descontinuidades. (p. 53)

O diagrama, composto por cartografias, possibilita a visualização dos agenciamentos – das articulações singulares das linhas de força que se deslocam estrategicamente por entre a composição saber-poder-subjetividade. Envolve relações de poder que podem capturar, assujeitar,

anular ou até mesmo estruturar formas de resistência. Sua produção lida com vetores que tramam jogos de objetivação e subjetivação na constituição do sujeito. Lida, sobretudo, com movimentos micropolíticos num dado dispositivo. A cartografia como método rizomático seria, portanto, um sistema ininterrupto, que não cessaria de interligar “cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais” (Deleuze, 2013, p. 21). Sua produção sustenta um mapa aberto “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” – sua substância, seu conteúdo, pode ser “rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social” (Deleuze, 2013, p. 21). Como lembram Filho e Teti (2013), não é mera coincidência que características similares de complexidade e multiplicidade se encontrem presentes nos conceitos de dispositivo, cartografia e rizoma. A utilização estratégica da cartografia, sob um olhar rizomático, intensifica as possibilidades de abordagens aos dispositivos. O modelo do rizoma assenta-se, de forma singular, como uma ferramenta metodológica ativa nas práticas sobre um campo, rede ou teia de relações. A cartografia concerne, em suma, um método estratégico-rizomático aplicável ao desemaranhamento de dispositivos. Sua composição aponta linhas de fuga, fratura e resistência.

1.2 Resistências nas Relações de Poder: Entre a Biopolítica e a Necropolítica

A produção de cartografias, como elaborado anteriormente, traça trajetórias rizomáticas, espregueada e descreve relações num dado dispositivo – aponta linhas de fuga, fratura e resistência. Mas, no processo de sua composição, como seria possível identificar estes momentos – nomeadamente, as resistências? Como abordá-las? Em que medida elas estabelecem relações com as linhas que emaranham os dispositivos em questão? E ainda – quais dimensões seriam relevantes a esta pesquisa, que, apesar de compreender os objetos envolvidos em sua complexidade heterogênea, pretende se focar com maior intensidade nas relações entre estética, sujeito e política? Para tanto, nos balizaremos em leituras pontuais dos autores Michel Foucault e Achille Mbembe acerca das relações de poder e de suas respectivas possibilidades de resistência.

...

Da mesma forma que Foucault não produziu uma sistematização rígida acerca de sua produção genealógica, tampouco escreveu uma teoria cristalizada acerca do poder. Conforme nos indica Roberto Machado (1998), o que podemos encontrar em sua obra seria um agrupamento de análises, em sua maioria históricas, a respeito do funcionamento do poder que comporiam, de maneira descontínua, em termos foucaultianos, uma *filosofia analítica do poder*. Como visto anteriormente, Foucault produz novas perspectivas sobre os conceitos de poder, ética e resistência

no momento final de sua produção intelectual, mais especificamente durante o período que compreende a produção de *Vigiar e Punir* (1988) e dos quatro tomos da *História da sexualidade: A vontade de saber* (2009b), *O uso dos prazeres* (1998), *O cuidado de si* (2005a) e *As confissões da carne* (2019). Em *Vigiar e Punir* (1988), uma genealogia da sociedade disciplinar moderna e das Ciências Humanas, nos deparamos com o que o autor denominou como uma microfísica do poder. Segundo Machado (1998), tal designação aponta a uma perspectiva que se desloca em espaço e nível de análise para captar sua atuação em contiguidade a “procedimentos técnicos do poder que efetuam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos” (p. XII). Nesta análise, a figura arquitetônica do *Panopticon* de Jeremy Bentham⁸, concebido no contexto da sociedade moderna, seria o caso mais ilustrativo de um dispositivo disciplinar que organiza e vigia os corpos, e que forneceria o modelo de composição para as prisões, quartéis, fábricas, hospitais e escolas. Nessa medida, as análises acerca das imbricações entre as técnicas do poder e o corpo empreendidas em *Vigiar e Punir* (1988) demonstram que a disciplina se trata de uma forma positiva de poder que, na produção de individualidades, ao passo que aumenta a força econômica do corpo, reduz sua força política (Castro, 2009). A respeito destas relações, Foucault (1988) assinala, de forma concisa numa passagem do primeiro capítulo, o funcionamento capilar da microfísica do poder:

o corpo está também diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele um efeito imediato; investem-no, marcam-no, controlam-no, supliciam-no, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica [...]; o corpo só se torna força útil se for simultaneamente corpo produtivo e corpo submetido. Esta sujeição não é obtida apenas pelos instrumentos da violência ou da ideologia; [...] pode ser calculada, organizada, tecnicamente refletida; pode ser subtil, não recorrer a armas nem ao terror e, porém, ser de ordem física. [...] Além disso, não se poderia situá-la nem num tipo definido de instituição nem num aparelho estatal. [...] situa-se a um nível muito diferente. Trata-se, de certa maneira, de uma microfísica do poder utilizada pelos aparelhos e pelas instituições, mas cujo campo de validade se situa, de algum modo, entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com a sua materialidade e as suas forças. Contudo, o estudo desta microfísica pressupõe que o poder que nela se exerce não seja concebido como uma propriedade, mas sim como uma estratégia, que os seus efeitos de domínio não sejam atribuídos a uma

⁸ Segundo Foucault (1988), o modelo penitenciário do *Panopticon* é “uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, os indivíduos são totalmente vistos, sem nunca verem; na torre central, vê-se tudo, sem nunca se ser visto” (O Panoptismo, para. 11). É, a rigor, um dispositivo que automatiza e desindividualiza o poder, cujo efeito mais importante seria “induzir no recluso um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer de maneira a que a vigilância seja permanente nos seus efeitos, ainda que seja descontínua na sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade do seu exercício; que este aparelho arquitectónico seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente de quem o exerce” (O Panoptismo, para. 11).

apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos [...] Este poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma interdição, àqueles que *não o detêm*; investe-os, passa por e através deles; apoia-se neles, tal como eles próprios, na sua luta contra o poder, se apoiam no domínio que exerce sobre eles. (O Corpo dos Condenados, para. 57-58-59)

Em *A vontade de saber*, Foucault (2009b) propõe uma análise dos saberes sobre o sexo e a constituição do sujeito em termos de relações de poder, no que o autor considera como uma perspectiva mais analítica do que teórica, através de uma concepção que se desvencilha de representações jurídicas e negativas, relacionadas a condições de lei e ao exercício da interdição. A busca, através da modificação destes procedimentos, segundo o autor, é evitar que os modos de dominação, submissão e sujeição se reduzam ao efeito da obediência.⁹ Neste momento, Foucault (2009b) diz que:

se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (p. 193-195)

Foucault apresenta o poder como onipresente, na medida em que emana de todos os lugares, através de uma produção incessante de relações entre diferentes pontos. Sob este modelo, o autor examina o poder não como algo que se detém ou como uma propriedade que se possui – ele não está nem mesmo encarnado em uma instituição ou estrutura – mas como uma situação estratégica produzida no âmbito de uma determinada sociedade. De forma a elucidar um pouco mais sua perquirição analítica, Foucault (2009b) introduz algumas proposições sobre o termo, dentre as quais é possível citar: “o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (p. 197); “as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos,

⁹ A propósito desta questão, Foucault comenta em entrevista: “Je crois dans cet *Ordre du discours* avoir mêlé deux conceptions ou, plutôt, à une question que je crois légitime (l’articulation des faits de discours sur les mécanismes de pouvoir) j’ai proposé une réponse inadéquante. C’est un texte que j’ai écrit à un moment de transition. Jusque-là, il me semble que j’acceptais du pouvoir la conception traditionnelle, le pouvoir comme mécanisme essentiellement juridique, ce qui dit la loi, ce qui interdit, ce qui dit non, avec toute une kyrielle d’effets négatifs: exclusion, rejet, barrage, dénégations, occultations... Or je crois cette conception inadéquante. [...] Le cas de la pénalité m’a convaincu que ce n’était pas tellement en termes de droit mais en termes de technologie, en termes de tactique et de stratégie, et c’est cette substitution d’une grille technique et stratégique à une grille juridique et négative que j’ai essayé de mettre en place dans *Surveiller et Punir*, puis d’utiliser dans l’*Histoire de la sexualité*” (Foucault, 1994a, p. 228-229).

relações sexuais), mas lhes são imanentes” (p. 197); “o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social” (p. 198); e “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (p. 201). Em momento posterior, o autor estipula quatro regras, ou mais especificamente, como designado em suas próprias palavras, “prescrições da prudência”, que seriam adotadas em pesquisas futuras. São elas: (I) *Regra de imanência*, (II) *Regra das variações contínuas*, (III) *Regra do duplo condicionamento*, (IV) *Regra da polivalência tática dos discursos*. Apontemos brevemente algumas de suas características para nos aproximarmos das questões que concernem esta presente pesquisa.

A *Regra de imanência* se opõe a perspectivas que depreendem a produção do conhecimento científico como desinteressado e livre; e sobre o qual certas demandas do poder, sejam elas ideológicas ou econômicas, se fariam presentes como forma de intervenção e proibição externas. Em relação à sexualidade, tema de abordagem central do livro em questão, Foucault (2009b) indica que, se ela se estabeleceu como domínio a ser conhecido, foi por conta das relações de poder que a constituíram como um objeto concebível. Em simultâneo, se o poder foi capaz de fixá-la como alvo, foi porque o emprego de técnicas de saber e de procedimentos discursivos se tornaram possíveis em determinado momento. O autor propõe, nesta medida, que não haveria nenhuma exterioridade entre as técnicas de saber e as estratégias de poder “mesmo que cada uma tenha seu papel específico e que se articulem entre si a partir de suas diferenças” (p. 251). Assim sendo, Foucault se propõe a pensar a partir de *focos locais* de poder-saber como o que se engendram entre o penitente e o confessor; o fiel e o diretor de consciência; ou ainda, o corpo da criança vigiada por parentes, babás, pedagogos e médicos.

Sob a designação de *Regra das variações contínuas*, Foucault assinala que é preciso evitar a procura pela simples identificação de quem detém o poder e de quem é privado dele; ou ainda, de quem tem o direito de saber e a quem é imposta a condição de ignorância. Deve-se, antes, rastrear “o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo” (p. 253). Em vista disso, as *distribuições de poder* e as *apropriações de saber* podem ser consideradas como meros cortes instantâneos em processos, pois “as relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são ‘matrizes de transformações’” (p. 253).

Como *Regra do duplo condicionamento*, Foucault compreende que nenhum discurso ou *esquema de transformação*, mesmo que essencialmente localizado, poderia funcionar sem uma estratégia global despertada por encadeamentos sucessivos. E na mesma medida, para a formação deste condicionamento, nenhuma estratégia poderia alcançar efeitos globais fora de relações precisas que lhe servissem de suporte e ponto de fixação. Dessa maneira, estabelece o autor, que, para a compreensão das estratégias que formam as relações de poder, deve-se considerar os diferentes níveis microscópicos e macroscópicos de suas atuações, sem que as mesmas produzam compreensões completamente descontínuas ou homogeneizantes. Logo, através de uma

concepção de *duplo condicionamento*, seria possível evitar análises que considerem, por exemplo, a estrutura familiar como reprodutora da estrutura da social ou vice-versa.

E, por fim, sob a alcunha de *Regra da polivalência tática dos discursos*, Foucault se aproxima das singularidades que permitem sua compreensão acerca do conceito de resistência. Segundo o autor, é justamente no discurso que a articulação entre poder e saber se produz e que, portanto, seria necessária a concepção do discurso como um encadeamento de segmentos descontínuos, cuja função tática não seria uniforme nem estável. Nesta medida, Foucault opõe-se novamente a um binarismo que separaria o discurso em concepções como discurso dominante/discurso dominado, e encaminha-se para uma compreensão focada na multiplicidade dos elementos discursivos que permeiam as diferentes estratégias. O autor apresenta, assim, o discurso como *elementos* ou *blocos táticos* em um campo de correlações de forças que permitiriam existir, dentro de si próprio, diferentes e contraditórios discursos. A polivalência tática dos discursos se apresentaria na medida em que um dado discurso poderia sofrer apropriações e reutilizações por parte de estratégias opostas. Foucault (2009b) argumenta que é preciso compreender as relações de poder através de um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder. O discurso, na medida em que veicula e produz poder, também o danifica, expõe e debilita, abrindo, por conseguinte, possibilidades de resistências através de estratégias opostas. Segundo o autor:

Trata-se, em suma, de orientar, para uma concepção do poder que substitua o privilégio da lei pelo ponto de vista do objetivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação. O modelo estratégico, ao invés do modelo do direito. (p. 218)

...

Na última parte de *A Vontade de Saber* (2009b), nomeada “Direito de Morte e Poder Sobre a Vida”, Foucault resgata os termos *biopoder* e *biopolítica* que havia introduzido em conferências realizadas no Rio de Janeiro no ano de 1974. Eles também seriam trabalhados pelo autor em cursos do Collège de France realizados entre 1976 e 1979, identificados por pesquisadores como os *cursos biopolíticos*: *Em Defesa da Sociedade* (2005b) *Segurança, Território, População* (2008b) e *Nascimento da Biopolítica* (2008a). Devido ao fato de grande parte do material destes cursos não ter sido utilizado na escrita de livros por Foucault, os termos possuem um caráter menos acabado do que os trabalhados em outras fases pelo autor. Nestes cursos, Foucault busca diferentes pontos de entrada para a investigação das formas de governo da população, como o surgimento da medicina social, as alterações do discurso histórico, o direito soberano, as

concepções de luta e guerra, e o desenvolvimento da economia política (Castro, 2014, p. 88-89). Trata-se, outra vez, de uma mudança de perspectiva para a análise das relações de poder. Nas palavras do autor:

Le mode de relation propre au pouvoir ne serait donc pas à chercher du côté de la violence et de la lutte, ni du côté du contrat et du lien volontaire (qui ne peuvent en être tout au plus que des instruments): mais du côté de ce mode d'action singulier - ni guerrier ni juridique - qui est le gouvernement. (Foucault, 1994b, p. 237)

Em sua análise, Foucault (2009b) identifica uma transição no privilégio do antigo poder soberano sobre a vida e a morte, que conferia, por exemplo, ao pai de família romano um direito absoluto, apto a retirar a vida de seus filhos e escravos, uma vez que as tinha “dado” (Foucault, 2009b, Direito de morte e poder sobre a vida, para. 1). A partir da Idade Clássica, tal forma de poder passa a funcionar de maneira inversa e começa a operar através do direito de fazer viver ou deixar morrer. Foucault denominou estas forças que investem diretamente na vida e no homem enquanto ser vivo como biopoder: “o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (Foucault, 2009b, Direito de morte e poder sobre a vida, para. 8). À medida que o poder soberano submete a vida à morte, o biopoder, por sua vez, se efetua de modo positivo sobre a vida; procura aumentar e administrar suas forças para reparti-las numa esfera de valores e utilidades. Esta transição no exercício do poder sobre a vida que se desenvolveu a partir do século XVII avançou por meio de dois eixos interligados e complementares: o da disciplina, que compreende o governo do corpo através de “seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (Foucault, 2009b, Direito de morte e poder sobre a vida, para. 5); e o da biopolítica, desenvolvida um pouco mais tarde, em meados do século XVIII, que abarca o governo da população através da normalização de sua vida biológica, tendo se focado, dessa maneira, no corpo-espécie e seus processo biológicos, como “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar” (Foucault, 2009b, Direito de morte e poder sobre a vida, para. 5).¹⁰ A biopolítica, com efeito, é entendida como a forma pela qual se procurou racionalizar os problemas enfrentados pela prática do governo dos vivos enquanto indivíduos e população. Neste momento, percebe-se que as relações de poder estabelecidas para governar não precisam ocorrer apenas sob a forma de sujeição, uma vez

¹⁰ Através desta análise, é possível compreender a importância da sexualidade como ponto de disputa política, uma vez que ela se encontra na intersecção de dois eixos: “De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente” (Foucault, 2009b, Direito de morte e poder sobre a vida, para. 12).

que a sua utilização como máquina de produção biológica de riqueza e de outros indivíduos é mais eficaz. Assim, a biopolítica se atarefará de temáticas como a demografia, das enfermidades endêmicas, da higiene pública, das enfermidades que afastam o indivíduo do trabalho, da seguridade, o urbanismo e a ecologia (Castro, 2009, p. 59-60). Nas palavras do autor:

A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. (Foucault, 2009b, Direito de morte e poder sobre a vida, para. 5)

Tais perspectivas analíticas sobre o poder são atravessadas pela noção de governamentalidade, utilizada por Foucault para se referir ao objeto de estudo das maneiras de governar, sejam elas para o governo dos outros, sejam para o governo de si. No primeiro caso, a governamentalidade é entendida como “um conjunto de ações sobre ações possíveis” que trabalha sobre “um campo de possibilidade aonde vem inscrever-se o comportamento dos sujeitos que atuam, incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, limita, torna mais ou menos provável, no limite, obriga ou impede absolutamente” (Castro, 2009, p. 190). Governar, nesse sentido, refere-se a uma conduta que visa o direcionamento da conduta de outro indivíduo ou grupo. No segundo caso, a governamentalidade se refere à relação ética que é possível estabelecer consigo mesmo, como quando se desenvolve o domínio sobre seus desejos e prazeres. Os modos de objetivação e subjetivação, discutidos anteriormente neste capítulo, localizam-se no entrelaçamento destes dois eixos (Castro, 2009).

Entre as consequências do desenvolvimento do biopoder estaria a crescente relevância assumida pela atuação da norma. Foucault (2009b) indica que uma sociedade normalizadora “é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (Direito de morte e poder sobre a vida, para. 10). A norma seria o elemento que circula, ao mesmo tempo, entre o disciplinar e o regulamentador, no corpo do indivíduo e no corpo da população; que permite, simultaneamente, o controle da ordem disciplinar do corpo e as ocorrências aleatórias da multiplicidade biológica:

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. [...] A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, e dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (Foucault, 2005b, p. 302)

...

Na analítica do poder empreendida por Foucault, a possibilidade de resistência não decorre, com efeito, da ordem moral para o empreendimento de uma denúncia ou para a reivindicação de direitos quaisquer, mas da ordem da estratégia e da luta (Castro, 2009, p. 288). Em *O Sujeito e o Poder* (2009a) o autor aponta três tipos de lutas que poderiam ser encontradas ao longo da história, sejam apartadas uma das outras ou misturadas entre si: (I) contra as formas de dominação (como nos casos das lutas étnicas, sociais ou religiosas); (II) contra as formas de exploração, que distanciam os indivíduos do que eles produzem; (III) contra as formas de sujeição, de submissão e subjetivação que vinculam o indivíduo a si mesmo e o submetem ao outro. Foucault indica que, mesmo nos momentos em que estas lutas se misturam, uma delas tende a prevalecer sobre as demais. Poderíamos comprovar tal fato ao analisarmos: as sociedades feudais, onde as lutas de dominação étnica ou social prevaleceram, a despeito da exploração econômica ter permanecido como desencadeadora importante de revoltas; o século XIX, quando a exploração surgiu como destaque; e atualmente, em que as lutas contra as formas de sujeição (contra a submissão da subjetividade) se tornam cada vez mais importantes, mesmo que as lutas contra as formas de exploração e dominação não tenham desaparecido. A propósito das lutas atuais, analisadas sob a perspectiva estratégica do poder, Foucault (2009a) aponta que as oposições que teriam se desenvolvido nas últimas décadas, como a oposição “do poder dos homens sobre as mulheres”, a “dos pais sobre os filhos”, a “da psiquiatria sobre o doente mental”, a “da medicina sobre a população”, e a “da administração sobre o modo de vida das pessoas”, comporiam o plano de atuação de lutas identificadas como lutas antiautoritárias¹¹. Tais lutas são definidas pelo autor como: “transversais”, não limitadas a um único país; possuem como objetivo os “efeitos do poder enquanto tal”; são “imediatas”, pois criticam as instâncias do poder mais próximas, que atuam sobre os indivíduos, e, concomitantemente, não esperam encontrar soluções para seus problemas no futuro (como liberações, revoluções ou o fim da luta de classe); são lutas que questionam o estatuto do indivíduo ao afirmarem o direito de ser diferente e se afirmarem contra o “governo da individualização”; são contra os privilégios do conhecimento, pois questionam o modo como o saber funciona e circula; são lutas que operam à volta da questão “quem somos nós?”, pois recusam investigações científicas ou administrativas que determinam nossas identidades (Foucault, 2009a).

¹¹ As lutas antiautoritárias a que Foucault se refere emergem do caldeirão político e cultural produzido pela *geração de 60* ou *geração de 68* que teve como traço fundamental a transgressão de valores e padrões estabelecidos. Através de mobilizações e experiências de revolta, as lutas daqueles anos foram capazes de intensificar temas como a liberação sexual, o questionamento da hierarquia e da autoridade, as questões ecológicas, e o imaginário de fraternidade. Naquele período, as lutas antiautoritárias conviviam lado a lado com as lutas de libertação e as lutas revolucionárias. Como nos indica Irene Cardoso (2005): “as lutas de libertação tiveram tanto o caráter de lutas nacionalistas como socialistas. As lutas revolucionárias eram propostas a partir do espectro ampliado da noção de revolução: desde a forma clássica das revoluções socialistas do século XX até os novos sentidos atribuídos à revolução [...]. O que as distingue das assim chamadas lutas antiautoritárias é fundamentalmente o modo de conceber o poder e, conseqüentemente, as formas de luta. As lutas de libertação e as lutas revolucionárias visam à tomada do poder e o concebem como o lugar da dominação e da repressão. As lutas antiautoritárias (e seus desdobramentos nos anos de 1970) foram assim nomeadas por Michel Foucault a partir de uma concepção precisa do poder como ‘relação de poder’” (p. 97).

De suma importância para a composição da base teórico-metodológica desta pesquisa, portanto, é o relevo que as resistências possuem na perspectiva de análise das relações de poder. Em referência à composição de pesquisas críticas que abordam a situação em tempos recentes, Foucault (2009a) indica a primazia da abordagem das formas de resistência no confronto às diferentes formas de poder. À vista disso, seria a análise das resistências que agiria como um “catalisador químico” e possibilitaria elucidar a localização, aplicação e os métodos empregados nas relações de poder:

Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. [...] E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações. (O Sujeito e o Poder, para. 16)

De forma a apreendermos em detalhe o pensamento de Foucault acerca das relações de poder e das práticas de resistências promovidas em movimentos sociais, podemos recorrer a uma entrevista concedida no ano de 1982 a B. Gallagher e A. Wilson da revista canadense *Body Politic* (Foucault, 2004). Nela, o autor debate questões relativas ao sexo, poder e políticas de identidade. Como as mobilizações aqui apreendidas se relacionam diretamente com estas temáticas, acredita-se na pertinência de seu breve debate. Na visão de Foucault (2004), os movimentos de política da identidade, exemplificados em sua fala pelo movimento homossexual, teriam maior necessidade de uma “arte de viver” do que um conhecimento científico sobre o que seria a sexualidade. O autor propõe uma compreensão antiessencialista do sujeito através do desejo e do aspecto criativo da sexualidade, que estaria ligada antes à ordem do deslocamento do ser do que do encontro de seus eventuais aspectos secretos:

Nós devemos compreender que, com nossos desejos, por meio deles, instauram-se novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação. O sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa. (p. 260)

Foucault indica que, se considerarmos os diferentes modos pelos quais as pessoas têm experimentado sua sexualidade, em especial desde a criação artística e cultural que floresceu nas décadas de 1960-70, poderíamos afirmar que a sexualidade se tornou uma das fontes mais produtivas da sociedade e do ser nos tempos em que vivemos. O autor defende a ideia de que a perquirição das identidades, através de escolhas sexuais, éticas e políticas seriam capazes de não apenas preservar seus atores, em uma posição estrategicamente defensiva, mas de afirmar sua força criativa, capaz de construir novas formas de vida, amizades, cultura e arte. Como exemplo, Foucault cita as práticas da “subcultura S/M” para afirmar que, em sua visão, elas não revelariam a descoberta das tendências sadomasoquistas profundamente escondidas em nosso inconsciente mas, ao invés disso, a criação de novas possibilidades de prazer que não haviam sido imaginadas anteriormente. Dessa forma, o autor marca um posicionamento contrário à busca de uma

identidade essencial do ser para afirmar que a investigação da identidade seria interessante apenas na medida em que se produz como um jogo de criação de relações sociais, e não como um meio em si, sob o risco de retornar à uma ética limitadora, similar à da heterossexualidade tradicional, por exemplo, no caso do movimento homossexual. Para Foucault, as relações que as pessoas precisariam buscar não seria relações de identidade, mas sim relações de diferenciação, criação e inovação.

Em um momento posterior da conversa, Foucault é indagado sobre as possibilidades das práticas de identidade se tornarem práticas de resistência no sentido político e social. De início, o pensador alerta para o fato de que tudo o que os movimentos e práticas de política da identidade têm criado ou adquirido ao longo de sua trajetória será, em algum momento futuro, apropriado e utilizado de outra maneira – em sua visão, não seria possível estar seguro de que, em alguma medida, não haverá exploração. Em seguida, Foucault descreve em maiores detalhes as conexões entre os conceitos de poder e resistência em seu pensamento. Como vimos, na obra do autor, o poder é compreendido através de suas redes de força ou campos de influência; o poder opera como força produtiva capaz de articular relações de poder entre os sujeitos. Desse modo, Foucault descreve o poder não apenas como meio de opressão ou força negativa entre dominadores e dominados, mas como uma relação em que há possibilidades de mudança, representada, a rigor, pelas formas de resistência. Nesta concepção do poder através de suas propriedades relacionais, onde há poder, há resistência, pois, com sua ausência, lembra Foucault (2004), as relações se apresentariam apenas como soberania e obediência:

A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica. (p. 268)

À vista disso, Foucault compreende o conceito de resistência de maneira distinta à que ele é comumente empregado; isto é, não apenas como forma de negação, mas como um processo de produção ativo das relações de poder, capaz de criar ou transformar as situações em que está inscrito. O ato de negação – o dizer não a algo – seria apenas o princípio de um gesto disruptivo das vigentes relações de poder. Assim, o autor compreende a resistência como um processo capaz de liberar práticas discursivas aptas a contestar o discurso dominante, muitas vezes compreendido como onipresente e totalizante em análises tradicionais do poder. A resistência para Foucault é uma estratégia que se funda sobre as opressões a que grupos menores são vítimas; é uma posição estratégica que forma a luta no interior das relações de poder a que um sujeito ou uma subjetividade está inserida. Portanto, é através da resistência que uma subjetividade menor produz o seu próprio discurso – como diz Foucault (2004): “a resistência é um elemento das relações estratégicas nas quais se constitui o poder. A resistência se apoia, na realidade, sobre a situação à qual combate” (p. 269). Como exemplo destas práticas de resistência, Foucault indica que o

movimento “S/M lesbiano”, instituído sobre as opressões a que as mulheres foram vítimas ao longo de séculos, conseguiu aprofundar os discursos e se libertar de estereótipos femininos utilizados pelo próprio movimento lesbiano em momentos anteriores, criando assim uma nova crítica e modo de viver.

Por último, Foucault articula os pontos traçados anteriormente sobre os conceitos de identidade e resistência, compreendidos como potências criativas inscritas em relações de poder, para articular os possíveis caminhos para as políticas de identidade. O autor argumenta que desde a Primeira Guerra Mundial existiria uma descrença em programas sociais e políticos rigidamente estruturados. Em sua visão, haveria uma tendência à desvirtuação das políticas estabelecidas e à condução de abusos por parte de grupos políticos, técnicos ou burocráticos. Neste quadro, Foucault aponta para os benefícios que os movimentos políticos e sociais dos anos 1960 e 70 trouxeram ao não delimitar suas reivindicações a um programa claro e unificado. As mudanças na vida cotidiana das pessoas, suas mentalidades e atitudes atestariam uma certa inovação política e apontariam a necessidade de se preservar a existência de processos fora dos partidos políticos ou organizações políticas tradicionais, que se atêm, em grande medida, a agendas em consensuais na busca pelo poder. Assim, Foucault (2004) crê que “não ter programa pode ser ao mesmo tempo, muito útil, muito original e muito criativo, se isso não quer dizer não ter reflexão real sobre o que acontece ou não se preocupar com o que é impossível” (p. 275).

Os conceitos expostos por Foucault nos momentos anteriores podem ser condensados em tópicos que envolvem relações de poder, práticas de resistência e ética do sujeito. Para o autor, as resistências inscrevem-se nas relações de poder como interlocutoras irreduzíveis. Sua distribuição acontece de forma irregular no tempo e no espaço; rompe unidades, desencadeiam reagrupamentos, provocando, por vezes levantes de grupos e indivíduos. Em sua articulação com a ética do sujeito, as resistências, em suas intensidades, inflamam “certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento” (Foucault, 2009b, Método, para. 8). Elas percorrem os indivíduos mesmos, “recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (Foucault, 2009b, Método, para. 8). Nas palavras do próprio autor:

Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (Foucault, 2009b, Método, para. 8)

...

Nossa análise crítica acerca das relações de poder na sociedade contemporânea não estaria completa se deixássemos de fora o conceito de necropolítica e como ele tem sido trabalhado por Achille Mbembe (2016) para debater “as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (p. 146). Cunhado pelo autor no ensaio *Necropolítica*, publicado pela primeira vez na revista *Public Culture* em 2003, o termo desenvolve-se a partir da correlação: das análises de Foucault sobre a soberania e seus vínculos com o biopoder e a guerra, especialmente a compreensão abarcada no curso *Em Defesa da Sociedade* (2005b); do conceito de estado de sítio, como deliberado por Carl Schmitt em *A Ditadura* (2014); e das análises de Giorgio Agamben sobre o estado de exceção, esmiuçado na obra *Homo Sacer* (1998). Trata-se, portanto, de um salto teórico que, ao associar estes conceitos, investiga os caminhos pelos quais o estado de exceção e a relação de inimizade “tornaram-se a base normativa do direito de matar” (Mbembe, 2016, p. 128). E ainda, como, em tais instâncias, o poder “se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (Mbembe, 2016, p. 128) ao mesmo tempo que trabalha incessantemente para produzir e reproduzir estes fenômenos. De forma a desenvolver sua análise acerca da necropolítica, Mbembe (2016) recupera a noção de soberania como fora desenvolvida por Foucault, em que sua expressão máxima consistiria “no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 123). Na contramão de leituras normativas acerca da política de soberania, Mbembe indica que seu investimento e preocupação estariam nas formas de soberania cujo projeto central:

não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tais como os campos da morte, são elas que constituem o nomos do espaço político em que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais táteis, tais como a vida e a morte. (p. 125)

Para compreendermos o movimento que Mbembe realiza na crítica da soberania ocidental, devemos, portanto, remeter brevemente ao curso *Em Defesa da Sociedade*. Nele, Foucault (2005b) estabelece que suas pesquisas daquele momento se concentrariam na retomada da teoria da guerra “como princípio histórico de funcionamento do poder, em torno do problema da raça, já que é no binarismo das raças que foi percebida, pela primeira vez no ocidente, a possibilidade de analisar o poder político como guerra” (p. 26). O autor indica ainda que trata-se, portanto, de uma análise irã de encontro ao momento em que “luta de raças e luta de classes se tornam, no final do século XIX, os dois grandes esquemas segundo os quais se [tenta] situar o fenômeno da

guerra e as relações de força no interior da sociedade política” (p. 26). Para tanto, já na primeira aula, Foucault inverte o famoso aforismo de Carl Von Clausewitz que diz que “a guerra é a continuação da política por outros meios” para sugerir a hipótese de que “a política é a guerra continuada por outros meios” (p. 22). Segundo essa perspectiva, seria possível compreender que a política é a ratificação e o reestabelecimento do desequilíbrio de forças manifestado na guerra; que todo o sistema político e as relações de poder constituídas refletiriam a história dessa mesma guerra; e que o fim do político seria a suspensão do poder como guerra continuada. Como nos indica Fátima Lima (2018), esta retomada da guerra como princípio da política servirá como procedimento de abertura a campos de reflexões que tornam cada vez mais explícito que as guerras estabelecidas a partir dos séculos XVIII e XIX são, em primeiro lugar, movidas pela concepção de raça e uma ficção apoiada num racismo biológico-social. Ainda, vinculado a esta ideia, situa-se a concepção que Foucault (2005b) denominou como racismo de Estado: “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (p. 73). Este será o tema central de onde o pensamento de Mbembe se desenvolverá para trabalhar o conceito de necropolítica, utilizando-se como referência territórios e processos históricos atravessados por lógicas de colonialidade e neocolonialidade (Lima, p. 25). Em *Políticas da Inimizade*, sob esta perspectiva, Mbembe (2017) se questiona:

A noção de biopoder será suficiente para designarmos as práticas contemporâneas mediante as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objectivo prioritário e absoluto? A guerra, portanto, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar. Se imaginarmos a política como uma forma de guerra, devemos interrogar-nos: qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano (em particular, ao corpo ferido ou assassinado)? Que lugar ocupam dentro da ordem do poder? (p. 108)

Nesta análise, Mbembe (2016) nos lembra que, se as ligações entre a modernidade e o terror podem ser traçadas através de variadas fontes – como, por exemplo, nas práticas políticas do Antigo Regime e durante a Revolução Francesa –, a escravidão se apresenta como um de seus momentos incontornáveis. Seria, portanto, na colônia e sob o regime do *apartheid* que, na visão do autor, se instauraria uma formação peculiar de terror que daria origem ao que ele denomina como necropolítica. O traço mais particular, que identifica tal formação, seria, a rigor, “a concatenação do biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio” (p. 132), em que a raça, uma vez mais, teria papel crucial, visto que “em larga medida o racismo é o motor do princípio necropolítico” (Mbembe, 2017, p. 65). Isto posto, o autor destaca que tanto no pensamento filosófico moderno quanto no imaginário e prática política europeia, a colônia representaria o lugar em que a soberania consiste, sobretudo, no exercício de um poder “à margem da lei (ab

legibus solutus) e no qual tipicamente a ‘paz’ assume a face de uma ‘guerra sem fim’” (Mbembe, 2016, p. 132). Com efeito, as guerras imperiais tiveram como propósito a destruição de poderes locais ao se apossarem de territórios com a instalação de tropas e a instituição de modelos de controle militar para subjugar a população civil. Segundo Mbembe (2016), em composições de relações de poder como essa, “a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania” (p. 135). Como nos indica Silvio Almeida (2018), seria justamente neste entrelaçamento que se poderia antever o necropoder: “nesse espaço que a norma jurídica não alcança, no qual o direito estatal é incapaz de domesticar o direito de matar, aquele que sob o velho direito internacional é chamado de direito de guerra” (Racismo e necropolítica, para. 7). Segundo Almeida (2018), a especificidade do terror colonial seria a de que ele não ocorre diante de uma ameaça concreta ou uma guerra declarada, mas num domínio de coexistência entre a dúvida, a paranoia e a loucura. A tônica do mundo contemporâneo, em que se convive com a necropolítica – em que a vida é subjugada ao poder da morte – seria, desse modo, o estresse absoluto em decorrência da iminência da guerra e da emergência de um conflito. A evocação destas lógicas do medo e da noção ficcional do inimigo seriam as chaves necessárias para que medidas “preventivas” sejam tomadas: “para que se cerque o território, para que sejam tomadas medidas excepcionais, tais como toques de recolher, ‘mandados de busca coletivos’, prisões para averiguação, invasão noturna de domicílios, destruição de imóveis, autos de resistência etc.” (Racismo e necropolítica, para. 8).

A ocupação colonial, assinala Mbembe (2016), é uma atividade que, ao apreender, demarcar e assegurar o controle físico e geográfico, inscreve sobre o território um novo conjunto de relações sociais e espaciais. A territorialização decorrida em contexto colonial promove a “produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais” (p. 135). Tais imaginários, sustenta Mbembe, fornecem sentido à instituição de direitos desiguais para diferentes categorias de pessoas, como também para diferentes finalidades no interior de um mesmo espaço; ou seja, ao exercício da soberania. O espaço é, portanto, um elemento central da soberania e da violência que ela sustém. Na prática, quando se trata de ocupação colonial, soberania significa ocupação, e ocupação significa “relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (p. 135). Segundo Mbembe, a ocupação colonial contemporânea da Palestina representaria a mais bem-sucedida forma de necropoder, que consiste na concatenação de poderes disciplinares, biopolíticos e necropolíticos. A combinação destes poderes lega ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. Por isso mesmo, a colônia, como forma de dominação, é o local por excelência em que os controles e garantias de ordem judiciais podem ser suspensas a serviço das chamadas “políticas de segurança pública”. São zonas em que o estado de exceção e a violência operam, supostamente, a serviço da “civilização”. A partir da instauração do estado de sítio, o aparato militar deixa de verificar distinções entre inimigos internos e externos. Nele, toda a população passa a ser alvo do soberano:

As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis. (p. 138)

Ao tomar como ponto de partida os conceitos de soberania, biopoder e biopolítica desenvolvidos por Foucault, Mbembe amplia o campo de análise que se propõe a pensar a vida e a morte como traços fundamentais da imbricação entre as relações de poder, do sujeito e da política para a compreensão da modernidade e seus ressoamentos no presente. Dessa maneira, o autor expande as reflexões de Foucault ao introduzir as questões coloniais, o sistema escravocrata e o modelo de *plantation* como elementos indispensáveis para a compreensão da biopolítica e da necropolítica. Como nos aponta Lima (2018), ao produzir deslocamentos na forma de análise e na perspectiva de olhar sobre os processos históricos que tomam o território e os contextos europeus como primazia, o conceito de necropolítica nos garante ferramentas para pensarmos a composição de dispositivos e diagramas de poder não apenas nos contextos pós-coloniais de Áfricas, como também nos processos de colonização, neocolonização, descolonização, e nos traços de colonialidade que ainda persistem com intensidade em outras conjunturas, como as latino-americanas, caribenhas e brasileiras. A partir desta mudança de perspectiva, o Holocausto deixa de ser o paradigma de genocídio de povos e populações para legar esta posição aos processos de colonização e neocolonização. Logo, o extermínio dos povos autóctones, o sequestro e a escravização passam a ocupar o centro dos debates da conjunção bio-necropolítica.

Segundo Almeida (2018), a análise crítica de Mbembe acerca da soberania e suas configurações no presente é plenamente adequada ao estágio atual das relações estabelecidas na economia do capitalismo pós-fordista e financeiro sob a égide da política neoliberal. Nele, a promoção de políticas de austeridade e a diminuição das redes de proteção social lançam o mundo numa continuada angústia de desamparo e desesperança. Na tarefa legada ao Estado como balizador das relações de conflito, a alternativa que se oferece é a adaptação à lógica que dita que o bom funcionamento e continuidade das formas essenciais da vida socioeconômica é dependente do encarceramento e da morte. Assim, “sob as condições objetivas e subjetivas projetadas no horizonte neoliberal, o estado de exceção torna-se a forma política vigente” (Almeida, 2019, Racismo e necropolítica, para. 15). A necropolítica, instaura-se, em suma, numa sociedade em que a justificativa da morte em nome de possíveis riscos à economia e à segurança pública se torna um fundamento ético basilar. É neste contexto que seria possível dizer que o neoliberalismo cria o *devoir-negro do mundo* (Mbembe, 2014), em que as mazelas econômicas e os dispositivos de violência infligidos à população das colônias se espalham e passam a compor as relações de cada vez mais territórios. Trata-se, com efeito, da universalização da condição negra, de sua institucionalização enquanto padrão de vida pela convivência com a expectativa, o medo e com a concretude de uma vida precária, miserável e descartável.

Por meio do conceito de Mbembe, podemos estabelecer paralelos entre os contextos coloniais e neocoloniais analisados pelo autor e os traços de colonialidade ainda presentes nas estruturas da sociedade brasileira. Como veremos nos próximos capítulos através da análise dos procedimentos empregados pelas formas de governo recentes no Brasil, em particular no Rio de Janeiro durante as ocupações militares e nos embates que contornaram a trajetória de Marielle Franco, a circulação do necropoder no trato com populações às margens das estruturas sociais, como as populações das favelas e comunidades periféricas, não poderia ser mais evidente. Afinal, como nos indica Mbembe (2016), viver sob a ocupação contemporânea é suportar a condição de viver uma dor constante:

estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias. (p. 146)

Diante de tais fenômenos contemporâneos, diante do devir negro do mundo – como resistir a um poder que opera na ordem da subjugação da vida à morte? Como criar resistências sob o vulto do necropoder, onde “as linhas entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade, são difusas” (Mbembe, 2017, p. 152)? Na entrevista *Poder Brutal, resistência visceral* (2019), Mbembe identifica que as lutas atuais, apesar de serem muito diversificadas, tendem a emergir sob a forma de microinsurreições viscerais como resposta à violenta “brutalização do sistema nervoso típica do capitalismo contemporâneo” (p. 18). Com efeito, as resistências contra a brutalidade deste poder que subjuga à morte manifestam-se através do que o autor denomina como *políticas da visceralidade* – uma composição de gestos ligados à reabilitação dos afetos, emoções e paixões. Através delas, Mbembe (2011) nos oferece pistas para alicerçar um posicionamento ético na composição de lutas de resistência que apontem a um novo futuro comum:

Trata-se tão só, há que precisar, da luta e do futuro que há que sulcar custe o que custar. Essa luta tem como finalidade produzir a vida, derrubar as hierarquias instituídas por aqueles que se acostumaram a vencer sem ter razão, tendo a *violência absoluta*, nesse labor, uma função desintoxicadora e instituinte. Essa luta tem uma dimensão tripla. Visa antes de mais destruir o que destrói, amputa, desmembra, cega e provoca medo e cólera – o tornar-se-coisa. Depois, tem por função acolher o lamento e o grito do homem mutilado, daqueles e daquelas que, destituídos, foram condenados à abjeção; cuidar, e eventualmente, curar aqueles e aquelas que o poder feriu, violou ou torturou ou, simplesmente, enlouqueceu. (p. 2)

1.3 À Espreita de Redistribuições Sensíveis: Cenas de Dissenso e Subjetivação Política

Como se sabe, o pensamento de Jacques Rancière perpassa diversificados campos do conhecimento, como história, educação, política e arte. Realizaremos uma breve investida em alguns dos conceitos chave de sua produção para debatermos, nos próximos capítulos, em que medida as ações das mobilizações que compõem o objeto dessa pesquisa articularam política e estética na produção de dissenso na sociedade em que estão inseridas. Para chegarmos a um balizamento sobre o que consiste as cenas de dissenso, recorreremos a dimensões do pensamento de Rancière que compreendem o dissenso, o consenso, o comum e a subjetivação política.

...

De acordo com Samuel Chambers (2011), a postura de Rancière como investigador consiste em fazer intervenções em situações particulares na medida em que as ideias operam deslocamentos e tencionam debates – não produzindo, com isso, nenhuma teoria globalizante. Estas intervenções buscariam, em última instância, apresentar “scenes of struggle over what politics is, of a disagreement or dissensus that interrupts and redistributes that system of places – the distribution of the sensible – that allots to each his or her proper role and function” (p. XI). Conforme indicado por André Voigt (2019), o procedimento comumente empregado por Rancière apoia-se na produção de um diálogo entre teoria e prática em vias de implementação de um método, chamado pelo próprio autor de *método da igualdade*. As *cenas* emergem, assim, como um conceito que opera aproximações entre esses dois âmbitos em suas abordagens teórico-metodológicas. É através da composição de cenas que Rancière estabelece uma interlocução entre seus conceitos e suas incursões nos debates sobre real – em temas como imprensa operária, cinema e literatura.¹² Nas palavras de Rancière (2012c):

Parlons d’abord du sens de la scène comme mise en œuvre d’une méthode. La méthode que j’ai suivie dans mon travail consiste à choisir une singularité dont on essaie de reconstituer les conditions de possibilité en explorant tous les réseaux de significations qui se tissent autour d’elle. (p.122)

As cenas de dissenso, portanto, fazem parte da aplicação do método rancièriano de estabelecimento de cenas para se interpelar um debate. A partir dela, o autor institui um campo onde os objetos constituintes e não constituintes de uma dada situação passam a se relacionar sob uma certa igualdade, sob um certo comum. São nestas cenas polêmicas (ou dissensuais) que se

¹² No livro *A noite dos proletários* (2012b), como indicado pela pesquisadora Ângela Marques (2012), Jacques Rancière discute como os operários desafiam a ordem das coisas ao estudarem, lerem e escreverem poesia à noite, mesmo tendo que cumprir cargas horárias extenuantes durante o dia. “A noite dos proletários dá lugar à invenção de cenas nas quais a subjetivação política é possível através do questionamento das posições, usos e movimentos dos corpos, das funções da palavra, das repartições entre o visível e o invisível” (p. 130).

desencadeiam processos de subjetivação política em que novos participantes podem emergir e se tornarem visíveis e audíveis num dado campo estabelecido. De forma a compreendermos em maior profundidade estes processos e as articulações entre política e estética que eles promovem, convém espreitarmos o que Rancière define como dissenso. O debate acerca das relações entre política e estética na obra do autor ocorre, a rigor, desde a publicação de *O Desentendimento*. Nele, Rancière (1996) propõe o desentendimento (ou dissenso), e não o entendimento, como uma base para o debate político. O dissenso, segundo a abordagem do autor, estabelece um campo teórico no qual os objetos constituintes da política e da estética vão de encontro um ao outro, forçando-os a se rearticular em ininterruptamente. É um processo que nega, de forma sincrônica, todas as bases sobre as quais estas duas instâncias poderiam formar positivamente uma esfera neutra de conexões. Em suas próprias palavras:

what is at stake in my research on politics and what ties it up with a research on aesthetics is an attempt to think a specificity of politics as disagreement and a specificity of the aesthetic heterogeneity that break away from the absolutization of the dissensus as wrong or disaster. It is an attempt to think such exceptionality outside of a plot of purity. (Rancière, 2011, p. 11)

Nesse campo proposto por Rancière (2005a), o dissenso, mais do que um mero conflito de interesses ou pretensões de diferentes grupos, é uma diferença no sensível, um “desacordo sobre os próprios dados da situação, sobre os objetos e sujeitos incluídos na comunidade e sobre os modos de sua inclusão” (p. 51). As estruturas de desentendimento são aquelas em que “a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto” (Rancière, 1996, p. 13). O dissenso não é um mero desconhecimento ou mal-entendido entre as partes em questão – diz respeito, antes, à qualidade e à condição dos enunciadores, à apresentação sensível de um comum entre eles. À vista disso, a estética, articulada à política, remete a uma partilha da realidade social em formas de sensibilidade – uma partilha do sensível, como designada pelo autor:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (2005a, p. 15)

Portanto, a partilha do sensível designa, a uma só medida, que os sujeitos se apoiam em um campo comum e que este campo está dividido em partes determinadas a cada um. A reordenação deste sensível se faz possível na medida em que a política está presente em litígios envolvendo divisões e fronteiras – sejam de espaços, tempos ou tipos de atividades. A política, sob esta ótica,

é o conflito em torno da existência e da qualidade dos sujeitos presentes em uma determinada partilha do sensível. O questionamento das distribuições deste comum se perfaz através de uma cena que põe em jogo as igualdades e desigualdades entre as partes. Quando esta cena se estabelece em uma estrutura de desentendimento, as partes ou sujeitos em conflito reordenam, reformam ou desdobram as suas adequações. Emerge, assim, uma cena de dissenso. Segundo Rancière (1996), as partes em litígio não preexistem ao conflito no qual estão envolvidas e que são contadas como tal. A política não se revela porque há sujeitos que constituem um debate sobre seus interesses coincidentes, mas porque os que não eram considerados como interlocutores passam a ter este direito. Quando isto acontece, os novos sujeitos instituem uma comunidade pelo fato de exporem um *dano* em comum. Dano este que é identificado como o próprio enfrentamento, a sobreposição de dois mundos encerrados em um só: “o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo ‘entre’ eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada” (p. 40).

Como indicado por Ângela Marques (2011), é justamente o dissenso, como proposto pelo autor, que expõe fissuras e provoca questionamentos acerca de corpos sociais equânimes – de certas partilhas estanques – que, amparadas em certezas e princípios de igualdade previamente acordados, raramente são questionados ou colocados à prova. A instauração do dissenso se refere, nessa medida, à percepção sensível dos sujeitos de que algo está errado; de que a suposta igualdade peremptoriamente alardeada entre os sujeitos não está instituída. Como aponta Steven Corcoran (2010), ao caracterizar estética e política à maneira do dissenso, Rancière busca uma compreensão que identifique as contingências que suspendem as regras que preservam as experiências constituídas. Nesta perspectiva, estes momentos não emergem como resultado de uma propriedade que seria inata à experiência de indivíduos ou comunidades. Eles dependem, antes, de uma descontinuidade que ultrapassa a vigente forma de governo sobre a vida humana. Essa descontinuidade, para Rancière, é realizada através de ações políticas e estéticas que rompem os corpos de suas posições e funcionalidades especificadas. Os efeitos dessas atividades caminham em direção a horizontes espaço-temporais irreduzíveis a uma comunidade previamente identificada. Logo, o fraturamento produzido não é um simples reordenamento das relações de poder existentes entre determinados grupos ou uma reviravolta institucional. É, antes, uma ação que atravessa hierarquias de cultura, identidade e pertencimento, modos de discurso e expressão – de forma a introduzir novos e heterogêneos sujeitos e objetos nos campos da percepção. Nas palavras do próprio autor, uma ação dissensual “muda os modos de apresentação sensível e as formas de enunciação, mudando quadros, escalas ou ritmos, construindo relações novas entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e sua significação” (Rancière, 2012a, p. 64).

O consenso, por sua vez, é formulado por Rancière (2010) como um acordo entre senso e senso – entre um modo de apresentação sensorial e um regime de significado. É o consenso que define e hierarquiza o que é próprio ou impróprio em determinada circunstância. A sua operação, como assinala Corcoran (2010), consiste no casamento entre uma *poiesis* (ou modo de fazer), com

uma *aisthesis* (ou horizonte de afetos). A essência do consenso, se traduz, por exemplo, na suposição do acordo entre um fato e sua interpretação ou entre um discurso e sua compreensão. É a ideia subjacente que identifica e separa o político do social ou a arte da cultura (Rancière, 2010, p. 213). Ou ainda, é a ideia que impõe a cada sujeito o seu espaço de atuação em termos funcionais e racionais, descredenciando a existência de um resto inoperante. O pensamento consensual, portanto, realiza bem mais do que imaginamos habitualmente – que seria algo como a promoção de um acordo entre afinidades e uma exclusão de disparidades, uma “relação simples de um dentro e de um fora” (Rancière, 1996, p. 117). Segundo Rancière, o que está em jogo não é meramente a localização destas partes, mas o modo de divisão que permite a relação entre elas. O consenso, nessa medida, uniformiza e retira as marcas que permitem a relação da comunidade com a não comunidade. Ele exclui o que seria próprio da política: a possibilidade de oposição entre um mundo e outro. O consenso opera, portanto, uma neutralização da política vista como base dissensual – substitui um suplemento de sujeitos por parceiros, grupos e identidades localizadas. A sua tendência, como destaca Rancière (2005b), é transformar qualquer conflito em um problema que compete a um especialista ou técnica de governo.

Para Rancière (1996), a política é *assunto de sujeitos* ou de *modos de subjetivação*. Nessa medida, a subjetivação política, segundo o autor, é a capacidade de produzir cenas de dissenso que revelam as contradições entre duas lógicas, entre duas partes do sensível. Uma subjetivação política, como exposto anteriormente, reordena o campo da experiência que confere a cada um a sua identidade e a sua parcela. Ela desfaz e restabelece a organização sensível da comunidade; as relações entre os modos do fazer, do ser e do dizer que a definem; as relações entre os espaços onde se age e as capacidades ligadas a este agir. Sob a lógica do dissenso, a subjetivação política ocupa-se de inventar múltiplos “universos em conflito dentro de um e do mesmo universo” (Rancière, 2007, p. 102). Trata-se, enfim, de “dividir a unidade do que é dado e a evidência do visível e, como consequência, do possível” (Rancière, 2007, p. 102). Como apontam Marques e Lelo (2014), o processo de subjetivação política, sob a ótica de Rancière, pode ser destrinchado em três ações interligadas. Primeiro, a demonstração do *dano* em uma cena de dissenso de modo a questionar ou verificar a existência de igualdade entre os que partilham o sensível. Segundo, uma ação ou encenação disruptiva capaz de revelar a natureza estética da política. E terceiro, a desidentificação de uma identidade imposta e fixada por outrem.

A subjetivação política emerge, portanto, quando ações são desempenhadas por aqueles que estão envolvidos em um dano. Tais ações são engendradas pelos *sem-parte* – pessoas que não pertencem *a priori* a uma determinada comunidade. Elas são as existências suplementares, que compreendem, em última instância, os sujeitos que questionam uma determinada partilha: “it is the supplementary part in relation to every count of the parts of the population, making it possible to identify ‘the count of the uncouned’ with the whole of the community” (Rancière, 2010, p. 33). Segundo Rancière, este sujeito político não é um grupo ou alguém que “toma consciência” de si, se insere no debate e impõe seu lugar na sociedade. É, antes, “um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da

experiência dada” (1996, p. 52). Como indicado por Jodi Dean (2011), os *sem-parte* não denominam um grupo marginalizado na cena política empírica (p. 86). Eles não são uma nova forma de conceber e construir uma política de identidades de grupos excluídos na sociedade. Portanto, faz mais sentido pensar nos *sem-parte* como uma espécie de metáfora que indica o hiato entre um regime estabelecido e outros possíveis – o espaço entre mundos e o que os reparte internamente. Marques e Lelo (2014) concordam e indicam que a figura dos *sem-parte* se relaciona mais às operações simbólicas e práticas políticas que evidenciam as lógicas e articulações de uma dada partilha do que aos sujeitos em si. Dito de outra maneira, os *sem-parte* não devem ser confundidos com categorias e identidades sociais – eles não são os negros, pobres, mulheres ou trabalhadores, mas formas de interposição no comum que demonstram que os sujeitos podem ser, simultaneamente, eles e outros. Que eles podem ter uma existência política “marcada por movimentos de conexão e desconexão entre posições de sujeito que ora tendem ao universal (aos direitos) e ora tendem ao particular (experiência, poética)” (Marques & Lelo, 2014, p. 58). É por esse motivo que a subjetivação política é um processo central na composição de cenas de dissenso. São elas que permitem este jogo entre identificação e desidentificação impostas ou adquiridas. São elas que, através do confronto político, rompem novas partilhas do sensível. Nas palavras de Rancière (1996):

Toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela. (p. 48)

Em suma, as cenas de dissenso, como descritas por Rancière (2012a), são momentos em que singularidades emergem e reconfiguram a paisagem do perceptível, alterando as distribuições e seus significados. Elas põem em jogo as divisões que definem quem é capaz de perceber, pensar e atuar para modificar as bases em que se estrutura e se imagina o comum. As cenas de dissenso se constituem, enfim, através de uma subjetivação política de indivíduos que não eram contados como interlocutores até então – suas ações fraturam a unidade do que se pressupunha como dado, vindo a desenhar uma nova topografia do possível. No que concerne o debate central desta pesquisa, cabe notarmos as propriedades que nos permitem investigar em que medida determinados sujeitos, grupos ou comunidades que não eram consideradas como interlocutoras em um dado contexto, passam a reivindicar um espaço na composição e formulação do comum: em que medida processos de subjetivações políticas emergiram na composição de cenas de dissenso.

2. Teias de Relações no Processo dos Conflitos

Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:

Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.

A iniciativa rápida, a reflexão longa,

A paciência fria e a infinita perseverança,

A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto,

Apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade.

—Bertolt Brecht

2.1 De Bouazizi ao Tensionamento Pós Jornadas de Junho

As mobilizações abordadas nesta pesquisa – Atos por Marielle, Movimento #EleNão e Movimento 15M – emergem na esteira de mobilizações sociais globais contemporâneas. Analistas afirmam que, nos últimos anos da primeira década do século XXI, especialmente após a crise econômico-financeira de 2008, mudanças basilares estariam em curso nas características dos movimentos sociais. Essas diferenças são perceptíveis na onda de mobilizações que se propaga pelo Oriente Médio, Europa, Estados Unidos, Canadá e América Latina através de ocupações de redes, praças, parques, ruas e instituições. Segundo Maria da Glória Gohn (2013), as variações incorrem principalmente em seus territórios de atuação, formas de organização e repertórios discursivos. Há também uma ampliação das demandas puramente indenitárias para demandas grupais com enfoque em problemas da vida cotidiana e do emprego, finanças e serviços sociais, como educação e saúde. Os indivíduos mobilizados têm se organizado sob múltiplas categorias, como etnia, raça, gênero, idade e atividade do trabalho (rural ou urbana). As possíveis explicações para o surgimento da nova onda de levantes apontam para variadas direções, mas grande parte encontra nas políticas socioeconômicas do capitalismo globalizado, que intensifica o aumento das desigualdades sociais e desequilibra regiões que antes conduziam suas próprias

políticas sociais, um dos principais fatores. Dessa forma, para Slavoj Žižek (2012), o sistema capitalista teria reaparecido como o fator de convergência para as lutas atuais após o chamado “essencialismo da luta de classes” ter sido substituído pelo pluralismo das lutas antirracistas, feministas, ambientalistas etc. Žižek (2013) salienta, ainda, que não apenas as identidades, mas as particularidades de cada uma das insatisfações ao redor do mundo subsistem, por certo, ao processo maior desencadeado pelo capitalismo global. Neste contexto, uma nova categoria de cidadão entraria em cena como um importante ator: o *precariado*. A denominação é utilizada como referência às propriedades da sociedade que este indivíduo precisa enfrentar, em que há o imperativo da desigualdade social e econômica, a perda de direitos políticos e sociais. O *precário* seria, assim, um novo proletário, que procura se estabelecer em um momento de flexibilização dos direitos do trabalhador, perdas de garantias legais e intensificação do trabalho no setor informal e terceirizado (Alves, 2012).

Para Manuel Castells (2013), as recentes mobilizações são parte de um mesmo movimento coletivo e global que não nasce apenas de fatores sociais ou políticos, mas, principalmente, de uma afluência emocional desencadeada pela indignação sobre determinada injustiça. Da mesma forma, a esperança de seus participantes emerge através de revoltas exitosas em outros territórios, “cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet” (A transformação do mundo na sociedade em rede, para. 8). Na visão do autor, estes movimentos, apesar de iniciarem-se na Internet, não são essencialmente digitais; são movimentos que ocupam o espaço público, e quando saem dele, continuam no ciberespaço, pois adquirem capacidade de comunicação de massa. De acordo com Marlies Glasius e Geoffrey Pleyers (2013) haveria três semelhanças entre os eventos pós-2010: uma infraestrutura de redes e reuniões que facilitam sua rápida disseminação; uma geração moldada tanto pela precariedade do trabalho quanto pela exposição e participação em fluxos globais de informação; e, de forma crucial, uma articulação compartilhada de demandas e práticas. Os autores identificam, ainda, que, no cerne das demandas e da identidade dos movimentos que emergiram, estariam três conceitos interligados: democracia, justiça social e dignidade. Segundo Pleyers (2010), os movimentos contemporâneos, ao se tornarem atores na era global – momento em que decisões políticas são profundamente influenciadas por empresas transnacionais e instituições internacionais – foram capazes de criar espaços autônomos com redes horizontais, produção alternativa e processos participativos. Em resposta aos mercados globais e às crises econômicas, seus participantes lutam para defender sua subjetividade, criatividade e experiência de vida. Segundo Alain Badiou (2012), os levantes globais contemporâneos indicam uma resistência às agendas econômicas, ditas como “inevitáveis” e “urgentes”, que o mercado tenta implementar de forma transnacional. O autor aponta o poder criativo e a livre associação destes movimentos como as principais características que despertaram o renovado entusiasmo por rupturas ao redor do mundo.

Na visão de Castells (2013), tudo teria começado na cidade de Sidi Bouzid, Tunísia, quando o vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, de 26 anos, praticou autoimolação por fogo em frente à sede do governo local. Na manhã do dia 17 de Dezembro de 2010, a reiterada vasculha e

confisco vexatório de seu meio de subsistência (uma simplória banca de frutas e verduras) por agentes corrompidos do governo, o levaram, mais uma vez, a requisitá-lo de volta. Com a recusa expressa do pedido, Bouazizi decide manifestar seu desespero no drástico protesto. Ainda no mesmo dia, centenas de jovens, identificados com sua experiência de confronto à injustiça, se deslocaram àquele mesmo local para dar corpo a um ato que seria registrado e compartilhado nas redes por Ali, seu primo. Bouazizi faleceria em 3 de Janeiro, após ter sofrido queimaduras em 90% de seu corpo. Ben Ali, o autocrata militar que tentou mitigar as revoltas manipulando a imagem de Bouazizi hospitalizado, perderia seu poder após o desencadeamento de um processo de manifestações que instrumentalizaria os novos meios de comunicação e produziria originais formas de ação. Em poucos meses, o levante que se iniciou após o fatídico gesto na Tunísia deflagraria levantes em países como Líbia, Egito, Iêmen, Síria e Bahrein – confrontando e derrubando regimes autoritários vistos até então como estáveis. O processo, que ficaria conhecido como Primavera Árabe, irromperia sucessivos movimentos por todo o Norte da África e Oriente Médio nos meses subsequentes.

Os eventos da Primavera Árabe seguem o rastro de processos desencadeados nas últimas décadas, em especial dos movimentos antiglobalização e altermundialistas, que intrincaram os debates sobre a sociedade após a intensificação da globalização em meados da década de 1980 e início de 90. Segundo Donatella della Porta e Sidney Tarrow (2004), três amplos processos fundamentam as bases das principais mudanças nos movimentos sociais contemporâneos, e possibilitam, desta forma, enxergar os elos entre as políticas transnacionais e os recentes acontecimentos: difusão, internalização e externalização. Na visão dos autores, a difusão é a forma mais antiga e familiar dos três processos – através dela, atores de uma determinada região ou país adotam ou adaptam formas organizacionais externas ao seu próprio contexto. A internalização é o processo pelo qual certos movimentos sociais despertam conflitos internos a sua região ou país, mas as origens do embate são supranacionais. E a externalização é o processo pelo qual movimentos sociais e organizações deixam de atuar apenas em contextos internos e passam a atuar em escala global. Articulando diretamente o exposto por Porta e Tarrow no contexto da Primavera Árabe, Stephan Rosiny (2012) aponta para o fato de que a natureza transnacional dos protestos uniu-se a outras duas circunstâncias: uma livre ideologia de discurso e um particularizado direcionamento de suas ações, que deixou de se dirigir a inimigos externos históricos da região para se concentrar na derrubada ou reforma de sistemas autoritários de governo. Segundo Castells (2013), estes fatores ligaram-se fundamentalmente a processos de comunicação provocados durante os levantes. Para o autor, seria importante destacar o papel desempenhado pela Internet e pela rede de televisão Al Jazeera para desencadear, ampliar e coordenar, em especial entre os jovens, os atos indignados que emergiam. Dessa maneira, nomeadamente a Internet, devido a sua natureza autônoma de comunicação, propiciou a disseminação viral de vídeos e mensagens que tiveram papel central na mobilização estratégica e emocional da sociedade à época – por meio da divulgação de protestos e violência policial, além de convocações às ações nas praças e ruas por todo o país. Ainda segundo Castells (2013), uma

das principais características do levante na Tunísia, transportada a outros movimentos no mundo, foi a junção criada entre a comunicação pelas redes – em canais como Facebook, YouTube e Twitter – e a ocupação dos espaços urbanos na formação de um “híbrido espaço público de liberdade” (Tunísia: a revolução da liberdade e da dignidade, para. 2). Portanto, na sua visão, a composição dos protestos teria sido forjada a partir da articulação entre as redes sociais da Internet (*on-line*) e as redes pessoais fora dela (*off-line*).

As modulações propagadas pela Primavera Árabe não tardariam a chegar a outros territórios – dessa vez, a Península Ibérica. No dia 12 de Março de 2011, um conjunto de mobilizações em Portugal e países de emigração portuguesa marcou os maiores atos políticos não vinculados a partidos desde a Revolução dos Cravos, em 1974: a Geração à Rasca. De forma semelhante ao modelo empregado na Tunísia, as manifestações também foram organizadas através das redes: um evento no Facebook e uma publicação no blog criado por membros já sensibilizados desencadeou o processo que levaria milhares de pessoas às ruas. Segundo relatos da época, teriam sido os amigos Alexandre Carvalho, João Labrincha, António Frazão e Paula Gil os responsáveis pela convocatória das manifestações que ocuparam a Avenida da Liberdade, em Lisboa, e a Praça da Batalha, no Porto. O manifesto publicado no blog do movimento, autointitulado como “apartidário, laico e pacífico”, conclamava a participação de cidadãos num protesto em nome dos “desempregados, ‘quinhentoseuristas’¹³ e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal” (Protesto da Geração à Rasca, 2011, para. 1). Apenas um mês depois, logo ao lado, a faísca dos levantes árabes chegaria a Espanha em mobilizações que ficariam famosas sob a alcunha de 15-M.¹⁴ A crise econômica, os altos índices de desemprego e o clamor por uma democracia mais participativa foram alguns dos principais ingredientes da indignação que se alastrou nas ruas e praças do país. Aos moldes dos movimentos anteriores, o processo espanhol foi desencadeado a partir de uma convocação nas redes. Àquela altura, o grupo incipiente organizou-se de forma anônima através da plataforma digital ¡Democracia Real Ya! (DRY), como relembra Javier Toret (2012), um de seus primeiros membros. Sem liderança formal, o grupo conclamava os primeiros protestos sob o slogan “Ocupe as ruas. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros!”. Na visão do pesquisador, o fator preponderante para a formação da multidão, naquela conjuntura, teria sido a utilização dos espaços livres nas redes para dar voz e autonomia à cada um dos participantes. Pois, ao empoderar o cidadão comum em sua recusa à dominação institucional e econômica, as singularidades em jogo tornaram visíveis as contradições

¹³ O termo utilizado faz alusão ao valor do salário mínimo nacional à época, que estava por volta dos €500.

¹⁴ 15-M se refere à data de princípio dos eventos, 15 de Maio de 2011. No mesmo dia, teria início a ocupação da Puerta del Sol, praça central de Madrid, ato que viria a se tornar símbolo durante os protestos. Manuel Castells (2013) aponta para a controvérsia em relação ao rótulo utilizado para o movimento. O autor ressalta que o nome *Indignados* – utilizado por ele em seu livro – é o nome frequentemente empregado na Espanha e no mundo. Apesar disso, revertermos o gesto e optamos pelo nome de 15-M por ser mais popular entre seus participantes e por estabelecer conexões com o movimento brasileiro de 2019, parte do objeto central desta pesquisa.

suprimidas no tecido social. Em seu arrefecer, os atos do movimento mobilizaram mais de 6 milhões de pessoas em Madrid, Barcelona, Valência e dezenas de outras cidades no país.¹⁵

Nos Estados Unidos, os protestos tomariam corpo através da ocupação do espaço público com o movimento Occupy Wall Street (OWS) em 17 de Setembro de 2011. A prática adotada pelos manifestantes que se dirigiram ao Zuccotti Park, localizado no distrito financeiro de Nova York, estabelecera-se como símbolo de movimentos anteriores, similar ao caso da Praça Tharir, no Cairo, durante a Primavera Árabe, e da praça Puerta del Sol, em Madrid, no decurso do 15-M. A faísca inicial para o desencadear dos eventos, uma publicação no blog da revista Adbusters, fazia alusão direta ao modelo estabelecido nos meses anteriores: “#OCCUPYWALLSTREET. Are you ready for a Tahrir moment? On Sept 17, flood into lower Manhattan, set up tents, kitchens, peaceful barricades and occupy Wall Street” (WebCite, s.d.). Os embates seriam instaurados sobretudo contra as injustiças e desigualdades socioeconômicas promovidas pela crescente influência de bancos, corporações e grupos empresariais – em especial, do setor financeiro – no processo democrático do país. Como aponta Castells (2013), a data selecionada para o ato não foi acidental: 17 de Setembro marca o dia da assinatura da Constituição americana, estabelecendo, assim, um vínculo entre a convocação inicial e as demandas em voga, que pretendiam “restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro” (A indignação, o trovão, a centelha, para. 8). O sentimento de revolta que ocupou as ruas e redes seria expresso sobretudo no slogan “We are the 99%”, enunciado pelos manifestantes para identificar a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma pequena elite social, vista como avarenta e corrupta. Relativo ao tema, a convocação feita pela Adbusters dispunha ainda da imagem de uma dançarina no topo da escultura Charging Bull¹⁶ de Wall Street, símbolo do otimismo, agressividade e prosperidade do mercado financeiro americano. A provocação da revista seria um prenúncio da articulação que se estabeleceria novamente: a utilização estratégica de comunicação nas redes unida a ações diretas no espaço público. Sobre esse tema, na perspectiva da produção cultural do movimento, o pesquisador Jack Bratich (2017) acredita que o OWS se tornou uma plataforma de ação, na qual experimentos em fazer-mundos começaram a aparecer antes de serem interrompidos e dispersados (p. 825). De fato, com a difusão imediata das ações e reações pelas redes, outras ocupações espontâneas surgiram em múltiplos pontos do país, em cidades como Portland, Chicago, Boston, São Francisco, Los Angeles, Washington Atlanta, Houston, Austin, Nova Orleans, Filadélfia, Las Vegas, Seattle, entre outras. A dispersão do movimento começou em Novembro do mesmo ano, quando a força policial removeu os manifestantes do Zuccotti Park – no que viria a encorajar ocupações em territórios de natureza heterogênea, como edifícios desocupados, casas hipotecadas e campi universitários.

Entre as críticas feitas ao OWS, uma ecoaria com maior intensidade: a falta de objetivos claros. Sobre o tema, Slavoj Žižek – que participara no movimento *in loco* – evocaria a célebre

¹⁵ Os números utilizados nesta pesquisa – relativos à quantificação de eleitores, cidades, manifestantes, *hashtags*, entre outros – são controversos e variam de acordo estimativas da mídia corporativa, de institutos públicos e privados, e de grupos participantes dos eventos. Portanto, devem ser considerados apenas como referência.

¹⁶ A escultura também é referida como *Wall Street Bull* ou *Bowling Green Bull*.

frase de Bartleby, o infame personagem do conto de Herman Melville, para contrapor os comentários: “I Would prefer not to”.¹⁷ Para o autor, de modo semelhante à fórmula melvilliana, a potência do OWS estaria justamente na produção de um impasse propositivo. Žižek já havia trabalhado mote similar em seu livro *The Parallax View*, quando sugeriu que a frase de Bartleby fosse encarada de forma literal:

In his refusal of the Master’s order, Bartleby does not negate the predicate; rather, he affirms a non-predicate: he does not say that he doesn’t want to do it; he says that he prefers (wants) not to do it. This is how we pass from the politics of “resistance” or “protestation,” which parasitizes upon what it negates, to a politics which opens up a new space outside the hegemonic position and its negation. [...] This is the gesture of subtraction at its purest, the reduction of all qualitative differences to a purely formal minimal difference. (2006, p. 381)

Portanto, ao relacionar a posição de Bartleby à posição dos manifestantes no Zuccotti Park, Žižek não estava sendo apenas irônico com a localização de ambas histórias, que se passaram em Wall Street, como também assaz crítico, ao apontar que o gesto realmente político à geração contemporânea não se cristalizaria a partir da simples negação ao sistema vigente, mas por meio de sua completa subtração a ele: afirmar uma diferença, e, assim, abrir um novo espaço de embates. Judith Butler, igualmente envolvida nos acontecimentos, expressaria seu prisma durante uma visita à ocupação. No dia 23 de Outubro, a autora articulou em discurso dois pontos cruciais aos debates: uma crítica à falácia da utopia, que considerava toda e qualquer demanda dos manifestantes como inalcançável; e uma ode à importância da formação de um corpo coletivo em espaço público que opere uma performatividade democrática:

If hope is an impossible demand, then we demand the impossible. If the right to shelter, food and employment are impossible demands, then we demand the impossible. If it is impossible to demand that those who profit from the recession redistribute their wealth and cease their greed then yes, we demand the impossible. But it is true that there are no demands that you can submit to arbitration here because we are not just demanding economic justice and social equality, we are assembling in public, we are coming together as bodies in alliance, in the street and in the square. We’re standing here together making democracy, enacting the phrase ‘We the people!’. (Smabiner, 2011)

Butler retomaria o tema após comparecer à ocupação no Zuccotti Park, em especial no capítulo “‘We the People’ – Thoughts on Freedom of Assembly” do livro *Notes Toward a Performative Theory of Assembly* (2015). Nele, a autora parte do conceito de *espaços de aparência*, presente no trabalho de Hannah Arendt, para questionar justamente as dimensões

¹⁷ O livro em questão trata-se de *Bartleby, the Scrivener: A Story of Wall Street*, publicado em 1853.

corporais e discursivas das ações coletivas. Em divergência à teoria arendtiana – que propõe o aparecimento político condicionado ao ato de fala – Butler (2015) argumenta que, para não restringirmos as ações políticas, deveríamos considerá-las em termos de performatividade da soberania popular. Dessa forma, o termo *aparência* poderia designar não somente *palavras faladas* ou *presenças visíveis*, como também *representações em rede* e, até mesmo, *silêncios*. A autora argumenta ainda que, em consonância com a performatividade da soberania popular, nós deveríamos ser capazes de conceber atos políticos – incluindo-se, aqui, as ocupações desencadeadas nas recentes mobilizações – como ações que depreendam “a plurality of bodies who enact their convergent purpose in ways that do not require strict conformity to a single kind of acting, or to a single kind of claim, and who do not together constitute a single kind of subject” (p. 164).

Em uma análise centrada especificamente no papel da arte e das imagens nas recentes mobilizações, W. J. T. Mitchell (2012) aponta o tropo da ocupação como o principal fio condutor entre os levantes que emergiram na Primavera Árabe e chagaram ao OWS. Para o autor, nos dois momentos, as imagens icônicas produzidas não foram a do rosto de um manifestante ou de alguma figura em específico, mas a do espaço negativo ou fundo em que esta figura apareceu: a própria ocupação. Ocupação esta entendida não apenas como uma operação de presença física ou visual, mas também discursiva e retórica: um tropo, afinal. Dessa maneira, o tropo da ocupação, como descrito por Mitchell, envolveria uma dimensão temporal e retórica paradoxal: “it speaks by refusing (for now) to speak; it declares by refusing to declare; it endures and prolongs a silence and a temporary holding action that will inevitably be succeeded by more speech and action” (p. 06). Chegamos aqui em um oportuno ponto de convergência, que aproxima a análise de Mitchell às de Žižek e Butler. Para Mitchell (2012), os movimentos Occupy são uma dramática performance retórica que opera uma estratégia de recusa, pois: “It refuses to describe or define in any detail the world that it wants to create, while showing this world in its actual presence as a nascent community” (p. 10). Em outras palavras, ao potencializar a estratégia da recusa, os manifestantes não objetivavam a tomada do poder, mas evidenciar justamente o latente poder da recusa, de modo a fundar um espaço político: o espaço político arendtiano de aparência, como aponta o autor. Assim, enquanto Žižek propõe a recusa como o movimento de subtrair-se das relações de poder pré-estabelecidos para, assim, fundar um novo campo político através da afirmação da diferença, Mitchell diz que o gesto dos manifestantes indicou sua possibilidade; ao passo que Butler propõe a expansão do espaço arendtiano através de alternadas ações, Mitchell enxerga sua fundação através da estética e da arte.

Vertiginosamente instáveis e difíceis de capturar em essência devido a suas propriedades heterogêneas, as multidões indignadas logo passaram a ocupar outros territórios nas ruas e redes, em espaços públicos e privados. Em síntese, operaram deslocamentos, como nos indicam os três autores.

...

A irradiação de levantes não tardaria a chegar ao Brasil. As práticas e métodos de ação coletiva em voga dariam sinais de afloramento já no ano de 2011. Dentre os eventos de maior intensidade, estariam: a Marcha das Vadias, movimento feminista que chegaria a cinco cidades brasileiras no mesmo ano de sua fundação no Canadá; a Marcha da Maconha, manifestações favoráveis a mudanças nas leis sobre a cannabis; e a Marcha da Liberdade, que após violenta repressão à Marcha da Maconha em São Paulo, se alastrou por 40 cidades no país. Ivana Bentes (2015) identifica as manifestações ocorridas nos anos de 2011 e 2012 como um grande ensaio para as mobilizações que emergiriam nos próximos anos. Segundo a pesquisadora, neste período houve uma eclosão de novas linguagens, discursos e atores, que se apropriaram das redes para conectar corpos e territórios nos grandes centros urbanos do país. Apesar da crescente repercussão e aderência por grupos, coletivos e cidadãos engajados, a grande virada, que transformaria as manifestações de pontuais reivindicações em uma luta heterogênea da multidão, composta por diferentes movimentos e ideologias, seria os eventos ocorridos em Junho de 2013: as Jornadas de Junho (Vainer, 2013). Os episódios daqueles preeminentes dias propagariam eventos na cena sócio-político-cultural brasileira que, para além da fundação de novas coletividades e formas de ação – em correntes e contracorrentes ideológicas – levariam ao impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e à eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

Os eventos tiveram como crucial propulsor o Movimento Passe Livre (MPL), que desde sua fundação em plenária no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre, luta pela adoção de tarifas reduzidas nas passagens do transporte público em capitais do país. Como indicado por André Singer (2013), as primeiras manifestações, convocadas pelo MPL através das redes, estabeleceram o formato que seria adotado em larga medida nos confrontos seguintes: paralização de grandes vias e confronto aberto com a polícia. Cabe ainda destacar que o modelo empregado pelo MPL em suas assembleias era muito semelhante ao das mobilizações globais analisadas anteriormente: autonomia, horizontalidade, independência e apartidarismo. As convocações realizadas pelo movimento deveram-se ao anúncio do aumento em R\$0,20 na tarifa do transporte público urbano na cidade de São Paulo. Segundo Singer (2013), as mobilizações iniciais ficaram praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de Junho. À medida que a repressão policial se intensificava, o número de participantes crescia – o comparecimento introdutório de 2 mil pessoas logo se tornou 20 mil no dia da quarta jornada. O uso desmedido da força de repressão do Estado atingiria, além dos manifestantes, jornalistas e transeuntes. A partir desse dia, com a propagação de imagens e discursos nas redes e noticiários, a atenção da opinião pública se tornou indignação, impulsionando outras frações da sociedade às ruas. Os protestos ocorridos entre os dias 17, 18, 19 de Junho tomaram organicamente o espaço público de todo o país, atingindo um pico no dia 20, quando cerca de 1,5 milhão de pessoas participaram de eventos em mais de 120 cidades. Neste mesmo dia, a reivindicação da redução das tarifas foi atendida, a visível contragosto do governo, em dezenas de cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. A partir do dia 21 até o final do mês, o movimento começa a se fragmentar em mobilizações menores com

objetivos específicos, como a derrubada da PEC 37, a recusa ao projeto da Cura Gay, a reivindicação pela Reforma Política, o protesto contra o Programa Mais Médicos, os protestos contra os gastos excessivos com a organização da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo FIFA de 2014, entre outros. Cabe lembrar que os eventos das Jornadas de Junho ocorreram em paralelo e se misturaram a outras manifestações já previstas em calendários de movimentos e grupos conhecidos nas últimas décadas. Entre eles, estavam greves, paralizações em universidades, Marcha da Família com Deus, Paradas Livres e LGBTI+, além das Marchas das Vadias e da Maconha, que também se repetiram naquele ano.

Segundo Eugênio Bucci (2016), os atores de estruturas rígidas em 2013, como o governo, partidos da situação e oposição, ficaram presos dentro de seus particularizados embates políticos e não perceberam que tinham perdido o diálogo com os movimentos que emergiam. Para o autor, um dos principais motivos da desarticulação irrompida no país teria sido a falta de capacidade de interpretação do cenário para além de visões meramente políticas. Dessa forma, as Jornadas de Junho teriam rompido “as fronteiras da política (ou da linguagem meramente política) para configurar um acontecimento que se impôs no campo da cultura, com potencial de transformar também a cultura política” (p. 18). Maria da Glória Gohn (2018), de forma semelhante a Bucci, afirma que os acontecimentos de Junho de 2013 ultrapassaram a esfera do meramente político para se tornarem um processo histórico-cultural. Em sua visão, a partir deste momento, a democracia brasileira teria se ampliado e abrigado movimentos e grupos com outros repertórios e linguagens, conservadores e liberais. Para Michael Hardt (2014), a multidão que emergiu no Brasil, advinda do ciclo de lutas que se alonga desde 2011, exigiria uma “democracia real”.¹⁸ Na sua visão, duas seriam as condições políticas e sociais contemporâneas que dariam sustentação a essas revoltas: as “capacidades produtivas da multidão” e o “desejo generalizado de fazer o espaço metropolitano comum”. Segundo o autor, estes dois fatores formariam a base sob a qual verdadeiras transformações poderiam emergir e, assim, dariam sinais dos “poderes, consistência e durabilidade com que podemos definir o desdobramento das lutas presentes” (p. 09). Lilia Schwarcz (2019) acredita que as manifestações de 2013 canalizaram múltiplas insatisfações populares, como a corrupção, a insegurança presente nos espaços públicos, o crescimento do crime organizado, o fisiologismo político generalizado e a desorganização do Estado. Na sua ótica, ao passo que as ruas e redes acomodaram novos tipos de demandas, deram vazão a ressentimentos que logo se transformaram numa política deliberada de intolerância, ódio e polarização.

¹⁸ Segundo Sidney Tarrow (1994), um *ciclo* pode ser definido como “a phase of heightened conflict across the social system, with rapid diffusion of collective action from more mobilized to less mobilized sectors, a rapid pace of innovation in the forms of contention employed, the creation of new or transformed collective action frames, a combination of organized and unorganized participation, and sequences of intensified information flow and interaction between challengers and authorities. Such widespread contention produces externalities, which give challengers at least a temporary advantage and allow them to overcome the weaknesses in their resource base. It demands that states devise broad strategies of response that are repressive or facilitative, or a combination of the two. And it produces general outcomes that are more than the sum of the results of an aggregate of unconnected events” (p.199).

Das Jornadas de Junho ao início de 2019, momento limite da cartografia desta pesquisa, muitos eventos e atores entraram jogo na cena de embates brasileira. Segundo Gohn (2018), o ano de 2013 inauguraria um novo ciclo de lutas e protestos políticos no Brasil. Já no ano de 2014, durante o período eleitoral para a presidência da república, novos grupos, com características diferentes das dos que participaram em 2013, como o MPL, emergiram e vieram a ter atuação crucial nas manifestações que aconteceram em 2015. Dentre os mais relevantes e seus perfis, estavam: Movimento Brasil Livre, neoconservador; Vem Pra Rua, neoliberal; Revoltados Online, reacionário. A partir da indignação com os problemas sociais e políticos do país que haviam aflorado no ano anterior, uma nova cultura de mobilizações e discurso foi projetada. Aos poucos, a revolta contra o sistema político-econômico se cristalizou em um único agente, escolhido como o responsável por todas as mazelas da nação: a corrupção. A mídia corporativa tratou de ecoar, com cada vez mais intensidade, notícias, investigações e denúncias sobre o mau uso do dinheiro público. Nas redes, a atuação dos novos grupos também foi intensa. Ainda como fator importante nos embates, a criação da Operação Lava Jato, um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal do Brasil, traria validação para a parcela da população que enxerga o combate à corrupção através do Judiciário como o caminho para a solução dos problemas.

No ano de 2015, duas agendas entrariam no cenário após as desgastadas eleições do ano anterior: a agenda antigolpe, em defesa da presidente e suas políticas sociais; e a agenda do *impeachment*, interessada na queda da presidente e na reforma do Estado sob viés neoliberal.¹⁹ Em Março, a multidão retornaria às ruas com repertórios, demandas e composição social-ideológica completamente diferentes das manifestações de 2013: o hino nacional passou a ser entoado frequentemente; a bandeira do país e a camisa verde amarela do uniforme da seleção de futebol se tornaram símbolos políticos; a participação cada vez mais frequente de famílias de classe média, ao invés da composição jovem anterior; e a relação de cordialidade para com aparatos de repressão do Estado – tendo até mesmo se tornado estética do período a produção de *selfies* com policiais e militares durante os atos.²⁰ Àquela altura, a Operação Lava Jato estava em franca ascensão na opinião pública devido ao seu *modus operandi* espetacular, com investigações, delações, prisões e depoimentos operados e vazados estrategicamente aos meios de comunicação para fins de articulação da opinião pública. Gohn (2018) identifica neste momento a emergência do Poder Judiciário como um importante ator:

¹⁹ A eleição presidencial de 2014 traria a reeleição de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Sua vitória ocorreu no segundo turno, após acirrada disputa eleitoral contra Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O número de votos, 54,5 milhões para Dilma e 51 milhões para Aécio tornaram esta a eleição mais acirrada no Brasil após a redemocratização.

²⁰ Angela Alonso (2019) aponta os deslocamentos produzidos pela articulação entre estética e nacionalismo no âmbito das mobilizações sociais contemporâneas em território brasileiro: “todos os nacionalismos se parecem, mas cada país é nacionalista à sua maneira. No Brasil, cores, bandeira e hino pátrios têm sido adotados ora pela esquerda (como nas Diretas Já), ora pela direita (vide o regime militar). Desde os protestos anticorrupção de 2011, suscitados pelo mensalão e que mobilizaram milhares de pessoas, esses signos retornaram ao espaço público e, paulatinamente, ganharam o domínio das ruas” (Nacionalismo Beligerante, para. 1).

Podemos localizar na megamanifestação de março de 2015 um novo marco de ressignificação da cultura política de parte da população que participou do protesto. O elemento “negação da política”, de políticos, ou a política como coisa suja, identificada com os gestores públicos, estruturaram-se naquele momento como um valor. A mídia corporativa comercial captou bem esta mudança e passou a trabalhar na ressignificação desta nova cultura política sob os termos de “ética na política”. (3º Momento: A Multidão Retorna às Ruas – 15 de março de 2015, para. 11)

Como efeito no visível, chegariam em peso às manifestações fotos, bonecos, faixas e cartazes em apoio à Operação Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro, responsável por julgar em primeira instância os crimes de corrupção denunciados pela força-tarefa do Ministério Público Federal. Em 2016, a modulação da multidão seria alimentada pelo processo do *impeachment* de Dilma Rousseff, que teve início no dia 2 de Dezembro de 2015 e seria concluído com a cassação de seu mandato em 31 de Agosto de 2016. No dia 13 de Março de 2016, ocorreria o maior ato político da história do Brasil, que reuniu mais de 3 milhões de pessoas em todos os estados do país. A Avenida Paulista contaria com a presença de mais de 500 mil pessoas, superando a manifestação das Diretas Já, ocorrida em 1984. A multidão clamava pelo *impeachment* de Dilma Rousseff aos gritos de palavras de ordem como “fora Dilma, fora Lula, fora PT”, “a nossa bandeira jamais será vermelha” e “Brasil não é Venezuela, pé na bunda dela”. Entre os principais responsáveis pela convocação das manifestações, estava o Revoltados Online, fundado em 2004 com o objetivo de “rastrear pedófilos”. À época, seu financiamento se dava através da venda de “kits pró-*impeachment*”, compostos de produtos como camisa, adesivo e boné adornados por mensagens e símbolos ideológicos. Seu principal ícone era o então deputado federal Jair Bolsonaro, que viria a efetuar meteórica ascensão ao longo dos próximos meses até a eleição no pleito de 2018. A partir da consolidação do *impeachment*, o novo governo, sob o comando do presidente Michel Temer, assumiu novas diretrizes e rumos para a agenda política e econômica do país, iniciando reformas e medidas de austeridade de teor neoliberal que seriam tópico de acirramento entre os já tensionados atores em jogo.

As mobilizações sociais globais que tomaram corpo a partir da Primavera Árabe prosseguem gerando ondas de levantes em diversas partes do mundo. As ruas e as redes continuam a ser ocupadas por multidões indignadas. Estes processos perduram através de táticas de confronto e produção estética mobilizadoras: arte e ativismo, imagem, retórica e ação modulam a formação de pensamentos e práticas diferenciadas. Entre correntes e contracorrentes ideológicas, certas perguntas pairam no ar: seriam estes levantes capazes de mudar a ordem das coisas? Quais sujeitos estariam aptos a tal operação? E ainda – qual o papel da estética neste embate? Logo, a análise do entrelaçamento entre ação coletiva e relações de poder se apresenta como urgente.

2.2 O Período 2018-2019: Atos por Marielle | Movimento #EleNão | Movimento 15M ²¹

Atos por Marielle

No dia 14 de Março de 2018, Marielle Franco participa de uma roda de conversa no espaço coletivo Casa das Pretas. Ativistas e intelectuais compartilham experiências de luta por uma sociedade mais justa e pelo desenvolvimento de um projeto comum. Ao final do evento, Marielle deixa o local e parte em direção à sua casa. Uma rajada de tiros ceifa brutalmente sua vida e a do motorista Anderson Gomes. A covarde ação causa assombro e revolta. Durante a noite chuvosa, as redes expressam seu luto e sua dor. De forma orgânica e vertiginosa, um ato em sua memória é organizado. Milhares de pessoas tomam as ruas da Cinelândia, na região central do Rio de Janeiro. Os participantes pedem justiça. Reivindicam sua história de vida e atuação. “Lute como Marielle Franco”, “Memória guerreira não se apaga”, “Do luto à luta”. Uma multidão heterogênea, composta por variadas comunidades, movimentos sociais, coletivos, ativistas e singularidades ocupam as ruas e as redes para expressar sua angústia e seu desalento. Reverberam as falas de Marielle com veemência: “Quanto mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”, “Não vão nos calar”, “Não serei interrompida”. A onda reacionária e conservadora expressa seu ódio. Promove a difamação da trajetória da ativista com a propagação torpe de inverdades e manipulações acerca de sua identidade. De forma a resistir às investidas, uma rede de inteligibilidade e ação é constituída em torno da memória da ativista. Atos em sua homenagem se proliferam. No dia 18 de Março, outro ato, dessa vez na Maré, é organizado. Uma semana após a tragédia, no dia 20 de Março, acontece um ato inter-religioso que conta mais uma vez com a presença de muitos. O dia 2 de Abril marca um momento de atos unificados no Brasil e no mundo. Os manifestantes ocupam espaços, evocam discursos, relatam seus afetos, partilham imagens e os reproduzem nas redes. “O tiro foi em todos nós”, “Nosso corpo, raça, gênero que fala”, “Mulherão da porra”, “Que as flores da resistência nasçam do asfalto”. Desde então, múltiplas homenagens emergem em forma de manifestações, eventos, citações, publicações, obras e intervenções artísticas. Nas redes, sua presença se faz através de *hashtags* como: #MariellePresente, #MarielleVive e #FlorescerPorMarielle. A potência e simbolismo de Marielle se propaga através da reprodução de imagens, discursos e afetos inspirados em seu ativismo e história de vida. As sementes de Marielle ressoam: “Marielle presente. Hoje e sempre”.

²¹ Esta pesquisa se concentra em mobilizações que se opuseram a projetos da onda conservadora e reacionária que emergiu no Brasil após os acontecimentos de Junho de 2013, bem como a projetos de natureza neoliberal que, neste momento, se relacionam contígua e hibridamente aos demais. Portanto, é indispensável salientar, o foco nas mobilizações deste capítulo não significa que não houve mobilizações em outros espectros políticos durante o período abordado. Por razões de fundo teórico e analítico, optou-se pela abordagem de apenas uma das correntes. Assim sendo, partimos de três momentos chave: Atos por Marielle, Movimento #EleNão e Movimento 15M. Como exemplo de mobilizações que foram desconsideradas, é possível citar o Movimento #EleSim – uma reação ao #EleNão, em apoio à candidatura de Jair Bolsonaro – e as manifestações ocorridas no dia 30 de Junho de 2019 – em apoio ao ministro da Justiça, Sérgio Moro, à operação Lava Jato, à reforma da Previdência e ao governo Bolsonaro.

...

“Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas” – entouou Marielle antes de se despedir de forma despojada de sua última presença em eventos públicos: “Vamo que vamo; vamo junto ocupar tudo” (Franco, 2018a). A citação da poeta negra, feminista e ativista dos direitos civis Audre Lorde pontuou o desfecho da fala de Marielle como mediadora da roda de conversa “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, que aconteceu no espaço coletivo Casa das Pretas, localizado no bairro da Lapa, centro do Rio de Janeiro. O evento, organizado pela equipe do mandato da vereadora, contou com a participação de ativistas e intelectuais dispostas a debater – através do compartilhamento de experiências e ações cotidianas de mulheres negras – formas de luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Pouco tempo depois, Marielle deixaria o local em direção à sua casa e seria brutalmente assassinada por uma rajada de tiros – que acabaria por também atingir fatalmente o motorista Anderson Gomes e ferir por estilhaços sua assessora Fernanda Chaves, única sobrevivente do atentado.

Conhecida por sua atuação feminista e defesa dos direitos humanos, Marielle trabalhara em projetos legislativos que fortaleciam o apoio aos direitos das mulheres, à população LGBTI+, aos negros e moradores de comunidades e favelas. Durante seu curto período de atuação parlamentar, a vereadora, que fora eleita em 2016, intensificou as críticas aos abusos institucionais da polícia a moradores de comunidades e favelas através da crítica à Intervenção Federal no Rio de Janeiro, decretada pelo então Presidente da República Michel Temer em 16 de Fevereiro de 2018.²² Os ânimos estavam acirrados nos confrontos políticos do país, que se desgastara durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e se preparava para o processo eleitoral previsto para o mês de Outubro do mesmo ano. A morte de Marielle e Anderson no dia 14 de Março de 2018 caiu como uma bomba nos já tencionados embates – estremecendo suas estruturas. Naquela fatídica noite, a repercussão dos acontecimentos irrompeu mobilizações nos mais díspares campos de atuação político-ideológico-institucional do país. O atentado logo ocupou debates nas mídias e nas redes: quais seriam os possíveis envolvidos, suas motivações ou métodos?²³ Devido à natureza do crime, que emana ares de profissionalismo, a primeira fase de investigações conduzida pelas autoridades seguiu a linha da hipótese de execução por motivações políticas. Se, por um lado, órgãos do governo e a mídia corporativa articularam-se para conter o alvoroço acerca dos indícios do crime; por outro, movimentos sociais, Organizações não Governamentais (ONGs), políticos e personalidades iniciaram uma batalha de narrativas para conferir significados aos acontecimentos. Enquanto movimentos de esquerda – em especial os movimentos negro e feminista – clamavam por justiça e respeito à história da ativista; movimentos de direita – em particular os da onda

²² Comandada pelas Forças Armadas, a Intervenção teve um final melancólico e pouco glorioso, revelando-se muito dispendiosa e violenta, com gastos de em torno de R\$1 bilhão e elevação de 38% de mortes em ações policiais.

²³ A investigação sobre o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes segue em sigilo. Até a data de publicação desta pesquisa, não há respostas concretas para grande parte destes questionamentos.

conservadora e reacionária – tentavam conter as potencialidades políticas do episódio. À margem dos acirrados conflitos, não tardou muito para o crime ser considerado – em parcial consenso durante o período – um indicativo da vertiginosa degradação das instituições democráticas brasileiras e virar notícia ao redor do mundo.

A última fala em público de Marielle durante o evento na Casa das Pretas foi compartilhada nas redes através de sua página oficial do Facebook no mesmo dia do evento. Desde então, o registro permanece arquivado e disponível à visualização. O vídeo, capturado e transmitido ao vivo por *streaming* através de *smartphone* durante o período de uma hora e trinta e oito minutos, faz parte de crescente prática e estética das redes sociais contemporâneas. Nela, o engajamento de seguidores é alcançado através da produção de conteúdo pessoal aliado à estética das tecnologias digitais que, segundo Erick Felinto (2006), privilegia a *sensação de presença* e a *imediaticidade* ao conectar diretamente a mídia à *realidade social*. Finda a transmissão, embora certos vídeos não obtenham grande número de espectadores em um primeiro instante, seu arquivamento possibilita o acesso posterior e mantém acesa a oportunidade de vínculo com debates futuros. Ativistas e coletivos artísticos têm se apropriado dessa ferramenta na busca de maior proximidade de comunicação e distribuição de informação com seu público – no que por vezes encontra caminhos imbricados de viralização em debates *online* que “furam” as bolhas do filtro invisível (Pariser, 2012) que envolve os usuários de redes sociais. Este aparenta ser o caso não apenas do vídeo *Jovens Negras Movendo as Estruturas* – que, após o trágico acontecimento e midiatização de seus detalhes, ultrapassou a média de visualizações dos demais vídeos disponíveis – como também dos vídeos *Marielle fala sobre a Intervenção Federal no Rio* e *EMOCIONANTE! Marielle fala sobre o Dia das Mulheres no Plenário AO VIVO!*. Em cada um dos três registros, é possível identificar no discurso de Marielle sinais tangíveis da potência de seu pensamento e atuação como ativista: o conteúdo das gravações – composto inteiramente de falas de Marielle em debates públicos – manifesta a expressão estética de um ativismo que compõe no discurso e em seu próprio corpo uma linguagem de afetos, gestos e história de vida.

Em *EMOCIONANTE! Marielle fala sobre o Dia das Mulheres no Plenário AO VIVO!*, Marielle discursa no 8 de Março (Dia Internacional da Mulher) na câmara dos vereadores do Rio de Janeiro sobre o atual momento de lutas das mulheres na sociedade brasileira. A vereadora questiona o significado de recentes políticas adotadas pelo Estado – como a Intervenção Federal – e cita dados de estudos que demonstram o dramático quadro de precarização e violência de uma sociedade que mata 12 mulheres por dia e uma lésbica por semana (Peres, Soares & Dias, 2018). De forma emblemática, logo após Marielle citar números de estupros praticados contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, um homem, que encontrava-se na tribuna à sua frente, grita em tom provocatório: “Viva Ustra!” – brado de alusão ao falecido coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável pelo DOI-CODI, um dos principais órgãos de repressão política existentes no período da Ditadura Civil-Militar de 1964. A prática de interromper mulheres quando falam, identificada como *manterrupting* pela teoria feminista, foi duramente rechaçada por Marielle: “Não serei interrompida. Não aturo interrupção dos vereadores dessa casa; não aturarei de um cidadão

que vem aqui e não sabe ouvir a posição uma mulher eleita!” (Franco, 2018b). Essa era a segunda vez que Marielle havia sido interrompida durante o período de apenas dois minutos. Na primeira vez, um parlamentar desrespeitara o curso de seu pensamento para lhe entregar flores – gesto que, no contexto em que se encontrava, de produção de um discurso que clamava por atenção às minorias, consciente e engajado nas reivindicações de movimentos sociais e, principalmente, de reivindicação por direitos sociais no Dia Internacional da Mulher, acabou por manifestar-se diametralmente oposto a qualquer um de seus potenciais objetivos cordiais. Apesar do visível desconforto de Marielle com a insensibilidade do parlamentar – que, oposto aos temas articulados em plenário naquele momento, reproduzia velhos clichês e padrões de gênero – sua resposta demonstra-se tenra e vigorosa: “As rosas da resistência nascem do asfalto”, diz, para logo em seguida prosseguir: “A gente recebe rosa, mas a gente vai estar com o punho cerrado também, falando do nosso lugar de vida e resistência contra os mandos e desmandos que afetam as nossas vidas” (Franco, 2018b), completa, de forma emocionada. O simbolismo do registro apresenta-se no choque entre duas produções discursivas que encontrariam potência nas eleições dos meses seguintes: o ativismo feminista e antirracista, e a política de viés conservador e reacionário.

Em *Marielle fala sobre a Intervenção Federal no Rio*, Marielle comenta mais especificamente sobre as consequências de políticas adotadas no estado do Rio de Janeiro após a Intervenção Federal de 2018. O foco de sua fala, durante os três minutos e trinta segundos de vídeo, incide sobre a crescente utilização das Forças Armadas na Segurança Pública do país.²⁴ Marielle refere em sua fala as chamadas “ocupações”; operações militares realizadas pelo Governo Federal em aliança com Governos Estaduais – como resposta à ineficiência de políticas do próprio Estado no combate aos altos índices de criminalidade e violência – que foram realizadas nas favelas da Mangueira e Dendê em 1994, Rocinha em 2011, Complexo do Alemão em 2010 e Complexo da Maré em 2014 (Garrido, Morell & Azevedo, 2018). Marielle era redatora da comissão instalada pela Câmara Municipal em Fevereiro de 2018 que tinha como objetivo a fiscalização da Intervenção Federal através da coleta e análise de dados sobre as ações de militares. Em seu discurso, a vereadora menciona o cotidiano dos moradores dos locais ocupados, que têm suas vozes frequentemente silenciadas no debate sobre suas próprias vidas: “Os favelados e faveladas sabem exatamente o que [é] que é o barulho do tanque na sua porta” (Franco, 2018c), diz – antes de citar casos de ferimento ou morte de moradores pela ação do Estado. Marielle relembra a Intervenção Militar que ocupou em 2014 o Complexo da Maré, conglomerado de pequenos bairros localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Ela, que se autodenominava “cria da Maré” – em referência à sua ligação histórica e afetiva com a comunidade – comenta que viveu os quatorze meses de intervenção naquele bairro e questiona quais seriam os valores adotados na próxima intervenção. Marielle indaga-se sobre a possibilidade

²⁴ As operações e planos de segurança com envolvimento militar em moldes similares ao que estava em curso naquele momento começaram a ser utilizadas a partir da segunda metade da década de 1980 e ganharam notoriedade em eventos políticos como a ECO-92, ocorrida em 1992, a Operação Rio II de 1995; eleições municipais e nacionais; e, mais recentemente, no apoio de grandes eventos como a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016.

de emissão de “mandados de busca coletivos” pela Justiça, como requisitado pelo ministro da Defesa à época, Raul Jungmann. Segundo declarações do próprio Ministério Público, a emissão desses documentos permitiria ao exército – sob alegação de busca e apreensão de provas ou captura de suspeitos – a violação de inúmeros direitos individuais dos moradores dessas áreas, bem como da suspensão do dever de fundamentação das decisões judiciais.

A tensão era grande após o alto comando militar pleitear maiores liberdades de ação às suas tropas: “Militares precisam ter garantia para agir sem o risco de surgir uma nova Comissão da Verdade”, disse o então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, em referência à comissão que investigou violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos entre os anos de 1946 e 1988. Marielle questionava: “A quem vai prestar contas o exército? Que processo democrático é esse? Quem vigia os vigias?” (Franco, 2018c). O discurso da vereadora ecoou nos debates sobre os riscos presentes em operações do Estado que oferecem soluções puramente belicistas a problemas sociais complexos. Para uma grande parcela da população, o quadro que se formava naquele momento – quatro dias após a assinatura do decreto legislativo pelo então presidente Michel Temer – era o mesmo de intervenções anteriores que apresentaram aumento de crimes militares e violação dos direitos humanos. Marielle refere também em sua fala a preocupação com o progressivo enfraquecimento da democracia, uma vez que poderes civis do cargo de Governador haviam sido legados a um militar não eleito – o general de exército Walter Souza Braga Netto. “Eu prefiro ficar com o processo democrático no qual as nossas diferenças estão colocadas [...] do que uma autocracia em um lugar que será destinado e orientado por um outro governador que não o governador eleito” (Franco, 2018c), diz a vereadora ao final de seu pronunciamento. Como indicado no capítulo anterior, o embate estabelecido por Marielle à época remete diretamente às questões debatidas por Achille Mbembe (2016) através do conceito de *necropolítica*, utilizado pelo autor para debater “as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (p.146). A transmissão foi compartilhada nas redes sociais de Marielle com a utilização de *hashtags* direcionadas ao debate digital sobre a Intervenção Federal: #IntervençãoNão e #IntervençãoÉFarsa. O vídeo, apesar de semelhante ao anterior em muitas de suas características formais – que vão desde a construção retórica em plenário, a presença singular de Marielle, até o registro através de um *smartphone* – apresenta seu maior vínculo no embate de resistência à crescente propagação de uma visão armamentista que encontrava na atuação do exército a solução para os problemas do país.

Os dois registros anteriores – produzidos durante a construção discursiva de Marielle em plenário sobre o Dia Internacional da Mulher e sobre a Intervenção Federal – são reveladores de sua atuação como parlamentar em um país que está no 133º lugar do ranking sobre participação de mulheres na política (Inter-Parliamentary Union, 2019). Por sua vez, o vídeo do evento *Jovens Negras Movendo as Estruturas*, inscreve mais claramente sua atuação como ativista e fomentadora de políticas de base – em contato direto ao debate, produção e compartilhamento de ações com as próprias comunidades envolvidas. Dessa maneira, é possível enxergar – no curto momento de fala de Marielle ao se despedir das participantes daquele evento – a inflexão de uma

práxis que encontrou uma grande teia de relacionamentos, transbordando os espaços das redes até chegar a mobilizações as mais diversas: dos atos em sua memória, ao Movimento #EleNão e ao Movimento 15M.

Movimento #EleNão

No dia 29 de Setembro de 2018, multidões ocupam as ruas e as redes para expressar seu repúdio ao candidato que aparece em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos à presidência do Brasil. Movimentos feministas e LGBTI+ tomam a iniciativa na organização e convocação dos eventos. Atos emergem em territórios locais e globais. Movimentos sociais, coletivos, ativistas, intelectuais, artistas, celebridades e outros diversos setores da sociedade civil atuam lado a lado. Os presentes expressam sua indignação aos discursos de ódio que circulam na esfera pública. “Se fere a minha existência, eu serei resistência”, “Lute como uma garota”, “Violência, racismo, fascismo, homofobia não – ele não”, exclamam, com vitalidade. Horrores da violência física e simbólica contra grupos vulneráveis são conjurados. Em paralelo, singularidades performam seus afetos: corpos são pintados, símbolos erguidos, gestos lançados, relacionamentos concebidos e afirmados. “Nosso amor vence o ódio”, alardeiam múltiplos cartazes. Os manifestantes produzem discursos, concebem imagens, expressam sentimentos e os compartilham nas redes. Histórias privadas são relatadas; estruturas de opressão são desveladas; afeições sufocadas são desanuviadas. As mobilizações ocorrem uma semana antes da votação nas urnas. Um repertório sem tamanho de práticas ativistas é evocado: intervenções urbanas – marchas, ocupações de espaços públicos; ativismo digital – difusão de *hashtags*, mobilizações em rede, petições e manifestos *on-line*; cultura das redes – elaboração de avatares em redes sociais, compartilhamento de textos, memes, vídeos, músicas, fotografias, montagens. A omissão do nome do político ganha popularidade organicamente – cada qual adota o código que lhe convém: bonoro, coiso, bonaro, bolso, bozo, bosoro, dentre outras variações. Partidos políticos, organizações e instituições privadas participam de forma pontual – legam o protagonismo aos demais atores. A mídia corporativa, à medida que cede espaço a debates omitidos habitualmente, repercute os eventos com ênfase nas declarações do candidato. O impacto das ações é intenso. O embate nas redes é tensionado. Seus efeitos transbordam para múltiplas esferas do convívio social. Dali em diante, a contenda se pulveriza em mobilizações micro e macropolíticas descentralizadas. Ainda assim, um traço permanece o mesmo – a recusa aos projetos que convergem naquela candidatura, expressa de forma simples e categórica: ele não.

...

A cena ocorrida em Setembro de 2018 contou com milhares de pessoas mobilizadas nas redes e nas ruas para expressar seu repúdio ao candidato que aparecia em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos à presidência do Brasil, com 28% do eleitorado. A mobilização, que principiou atos em mais de 150 cidades em território nacional, também se alastrou a outros países em cidades como Nova York, Paris, Berlim, Londres, Barcelona, Lisboa, Santiago e Cidade do México. A ação coletiva, ligada ao movimento das redes apoiado na *hashtag* #EleNão, se tornou a maior manifestação popular organizada por mulheres no Brasil. A pessoa que gerou tamanha repulsa foi o então deputado federal Jair Bolsonaro, ex-paraquedista e militar reformado pelo Exército Brasileiro. Ao longo de seus 27 anos de vida parlamentar, Bolsonaro tornara-se mais conhecido pelas polêmicas que promovera do que por seu desempenho político. Até àquele momento, seu trajeto havia compreendido a passagem por nove partidos e a aprovação de apenas dois projetos de lei. A imagem do político é comumente associada a declarações favoráveis à Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 e suas táticas de repressão, como tortura e morte. Bolsonaro admira e cita com alta estima o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra – primeiro militar condenado pela Justiça Brasileira pela prática de tortura. Durante o período eleitoral, outras declarações de cunho homofóbico, misógino, sexista e racista, particularmente contra povos indígenas e quilombolas, vieram à tona – o que elevou a comoção e o sentimento de repúdio à sua atuação a níveis muito superiores ao que se via até o momento.

O Movimento #EleNão ganhou forças organicamente nas redes durante o período que precedeu o primeiro turno das eleições. Considera-se que o principal propulsor da *hashtag* tenha sido o grupo de Facebook *Mulheres contra Bolsonaro* – que chegou a ter mais de 2,3 milhões de participantes antes de ser *hackeado* por defensores do candidato. Outros importantes atores que colaboraram para a sua popularidade foram grupos feministas, LGBTI+, movimento negro, ambientalistas, professores, artistas e celebridades. Entre as pautas em comum a todos os movimentos estavam a defesa da democracia e dos direitos humanos – além do repúdio ao fascismo, racismo e homofobia. A mobilização coletiva ocorreu em um momento de insatisfação e descrença nas instituições democráticas, como indicado em relatórios e pesquisas de opinião sobre a cultura política no Brasil. A democracia do país, apesar de receber a classificação (no sentido normativo) de uma democracia de carácter institucional representativa consolidada, não é acompanhada por uma democracia social, visto que diversos aspectos relacionados à qualidade de vida da população ainda não foram atendidos desde a redemocratização instaurada em 1989 (Vasconcelos & Viscarra, 2016). Durante o período eleitoral, Bolsonaro procurou angariar votos através da difusão de narrativas que se aproveitavam do descontentamento social e promoviam, como alternativa, um clima de confronto às instituições e seus representantes. Dentre as narrativas mais expressivas, é possível citar a contestação à segurança do sistema eletrônico de votação brasileiro, em voga desde 1996 que, segundo o candidato, seria manipulado por agentes do *establishment* para a garantia de sua derrota. A propagação do medo e paranoia na esfera pública é uma estratégia amplamente utilizada pela onda política conservadora e reacionária em escala global. Com traços que remontam a regimes autoritários do século XX, sua união com a

insatisfação e descrença em instituições democráticas encontra paralelos recentes nas eleições norte-americanas de 2016, quando o então candidato Donald Trump alegou repetidamente que as eleições seriam fraudadas, apesar de não oferecer nenhuma evidência concreta para a sua argumentação (Cottrell, Herron, & Westwood, 2018).

Segundo pesquisas realizadas à época, a rejeição a Bolsonaro estava em torno de 50% entre as mulheres no período que precedeu o ato coletivo nas ruas. A consciência sobre as consequências que um possível governo do candidato teria sobre as políticas e direitos das mulheres foram aprofundadas sensivelmente através da circulação de suas declarações e atos machistas e misóginos em vídeos nas redes. Entre os principais casos, é possível citar as afirmações de que: relacionamentos com mulheres negras seria promiscuidade; ter uma filha seria uma “fraquejada”; uma deputada não mereceria ser estuprada (por ele próprio); não empregaria mulheres com o mesmo salário que homens; e que não se preocuparia com a representatividade de mulheres em cargos ministeriais. Outro grande fator de sensibilização popular das eleições 2018 seria o assassinato de Marielle e Anderson Gomes no dia 14 de Março de 2018. Nos dias posteriores ao crime, dentre todos os pré-candidatos à Presidência da República, apenas Bolsonaro se absteve em comentar ou expressar seu pesar pelo ocorrido, limitando-se meramente a declarar, através de um assessor, que sua opinião seria “polêmica demais”. Ironicamente, Bolsonaro é conhecido por sua associação às pautas de segurança pública e já defendeu, em discursos como parlamentar, a atuação de grupos de extermínio e milícias²⁵, os principais suspeitos do assassinato de Marielle segundo as investigações oficiais.

Apesar da grande efervescência cultural e dos números históricos referentes à participação popular, o Movimento #EleNão, que teve entre suas principais características a autocritica e a reformulação de estratégias desde a sua origem, sofreu críticas contundentes após a divulgação do resultado do primeiro turno das eleições, e críticas severas ao final do segundo turno – momento em que o candidato Jair Bolsonaro obteve êxito nas urnas com 55,13% dos votos válidos. Incomum às campanhas eleitorais precedentes no país, a cultura política articulada durante o Movimento #EleNão demonstrou uma sensibilidade mais ampla e diversa em relação às lutas articuladas em mobilizações sociais no contexto eleitoral. Suas pautas desassociaram-se das pautas ligadas diretamente à política institucionalizada, criando, assim, novas formas de dissenso político. Todavia, o sentimento de conquista despertado pelo sucesso numérico e simbólico do movimento foi logo substituído por uma descrença generalizada após o resultado nas urnas. Na busca por justificativas para a derrota, muitos não tardaram a apontar questões das mais variadas: uma certa visão passou a creditar o revés à hipótese de que o grupo teria se fechado demais em si mesmo e, por mais que tenha aglutinado forças que não atuam regularmente de forma unificada, não teria conseguido ultrapassar seu próprio perfil histórico de lutas, em especial o das políticas de identidade; outra, investiu na hipótese de que o movimento deveria ter agido de

²⁵ Milícias são grupos de agentes armados – compostos em sua grande maioria por policiais, principalmente militares, bombeiros e agentes penitenciários, na ativa ou fora de serviço – que controlam comunidades e favelas, e obtêm lucros através da extorsão de moradores e comerciantes, e da exploração clandestina de comércio (Cano & Duarte, 2012).

forma mais propositiva e menos reativa; ademais, haveria a crença de que a atuação do movimento teria dado maior visibilidade ao candidato a partir do momento em que passou a considerá-lo um inimigo supremo; haveria ainda interpretações sobre problemas específicos de acesso e visibilidade nas redes, como a hipótese de que o movimento teria alcançado pouca capilaridade devido à utilização da *hashtag* #EleNão – segundo essa perspectiva, a tática mais efetiva teria sido a organização em torno de uma *hashtag* que citasse expressamente o nome do adversário, a fim de transcender as bolhas estabelecidas entre os engajados e não engajados no movimento. Se um assentimento acerca das críticas às táticas de atuação não fora estabelecido, ele não tardaria a se concretizar sob a forma de choque afetivo: “Bolsonaro venceu a eleição” – a frase carregava muitos significados, principalmente para aqueles que haviam sido alvos do discurso de ódio do candidato. Ainda no esmorecer da apuração dos votos, como se marcasse o desfecho de um período de conquistas, surgiu nas redes uma outra frase: “Ninguém solta a mão de ninguém”. O dito, que aparecia acompanhado por uma gravura de traçado simples, composta por duas mãos e uma rosa, logo se tornou símbolo do momento. A tatuadora Thereza Nardelli, criadora da arte, repercutiu em seu perfil no Instagram o sentimento que muitos se identificaram: “a resistência só começou. [...] a arte é minha, mas quem me falou a frase foi a minha maravilhosa mãe, que desde pequeninha me ensinou de que lado da história a gente tá” (Nardelli, 2018).

Ao fim do pleito de 2018, a onda conservadora e reacionária de políticos se consagrou em números expressivos. Para muitos, a ruptura é tamanha que uma nova fase da Nova República brasileira estaria em vias de se estabelecer.²⁶ Aos anúncios da formação do governo, com agendas e nomes tornando-se cada vez mais concretos, ativistas e movimentos demonstraram recuo. Na opinião pública, anunciou-se um período de glória ao projeto conservador e reacionário. Para os mobilizados no Movimento #EleNão, os sinais indicavam retrocessos de lutas anteriores: um período de baixa política se estabeleceu após as derrotas nas urnas.

Movimento 15M

No dia 15 de Maio de 2019, a multidão ocupa as ruas contra os cortes na área da educação anunciados pelo governo Bolsonaro. Ato ocorrem em todos os estados do Brasil. Os movimentos estudantil, secundarista e universitário tomam a liderança na produção de visibilidade e articulação das mobilizações. Jovens repelem a investida do governo sobre a autonomia das instituições públicas. Reivindicam a emancipação intelectual como projeto de educação. Discursos compõem debates críticos sobre o papel do estudo na constituição do indivíduo e na

²⁶ O período da Nova República marca o fim da Ditadura Civil-Militar de 1964 no ano de 1985. Angela Alonso (2019) sumariza bem a conjuntura: “com camisetas amarelas, a eleição de Bolsonaro encerra a Nova República, que com elas começou. As de então diziam: ‘Eu quero votar pra presidente’. Demandavam cidadania política e social. As de 2018 estampam a justiça divina, a família patriarcal, o nacionalismo bélico. As manifestações de 1984 celebravam a saída dos militares da Presidência, as de agora comemoram a chegada do capitão e de uma direita convicta ao poder” (O Futuro a Deus Pertence, para. 1).

composição de um projeto de sociedade. “Educação é investimento, é prioridade, é direito”, “Educação não é mercadoria”, “Educação liberta”, “Educação pública, direito do povo”, dizem entusiasticamente. Humor e ironia, igualmente presentes, tomam espaços em citações ao novo governo. “Hoje é dia de balbúrdia”, “Não é escola sem partido, é partido contra a escola”, “Cabeça vazia é oficina do Olavo”, “Censura acima de tudo, cortes na educação acima de todos”. Os manifestantes fabricam imagens, entrelaçam projetos do comum, expressam entusiasmo pelo futuro, coexistem nas ruas e nas redes. Greves de professores e funcionários públicos se espalham em diversas cidades. Escolas do ensino privado também aderem à paralização. “A aula hoje é na rua”, dizem professores engajados. As composições articuladas em atos pregressos subsistem nos embates do momento. “Marielle semente, Paulo Freire presente”, “Educação sim, ele não”, mencionam os participantes. Confrontos emergem. Os atos reafirmam o repúdio aos projetos do novo governo, que responde com ofensas em publicações nas redes e entrevistas na mídia corporativa. O aparato policial reprime certos atos, em contraste com os procedimentos adotados nos últimos meses. Bombas de efeito moral, veículos incendiados, rojões e gás lacrimogêneo reaparecem nas vias públicas. No final do dia, as reivindicações dos estudantes conquistam espaços sobre a força bruta. Dia 30 de Maio a mobilização é novamente rearticulada. Com menos intensidade, a multidão se fragmenta em múltiplas pautas pelas redes. Não obstante, a sinalização permanece: setores da sociedade resistem às investidas. “Defenda o que é nosso, defenda o ensino público”, declaram os estudantes.

...

Os dias 15 e 30 de Maio de 2019 assinalaram o retorno da multidão às ruas.²⁷ Dessa vez, as manifestações tiveram como pauta central a defesa da educação. As mobilizações, que ficaram conhecidas como 15M, foram uma resposta direta às investidas políticas do governo Bolsonaro na área e, em especial, aos cortes no orçamento anunciados pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.²⁸ Os atos, espalhados por mais de 220 municípios em todos os estados do país,

²⁷ O 15M foi, por certo, a primeira grande mobilização ocorrida durante o governo Bolsonaro. Apesar disso, não foi a única. No período, outro movimento que tensionou as relações com o governo foi o Acampamento Terra Livre (ATL), encontro nacional em defesa dos povos indígenas que acontece anualmente em Brasília no mês de Abril. Com intenção de dispersão dos protestos, o então ministro da Justiça Sérgio Moro serviu-se de táticas violentas, através da atuação da Polícia Militar, e autorizou o uso da Força Nacional na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes durante a realização do evento. Nos dias anteriores, Bolsonaro, em uma de suas *lives* no Facebook, havia chamado o acampamento de “encontrão de índios” financiado por dinheiro público: “Quem vai pagar a conta dos 10.000 índios que vêm pra cá? É você!”, disse o presidente. Em nota à época, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que organiza o acampamento, negou que o evento aconteceria com dinheiro público; além de ressaltar: “seguiremos em marcha, com a força de nossa cultura ancestral, sendo a resistência a todos esses ataques que estamos sofrendo. Diga aos povos que avancem!”.

²⁸ Durante os debates que se proliferaram após o anúncio das medidas do Ministério da Educação (MEC), uma controvérsia acerca da utilização dos termos *corte*, *contingenciamento* ou *bloqueio* para a sua designação foi estabelecida. Nos momentos seguintes ao primeiro comunicado do dia 30 de Abril – entre imprecisões, correções e modificações nas declarações do próprio governo – a questão se tornou difusa. Em vista disso, optou-se nesta pesquisa, de forma semelhante aos manifestantes do 15M, por utilizar o termo *corte* devido ao fato de o mesmo expressar mais claramente a política econômica neoliberal adotada pelo governo que, a curto e longo prazo, pretende implementar a redução da atuação do Estado em todos os setores da sociedade.

contaram com a presença de cerca de um milhão de pessoas, segundo estimativas. Entre os principais organizadores, estavam os movimentos estudantil, secundarista e universitário. Além da mobilização para os atos nas ruas, o movimento contou também com a convocação de greves por parte de sindicalistas, professores e funcionários públicos. Apesar dos cortes estarem relacionados de forma estrita ao ensino básico público, universidades e institutos federais, uma quantidade significativa de escolas particulares também aderiu à paralização, num gesto de empatia às reivindicações dos estudantes do ensino público no debate sobre os projetos de educação e sociedade que começavam a se delinear durante o governo recém empossado. O movimento 15M surge, assim, como a primeira grande mobilização de rua no governo Bolsonaro, somente quatro meses e meio após seu início – numa sinalização clara de que o ambiente político no país, longe de pacificado, permanecia em convulsão.

Os atos pela educação tiveram como um de seus principais catalisadores uma entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo pelo ministro da Educação (Grupo Estado, 2019, MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’). Na publicação de 30 de Abril, Weintraub anunciou que reduziria as verbas de três universidades federais – Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade de Brasília (UnB). “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” (para. 2), disse o ministro. “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking” (para. 4), prossegue, em tom disciplinatório. A má repercussão foi rápida e fulminante para o governo. Ao longo do dia, diversos setores da sociedade, consternados com as declarações, repudiaram o tratamento dirigido às instituições federais e à comunidade acadêmica. Como logo ficou evidente, a argumentação do ministro se embasava em falsos pressupostos, uma vez que nem o viés tecnicista nem o viés moralista de sua análise correspondiam a evidências facilmente verificáveis. As três universidades visadas nos cortes de orçamento possuem bons indicadores de desempenho acadêmico, segundo levantamentos realizados nos últimos anos.²⁹ Ademais, o termo *balbúrdia* (ilustrado pelo ministro como “fazer bagunça”, “evento ridículo” e “gente pelada” dentro dos campi), além de óbvia injúria, está longe de se adequar ao *modus operandi* das universidades – como ficou evidente até mesmo aos mais incrédulos, após a onda de fotos, vídeos, documentos e depoimentos compartilhados nas redes pelo corpo docente e discente das instituições. A tentativa de desqualificação da vida acadêmica foi logo rechaçada por reitores, corpo docente e discente das universidades, que consideraram a atitude do governo como aversa ao princípio constitucional da livre manifestação do pensamento – calcado no respeito à pluralidade e à diversidade. Ainda no mesmo dia, tentando se esquivar da inconsistente justificativa e de possíveis problemas legais que uma acusação de perseguição poderia lhe render, o Ministério da Educação (MEC) informou que o corte na verba de instituições de ensino seria ampliado a todas as universidades e institutos

²⁹ No ano de 2019, o *ranking* de reputação acadêmica da revista britânica Times Higher Education (THE) (2019) indicava as universidades brasileiras entre as melhores avaliadas em sua região – ocupando seis lugares do *top 10*.

federais. Esta seria a gota d'água necessária para irradiar o debate – antes localizado em pontuais comunidades acadêmicas – a uma escala nacional de conflitos.

A partir deste momento, numa tentativa de contenção de estragos e aliciamento de setores da sociedade, a estratégia de comunicação do MEC passou a se orientar por uma cisão mais clara no conteúdo de suas declarações, variando de acordo com o meio e público a que se endereçaria. Por um lado, as alegações de cunho técnico se dirigiram à mídia corporativa e aos órgãos oficiais do país – passando a manifestar de forma mais aberta sua consonância com a agenda econômica neoliberal do novo governo. Por outro, as declarações de cunho moral se pulverizaram através das redes – assumindo traços de retórica caricatos e popularescos similares aos utilizados pelo presidente da República durante sua trajetória política e, particularmente, a partir do último período eleitoral. No dia 7 de Maio – uma semana antes das manifestações marcadas para o dia 15 – durante audiência na Comissão de Educação no Senado, o ministro da Educação se defendeu afirmando que os cortes eram impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e não por sua vontade pessoal. Alegou também que a liberação do dinheiro estava ligada à melhora do desempenho da economia do país; que, por sua vez, estava atrelada, em última instância, à aprovação da reforma da Previdência – vista como prioridade nos esforços políticos empreendidos pelo governo naquele momento. Para atingir seu desígnio, a agenda do governo buscava, em grande parte, aprofundar as medidas de austeridade fiscal iniciadas em 2015, ainda no governo Dilma Rousseff, e intensificadas no governo Michel Temer através de medidas como a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017, da Lei da Terceirização e da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que impõe um teto sobre as despesas do governo durante 20 anos. Entre as metas para a educação apresentadas pelo ministro na audiência do Senado, estavam o foco na educação básica, gestão orientada à entrega de resultados e na meritocracia como meio e fim dos estudos. Mais uma vez, aos olhos dos movimentos estudantil, secundarista e universitário, assim como de profissionais da área, os argumentos do MEC foram mal recebidos – vistos como uma tentativa de barganha, ao tentar ligar o projeto de educação do país às demandas particulares da agenda econômica do governo recém-eleito.

Para preencher a lacuna que se formou no campo de embate discursivo sob o viés da moralidade, o MEC passou a emitir declarações com características explicitamente “lúdicas”. No dia 9 de Maio, em uma “live do governo” – comunicações em vídeo através de *streaming* nas redes – o ministro Weintraub se junta a Bolsonaro e outros convidados para comentar sobre as questões em pauta nos últimos dias. No decorrer da transmissão, após comentários preliminares, o presidente introduz o tema dos cortes na educação: “Deu uma certa polêmica aí, mas ele vai explicar” (Bolsonaro, 2019), referindo-se a Weintraub. O ministro toma a palavra com intuito de amparar as medidas anunciadas. “O senhor gosta de chocolate, senhor presidente? Então imagine o seguinte” (Bolsonaro, 2019), indaga em tom pitoresco, depois de um breve preâmbulo. Logo em seguida – como forma de expor sua argumentação – recorre a uma didática infantil: espalha 100 chocolates em cima da mesa e diz que o governo estaria realizando apenas o “contingenciamento” de “três chocolatinhos e meio” de todos aqueles expostos. “A gente não está

falando pra pessoa que a gente vai cortar. Não está cortado. Deixa pra comer depois de Setembro. É só isso que a gente está pedindo. Isso é segurar um pouco” (Bolsonaro, 2019), disse o ministro, enquanto Bolsonaro comia a metade do chocolate que havia sobrado em meio à pantomima criada.

Noutro similar momento, durante as manifestações que ocorriam no dia 30 de Maio, Weintraub publicou, em seu perfil nas redes sociais, um vídeo que segue linhas de retórica e linguagem semelhantes às adotadas anteriormente. Como introdução ao assunto, a publicação diz: “Mais uma #FakeNews. Agora, sobre o contingenciamento de verbas no Museu Nacional, do Rio de Janeiro. Descubra a verdade!” (AbrahamWeintraub, 2019). Apesar da *mise-en-scène* mais elaborada do que nas produções das *lives* – com citação até mesmo a Gene Kelly em *Singin in The Rain* (1952) – o vídeo permanece, em grande medida, sob os mesmos fundamentos já explorados: o que se passa, afinal, é a exposição de uma argumentação simplória através de adornos provenientes da estética das redes. A linguagem é utilizada, em ambos os casos, como forma de abrir o canal de empatia com um público acostumado a interagir diariamente com produções de *youtubers* e influenciadores digitais. Assim, mediante declarações e produções digitais direcionadas a seguidores cativos nas redes, o governo estabelece abertamente uma lógica de polarização: ao passo que fortalece sua base política, aglutina pessoas no outro espectro do embate.

As declarações do ministro da Educação se uniram às de Bolsonaro no dia das manifestações do 15M. Em viagem a Dallas, no estado norte-americano do Texas, o presidente concedeu uma rápida entrevista coletiva em que defendeu os cortes anunciados pelo MEC como necessários, principalmente devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Apesar de iniciar a fala em tom conciliatório – mantendo a linha adotada pelo ministro da Educação quando em contato com a mídia corporativa naquele momento – Bolsonaro retorna logo à sua retórica belicista-popularesca ao desqualificar os estudantes que iam às ruas. “A maioria ali é militante. É militante. Não tem nada na cabeça. Se perguntar 7x8 não sabe. Se perguntar a fórmula da água, não sabe. Não sabe nada” (Globo Comunicação e Participações, 2019), afirmou. Enquanto aumentava o tom de sua fala, assessores e simpatizantes riam e proferiam hipérboles a sua volta. “São uns idiotas úteis, uns imbecis que estão sendo utilizados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais do Brasil”, disse. A fala de Bolsonaro exacerbou ainda mais os ânimos. Numa única declaração, a fórmula de discurso bolsonarista foi posta em prática para generalizar, enquadrar e ofender o alvo adversário – tudo isso envolto em ares de galhofa e/ou perversidade, a depender do público decodificador da mensagem. Nas redes, a polarização foi intensificada novamente. Os sensibilizados com os problemas na área da educação, que já não eram poucos àquela altura, reagiram em revolta. Mobilizações começaram a crescer através da utilização de *hashtags* como #15M, #TsunamiDaEducação, #TodosPelaEducação, #EuDefendoAEducação, #LevanteDosLivros e #GreveNacionalDaEducação.³⁰ Ao final do dia, as manifestações reuniram uma multidão

³⁰ Sobre a utilização de *hashtags* e organização de movimentos nas redes, os atos pela educação no Brasil assemelham-se ao modelo apontado por Malini e Antoun (2013) como *beta movimento*: mobilizações que têm o nome

composta não apenas de alunos, professores e servidores; sindicatos e partidos de esquerda; como também de uma população plural não organizada.

Os confrontos que se estabeleceram a partir das primeiras declarações do ministro da Educação fazem parte de um embate maior na consolidação do projeto de governo Bolsonaro. Os traços já discerníveis durante as eleições – como autoritarismo, conservadorismo, reacionarismo, moralismo e, até mesmo, irracionalismo – foram aos poucos se cristalizando na instituição de procedimentos e alianças de poder. À época dos atos 15M e 30M, era possível identificar pelo menos quatro grandes pilares de sustentação do governo: o militar – composto pelo vice-presidente Hamilton Mourão, general da reserva do Exército Brasileiro, e por outros integrantes da cúpula do Exército Brasileiro, que desempenham o papel de “manutenção da ordem”; o da Justiça – liderado pelo ministro Sérgio Moro, que carrega o imaginário da Operação Lava Jato no “combate à corrupção”³¹; o da Economia – encabeçado pelo ministro Paulo Guedes, que se incube de projetar as medidas de cunho neoliberal; e o da família Bolsonaro – ordenado pelo presidente e seus filhos, três dos quais, eleitos sob o vulto político do pai, recebem influências confessas de Olavo de Carvalho.³² Balizador final das teses defendidas no governo – uma mistura de influenciador digital e guru-ideólogo – Olavo se estabeleceu nos últimos anos como um dos principais representantes do conservadorismo no Brasil.³³ Com ascendência sobre Bolsonaro análoga à ascendência de Steve Bannon na campanha de Donald Trump em 2016, o ideólogo tem sido um dos grandes difusores da teoria da conspiração do *marxismo cultural* no país. Segundo esse pensamento – uma derivação do *bolchevismo cultural*, difundido na primeira metade do século XX durante a ascensão de movimentos totalitários na Europa – certas correntes de esquerda, fundadas em uma suposta forma de pensamento marxista, teriam se infiltrado nas sociedades ocidentais com o objetivo final de aniquilar seus valores e instituições. Assim, forjando justificativas para a formação de um sentimento de revolta, as teses de Olavo de Carvalho conferem certa ilusão de unidade ao governo e abrem precedentes para a formação de uma “guerra cultural” contra setores estratégicos da sociedade. A educação seria um deles.

Não fazia muito tempo que a Educação havia sido eleita como um dos focos principais de atuação da onda neoconservadora no Brasil. Um dos símbolos preconizados em seus embates, o

constantemente alterado em função de sua pauta e data. Segundo os autores, suas origens remontam aos protestos de 2011 na Espanha, quando diversas *hashtags*, como #15M, #12M, #26S, #15N foram utilizadas para a convocação e disseminação de movimentos globais.

³¹ Na data de publicação desta pesquisa, aproximadamente um ano após os acontecimentos aqui traçados, Sérgio Moro não faz mais parte do governo Bolsonaro. Em meio a controvérsias e escândalos fomentados pela própria administração vigente, Moro anunciou sua saída do Ministério da Justiça e Segurança Pública através de uma entrevista coletiva dizendo que o presidente teria exigido “interferências políticas” na Polícia Federal e que, por discordar com tal atitude, entregaria seu cargo no ministério para preservar a própria biografia.

³² Os procedimentos do Ministro da Educação Abraham Weintraub, ator central nos acontecimentos que envolvem o 15M, estruturam-se, com relevo, na intersecção entre os núcleos da Economia e o da família Bolsonaro – em especial, sob a linha de operação da *guerra cultural* vociferada por Olavo de Carvalho. Outros atores, também associados, à época a esta ala, devido a similares atuações políticas, eram a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves e o ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo.

³³ Jorge Chaloub e Fernando Perlatto (2015) identificam dois tipos de intelectuais da nova direita no Brasil: a direita teórica, que teria como exemplares os nomes de Olavo de Carvalho e Luiz Felipe Pondé; e a direita militante, que teria como representantes Rodrigo Constantino e Guilherme Fiuza.

programa Escola Sem Partido (ESP) é defendido como expediente contra a “doutrinação ideológica” nas escolas. O ESP, que advém de um projeto proposto pelo advogado Miguel Nagib em 2004, foi reavivado dez anos depois por um projeto de lei de autoria de Flávio Bolsonaro (filho mais velho de Jair Bolsonaro) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Em 2016, seria a vez do senador Magno Malta, que buscou a inclusão do ESP na Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB). No ano seguinte, políticos e personalidades conservadoras aderiram em massa à campanha promovida pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que culminou na *Marcha Nacional pelo Escola Sem Partido*, realizada no dia 15 de Agosto. No primeiro dia de trabalhos legislativos de 2019, a deputada Bia Kicis – eleita pelo Partido Social Liberal (PSL); o mesmo de Bolsonaro – apresentou uma nova versão do projeto ESP. Aderindo à escalada de radicalização dos últimos tempos, o texto protocolado identifica como direito dos alunos a gravação de aulas e a denúncia anônima sobre o descumprimento da lei, além de instituir a proibição de “atividades político-partidárias” a grêmios estudantis. Segundo a visão de seus defensores, a educação teria sido emparelhada pelo *marxismo cultural* e estaria servindo de instrumento para a formação de “esquerdistas” no país. Na esteira desse pensamento, um dos procedimentos utilizados para a “destruição dos valores familiares” seria a propagação da “ideologia de gênero”.³⁴ A profusão de teorias da conspiração – calcadas, dessa vez, sobre distorções dos estudos de gênero – cumpriram papel decisivo na disseminação de pânico moral; imprescindível à efetividade tanto da onda conservadora e reacionária quanto à trajetória política de Bolsonaro. Com o desígnio de institucionalizar a atuação política do governo nessa área, o primeiro ministro da Educação no governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, defensor manifesto do projeto ESP, havia sido indicado a dedo ao presidente por Olavo de Carvalho. Sua queda no dia 8 de Abril foi vista como um sinal de alerta à agenda bolsonarista neste embate.

Nos dias anteriores ao anúncio dos cortes no orçamento da educação, o governo prosseguia com o tensionamento dos ânimos através do anúncio de duas novas propostas. A primeira delas, comunicada por Weintraub no dia 26 de Abril – como um sinal do que estava por vir – pretendia “descentralizar” o investimento em cursos de Filosofia e Sociologia. A comunidade acadêmica, já mobilizada com os recentes acontecimentos, se organizou na elaboração de uma carta-aberta que contou com mais de mil assinaturas de intelectuais no Brasil e no mundo. A segunda proposta, divulgada em uma entrevista concedida ao canal do YouTube *Programa da Esther* no dia 29 de Abril, almejava a substituição do nome de Paulo Freire como o patrono da educação brasileira. “Quem sabe nós temos uma patrona da Educação e não mais um patrono muito chato. Não precisa falar quem é, que nós temos até o momento. Ele vai ser mudado, estamos esperando alguém diferente” (Programa da Esther, 2019), disse o presidente. Dessa forma, o governo recolocava a discussão em pauta através de duas frentes: a “descentralização de investimentos” (agenda neoliberal) e a “substituição do patrono” (agenda moral, ou “guerra cultural”). Apesar do fundo

³⁴ Para uma análise mais aprofundada sobre as articulações entre *doutrinação marxista*, *ideologia de gênero* e Escola Sem Partido, ver o artigo de Luis Felipe Miguel “Da ‘doutrinação marxista’ à ‘ideologia de gênero’ - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro” (2016).

ostensivamente ideológico, o governo insistia em teses similares às teses defendidas pelo projeto ESP, como a de que a educação no país possui baixos indicadores devido à metodologia do atual patrono – Weintraub, inclusive, chegou a exprimir sua crença nesta máxima no dia de sua posse como ministro.³⁵ A base de apoio bolsonarista que opera nas redes não tardou a associar as duas frentes – para eles, a solução era evidente: Olavo de Carvalho no lugar de Paulo Freire. Dessa vez, aos olhos dos sensibilizados no embate, o ultraje ao setor da educação foi estabelecido em níveis ímpares; afinal, o que se propunha era a troca do nome de um dos maiores intelectuais brasileiros, em importância, prestígio e atividade, por um ideólogo cujo reconhecimento acadêmico é nulo e cujo prestígio na sociedade é, no mínimo, controverso. Assim, os anúncios do dia 30 de Abril foram a indicação final para que as mobilizações de resistência às medidas do governo tomassem corpo em forma de multidão nas ruas e nas redes.

...

Os três processos abordados anteriormente – Atos por Marielle, Movimento #EleNão e Movimento 15M – compõem um pequeno conjunto de mobilizações ocorridas durante o intervalo de um ano e dois meses de conflitos na esfera pública brasileira. Ao analisarmos a formação das multidões neste período, é possível observar que diversas de suas características, como os temas, pautas e práticas – subsistem imbricadas uma nas outras. Com isso, ainda que não possuam uma unidade essencial, formam um conjunto heterogêneo que se conecta em pontos estratégicos, sobretudo na recusa a projetos de viés conservador, autoritário e reacionário – como o que se apresentava encarnado no governo Bolsonaro. Em meio às ações que se articulam nas ruas e nas redes para resistir ao poder constituído, certa pergunta paira no ar: quais práticas, estratégias e linguagens adotadas pelos sujeitos em ação foram capazes de confrontar o estado das coisas? E ainda: em que medida estas atuações produziram ou não dissenso na sociedade em questão?

³⁵ Na data de publicação desta pesquisa, Abraham Weintraub, assim como Sérgio Moro, não faz mais parte do governo Bolsonaro. A saída do Ministério da Educação e a subsequente indicação para o cargo de diretor-executivo do Banco Mundial ocorreu em meio a investigações da Polícia Federal do Brasil acerca de suas declarações e atuações enquanto ocupava o cargo, suscitando ares de uma possível fuga de responsabilidades para com a justiça.

3. Uma Topografia Intersubjetiva

A vida inventa!
A gente principia as coisas,
no não saber por que,
e desde aí perde o poder de continuação
porque a vida é mutirão de todos

–Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*

Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

–Angela Davis

Uma chama não perde nada ao acender outra chama.

–Provérbio africano

Neste capítulo, é produzida uma análise crítica a partir de um dispositivo de resistência cuja investida foi identificada durante o traçado cartográfico dos Atos por Marielle, Movimento #EleNão e Movimento 15M. Verifica-se que a sua manipulação percorreu uma linha transversal por entre os debates em voga e as pautas dos atores em jogo, confrontando, de forma estratégica, o poder constituído de modo a reorganizar a partilha do sensível. Analisa-se, assim, a placa da Rua Marielle Franco que, através dos dissensos e processos de relações intersubjetivas que desencadeou nas ruas e nas redes, multiplica-se física e virtualmente em lutas estabelecidas em diversos territórios do globo. Por intermédio da exegese de tais fenômenos, indica-se que, no confronto com dispositivos de bio-necropoder operados pela onda conservadora e reacionária, a

ação por meio de tal plaqueta evoca, a um só tempo, a memória coletiva e a práxis interseccional da ativista – manifestando-se como um potente dispositivo de resistência.

3.1 As placas ocupam tudo

Na cinzena tarde do dia 14 de Outubro de 2018, centenas de pessoas se reúnem na praça da Cinelândia para homenagear a memória de Marielle Franco. O ato ocorre em frente à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, local de sua atuação política institucionalizada. Placas são distribuídas a cada um dos presentes, que as empunham com vigor. As pessoas congregam-se em uma multidão que passa do luto à catarse através da rememoração dos últimos acontecimentos políticos do país. As placas da Rua Marielle Franco trazem inscrições que dizem: “Vereadora, defensora dos Direitos Humanos e das minorias, covardemente assassinada no dia 14 de março de 2018”. Portam, além disso, o endereço do local onde ocorreu o trágico evento que ceifou a vida de Marielle e Anderson há exatos sete meses, no bairro do Estácio. Aos poucos, mais pessoas se locomovem ao ponto de encontro, que ocupa toda a extensão da praça. “Quem mexeu com Marielle atçou o formigueiro”, “Fascistas, racistas não passarão”, “Marielle vive”, expressam com vigor. Os organizadores do ato propõem à multidão que se forme um grande mosaico de placas com o nome da ativista. Um *drone*, estrategicamente posicionado sobre a composição, gera a imagem almejada pelos presentes – uma reivindicação de visibilidade, a ocupação do espaço público, um ícone de resistência. Monica, viúva de Marielle, sobe nos ombros de um amigo e recoloca a placa na esquina de onde ela fora retirada. “Não seremos interrompidas”, grita, com o punho em riste. As placas ocupam não apenas as ruas como também as redes. O compartilhamento de intervenções com a placa se multiplica. Nas semanas seguintes, ainda no calor do momento, as placas retomam o espaço público com intensidade. Em mobilizações pulverizadas do #EleNão, seu posicionamento confronta a candidatura de projetos conservadores, autoritários e reacionários. A memória e as lutas de Marielle promovem novas alianças. Uma rede de afetos evoca sua história e subjetividade como forma de resistência. Os manifestantes produzem imagens, entrelaçam emoções, expressam sentimentos e os compartilham nas redes. O período eleitoral acaba. Um período de baixa atuação se estabelece. Ações com a plaqueta operam sobrevivências. Dia 15 de Março de 2019 a multidão retoma o confronto. Jovens lideram a rejeição às investidas sobre a autonomia na educação. Contra o projeto de poder que catalisa o devir-negro do mundo, Placas da Rua Marielle Franco são evocadas como símbolo de resistência nas mobilizações do 15M. Composições instituídas em ações precedentes subsistem nos embates do momento. “Educação sim, ele não”, “Marielle semente, Paulo Freire presente”, assinalam os participantes. Em meio aos processos de lutas, as ações com as placas estabelecem redes entre subjetividades sublevadas. Promovem ocupações. Compõem topografias intersubjetivas. “Marielle presente, hoje e sempre”, ouve-se de forma singular, intercalando ações com a plaqueta.

3.2 Os agentes dos regimes do medo

Para compreendermos a utilização da placa da Rua Marielle Franco como um dispositivo de resistência nos Atos por Marielle, Movimento #EleNão e Movimento 15M, é necessário retornarmos aos acontecimentos da semana anterior ao primeiro ato público e coletivo registrado com a plaqueta, momento em que dois políticos associados à onda conservadora e reacionária anunciaram em comício de campanha eleitoral a quebra do objeto com o nome da ativista – despertando a indignação de numerosas pessoas, grupos e movimentos sociais. O ato político, ocorrido na cidade de Petrópolis, localizada na Região Serrana do Rio de Janeiro, contou com o protagonismo dos até então desconhecidos Rodrigo Amorim, Daniel Silveira e Wilson Witzel. Transmitido em tempo real pelo Facebook, o vídeo viralizou instantaneamente nas redes. Nas imagens, Amorim, ao lado dos outros candidatos, em cima de um carro de som, diz: “Marielle foi assassinada. Mais de 60 mil brasileiros morrem todos os anos. [...] Eu e Daniel essa semana fomos lá e quebramos a placa. Jair Bolsonaro sofreu um atentado contra a democracia e esses canalhas calaram a boca. Por isso, a gente vai varrer esses vagabundos. [...] Agora é Bolsonaro, porra!” (Silveira IV, 2018), grita ao final, para a euforia dos presentes. A tentativa de angariação de votos através da manipulação da placa de Marielle teve início poucos dias antes, quando Amorim e Silveira se locomoveram à praça da Cinelândia e registraram sua retirada do local. Tais imagens foram utilizadas na produção de um vídeo-propaganda com linguagem oriunda do enlace entre discursos moralizadores e disciplinadores com a estética das redes; sobretudo, a do meme *Turn Down for What*.³⁶ No vídeo-propaganda, a fala é assaz similar à articulada no comício, diferenciando-se notavelmente ao final, quando os políticos olham para a câmera e dizem: “Marechal Floriano, presente!” (Amorim, 2019).³⁷ O emprego do nome de Floriano Peixoto, primeiro vice-presidente e segundo presidente do Brasil, não foi em vão. Ele dialoga com o imaginário de um governo autoritário que abrange a maior parte do período da história do país conhecido como República da Espada, momento marcado pela eclosão e repressão violenta de levantes populares contestadores do novo regime. Por meio do comando de Peixoto, estabeleceu-se uma ditadura de orientação nacionalista que, no final do século XIX, decretou a instalação do estado de sítio sob o pretexto de manutenção da segurança pública. A citação a Peixoto memora, a rigor, um período da história brasileira em que uma forma de governo ditatorial militarizou a sociedade na luta contra inimigos internos identificados como perigosos à ordem social vigente.

³⁶ *Turn Down for What*, é uma canção do gênero *Electronic Dance Music Trap* composta por DJ Snake e Lil Jon em 2013. A obra tornou-se mundialmente famosa em 2014 devido a seu polêmico videoclipe. Nele, um entediado homem altera a rotina de seus vizinhos após liberar um violento ímpeto sexual que o faz quebrar, através de sua genitália, diferentes objetos e a estrutura do edifício em que vive. A excitação do protagonista origina uma grande festividade que contagia até mesmo o policial armado que comparecera ao local para encerrar o alvoroço. Desde o lançamento do videoclipe, a música segue um trajeto viral nas redes por entre diversificados memes, utilizados regularmente para anunciar, em tom de galhofa, a superação de uma situação negativa ou a vitória num determinado embate.

³⁷ A menção ao nome de Floriano Peixoto advém, em primeiro momento, do fato da placa da Rua Marielle Franco ter sobreposto a placa que identifica aquele local, a Praça Floriano, como forma de intervenção urbana. Apesar disso, sua citação de modo explícita dialoga com certos imaginários presentes na sociedade brasileira, como veremos a seguir.

Valendo-se do nome de Floriano Peixoto para inverter a máxima utilizada pelos ativistas ligados a Marielle Franco, os políticos investiam, portanto, num diálogo de tom autoritário que identificava os ativistas como inimigos a serem combatidos. Com efeito, ao estabelecer paralelos com o discurso original de forma paródica, eles subvertiam e apontavam uma ressignificação do gesto ativista a um campo diverso, que, ao invés de lutar contra injustiças sociais, atuaria, segundo esta concepção, em prol de “vagabundos”, como expresso em ambos os vídeos. Sob a dicotomia estabelecida por este discurso moralizador e disciplinador, na margem oposta aos valores inatos do “cidadão de bem”, encontra-se o outro, o indivíduo fora da norma, identificado sob a figura do “vagabundo” – uma identidade negativa e aglutinadora de subjetividades desviantes que devem ser punidas, anuladas ou eliminadas para que a ordem se estabeleça. Na performance com linguagem de meme-galhofa executada pelos políticos, a retirada da placa da Rua Marielle Franco e o reestabelecimento da placa da Praça Floriano no espaço público atuaria, portanto, como tentativa de controle da potência transformadora do ativismo através do estabelecimento do imaginário de um inimigo e da demonstração da necessidade de sua eliminação.

De modo a captarmos as relações de poder-saber estabelecidas nos eventos que descrevemos, calha circundarmos a prática empregada pelos políticos da onda conservadora brasileira à estratégia empregada em contexto similar nos Estados Unidos durante o período que marcou a Ascensão de Donald Trump à presidência do país. No livro *Kill All Normies: Online Culture Wars from 4chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right*, Angela Nagle (2017) esboça, a partir do caso norte-americano, uma leitura sobre determinadas características que instituíram a articulação entre os movimentos da direita alternativa (*alt-right*) e a cultura das redes. A pesquisadora indica que estamos vivendo em meio a um processo no qual a estética da cultura de massas dá espaço a formas de sensibilidade alternativas ao senso comum. Dessa forma, o consumo cultural, operado por meio das novas tecnologias, adquire um novo papel no ordenamento de produção e recepção de bens simbólicos ao deslocar, cada vez mais, o indivíduo da posição de ingerência sobre a sua concepção a uma posição ativa, que o torna em obstinado criador de conteúdos digitais. Entre os embates políticos estabelecidos na esfera pública, este sujeito engaja-se em guerras culturais que formam um subterrâneo espetáculo nas redes, mantido fora do radar da mídia corporativa por um longo período. Nagle (2017) defende que estes embates culturais comporiam o plano sensível de toda uma geração. Um dos pontos de maior intensidade, que marcaria a presença desta nova onda nas relações sociais, poderia ser observado através da erupção coletiva de memes, zombaria e a celebração generalizada de gestos transgressivos. Assim, dentre as vertentes que emergiram neste contexto, a direita alternativa teria sido capaz de capturar a estética das redes através da instrumentalização do conteúdo viral de fontes obscuras, que incluiria vetores como a cultura do ódio, racismo em grupos supremacistas brancos, misóginos e, inclusive, assassinos. Como visto anteriormente (Capítulo 2) sob a perspectiva de Porta e Tarrow (2004), as bases das principais mudanças ocorridas nos movimentos sociais contemporâneos são fundamentadas a partir de processos de difusão, internalização e externalização na composição de elos entre políticas gloais e os correntes acontecimentos. Na

onda desencadeada pelo movimento conservador e reacionário brasileiro, políticos instrumentalizaram, de forma similar à campanha presidencial de Donald Trump em 2016, estéticas e linguagens da cultura das redes para fins eleitorais. O ponto crucial deste debate à análise que propomos é o nó estabelecido entre os atores políticos, a estética alternativa das redes, a nova sensibilidade conservadora, e os sujeitos produtivos engajados nas redes. Conforme nos indica Nagle (2017), os atores políticos da nova onda conservadora têm obtido evidente sucesso em espalhar suas ideias através de meios inerentemente online, à revelia e quase ausência das mídias tradicionais. Nesta relação estabelecida para fins eleitorais, criadores de memes formam uma máquina subjetiva de produção de conteúdo que pode ser rapidamente convocada em momentos estratégicos de combate para assediar o alvo de oposição política do momento. Assim, a pesquisadora assinala que é preciso estar atento às características que separam a nova onda conservadora de suas predecessoras, impulsionada por um modificado sentimento, que atravessa seu *ethos* e sua estética, capaz de modular uma cultura com atributos identificados até então como aversos ao conservadorismo tradicional:

Those who claim that the new right-wing sensibility online today is just more of the same old right, undeserving of attention or differentiation, are wrong. Although it is constantly changing, in this important early stage of its appeal, its ability to assume the aesthetics of counterculture, transgression and nonconformity tells us many things about the nature of its appeal and about the liberal establishment it defines itself against. (p. 29)

No contexto que analisamos, os elos estabelecidos entre a direita alternativa americana e a onda conservadora e reacionária brasileira vêm sendo apontados de forma evidente através da perquirição das atividades do estrategista político Steve Bannon, do guru-ideólogo Olavo de Carvalho, e das relações de ambos com a família Bolsonaro, como apontado no Capítulo 2. Em meio ao emaranhado de linhas de força que une os atores da nova vaga conservadora, a instrumentalização da estética das redes – intensificada em meio aos processos desencadeados pós Jornadas de Junho – atinge um ponto de inflexão durante o pleito de 2018. Quando radicamos o olhar sobre os acontecimentos relativos à cena decorrida em território brasileiro, notamos que certos traços desta relação de poder-saber sobressaltam-se com maior intensidade. Nessa medida, a primeira manifestação de poder institucionalizado efetuada pelos políticos envolvidos na quebra da placa de Marielle é reveladora acerca da governamentalidade que eles pretendem empregar, nos oferecendo pistas para a exegese de tais dinâmicas. Já empossado como deputado estadual do Rio de Janeiro, Amorim passa a exibir o retalho da placa de Marielle emoldurado, como uma espécie de *souvenir*, numa das paredes de seu gabinete na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Em sua visão, o fragmento seria “o símbolo da restauração da ordem” na cidade (Infoglobo Comunicação e Participações, 2019, para. 2). Na organização decorativa do espaço, estrategicamente posicionado de modo a compor as relações estéticas dos elementos ali presentes, apresentava-se ainda, na mesa do parlamentar, uma figura de ação de Donald Trump.

A questão que nos parece central nas atuações dos políticos a partir deste diálogo com a miniatura e a tabuleta em exposição é o forte nexos estabelecido entre imagens e gestos repressivos. Em especial, no trato com dois ícones: a imagem de Donald Trump, e, sobretudo, a imagem de Marielle Franco, encarnada, naquele momento, na placa de rua que fora posicionada na praça da Cinelândia.³⁸ Ao analisarmos tal peculiar contexto, sublinhamos duas práticas operadas por estes atores: a destruição de uma imagem icônica e a utilização de imagens do medo para governar. Estas práticas, apesar de receberem novas roupagens através da interação com linguagens e estéticas das redes, como na produção e interação de discurso através de vídeos meméticos, não são, de modo algum, recentes. Pelo contrário, remontam a fundamentos milenares de pensamentos religiosos e filosóficos; e, mais diretamente, ao século VIII, quando da destruição de imagens de personalidades do cristianismo e perseguição de seus adoradores no Império Bizantino. Marie-José Mondzain (2015) discorreu sobre a questão da iconoclastia no livro *Homo Spectator* através de um debate que envolve os conceitos de iconofobia e fobocracia. Segundo a autora, estes seriam os dois regimes do medo que emergiram na história das relações com o visível e o fabrico das imagens:

Designarei um deles *iconofobia*, o medo de um reinado da imagem que se alimenta dos perigos que nos faria correr, e o outro *fobocracia*, isto é, o reinado do medo que se alimenta das imagens e se serve delas para estabelecer o seu domínio. Estes dois regimes da ameaça têm em comum uma mesma vontade, a de reinar e fazer reinar, e estão ambos fundamentalmente aterrorizados pela existência do outro. Os que fazem medo têm medo. Quer se trate de condenar qualquer regime de visibilidades para impor as ditaduras invisíveis da divindade, do Livro ou da razão, quer se trate, inversamente, de construir um poder reservado para si o monopólio das visibilidades e o controlo das emoções, em cada um dos casos, o medo e a imagem estão solidários numa concepção de poder assente numa apropriação régia do sensível. Ora é o medo da imagem que testemunha o horror da alteridade, ora são as imagens do medo que se põem ao serviço da submissão. (p. 100)

Sob a ótica de Mondzain, podemos identificar, nas ações dos políticos, traços de horror à existência do outro. Como nos indica a autora, os sujeitos inábeis à alteridade, afetados pelo medo, estão aptos a se tornarem atores de sua propagação – a se tornarem agentes dos regimes do medo. A iconofobia expressa à placa de Marielle remete diretamente ao medo de sua capacidade

³⁸ Adotamos aqui perspectivas de Mondzain (2015) a respeito dos conceitos de encarnação e ícone, ambos debatidos amiúde no livro *Homo Spectator*. Em reflexões acerca do estatuto das imagens, a autora traça uma análise que perpassa o debate teológico estabelecido em âmbito cristão, a iconografia protocristã e a iconografia medieval. “A imagem resolve dificuldades inevitáveis da doutrina, essas violências, infligidas à razão, que são os mistérios e os princípios doutrinários da encarnação, graças à contemplação na qual se vêm aninhar, sem fazer barulho, os prazeres da fascinação e o sono do irrecusável. [...] O falar em língua transformou-se num crer em imagem” (p. 210). Na concepção do sujeito que se relaciona com imagens, Mondzain indica que seu atributo político se encontra na via de mão dupla que o encarnar estabelece na relação dos sujeitos com a imagem: “A encarnação é a ficção pela qual as cores da carne, a vida do olhar e o acesso ao corpo que vê se deixam apreender. Assim se formulou a condição imaginária desta partilha dramática do espaço e do tempo que é a vida política” (p. 70).

simbólica, desencadeadora de processos de subjetivações políticas que se traduzem na proliferação de expressões e práticas de resistência. Os agentes dos regimes do medo procuram neutralizar o efeito no sensível da imagem da ativista através da produção de um consenso sobre os seus significados – querem o monopólio das visibilidades em jogo e o controle das emoções desatadas. Procuram refrear justamente a proliferação de subjetividades desejantes que reivindicam novos espaços na cena política. Como nos indica Mondzain (2015), em processos iconofóbicos “o medo que as imagens inspiram é indissociável de uma política de segurança, de uma polícia dos corpos e dos desejos” (p. 101). O diálogo que o simbolismo de Marielle estabelece com práticas de grupos minoritários, localizados às margens da sociedade e das relações de poder institucionalizadas, confere, aos olhos destes agentes, um perigo às suas estruturas. As ações dos sujeitos emergentes, vinculadas a comunidades LGBTI+, negras e periféricas, confrontam a partilha do sensível através de novas formas de se expressar, relacionar e se autoestetizar. Rompem, enfim, com a lógica de sistemas hegemônicos de poder como racismo, sexismo, heterossexismo e capitalismo operados por dispositivos bio-necropolíticos na presente sociedade. A partir desta constatação, podemos apreender como a imagem da ativista ultrapassa as rasas narrativas e transborda os limites normalizadores que os agentes consensuais tentam lhe conferir. Tal como apontado por Mondzain, “aqueles que fogem da imagem por todas as razões, positivas como negativas, sentem-se ameaçados pelo excesso de trevas e pelo excesso de luz. Pois a imagem é o domínio do excesso” (p. 104). A imagem de Marielle excede a lógica estrutural da sociedade brasileira, que relega frequentemente ao esquecimento ícones de lutas contra-hegemônicas. Os gestos iconofóbicos, consoante aos conduzidos pelos políticos em campanha eleitoral, refletem, por seu turno, o pavor da falta de gerência sobre a imagem, sobre os processos que ela desencadeia no horizonte das relações sociais. Neste regime da ameaça, a imagem e, em última instância, os sujeitos sublevados por sua potência, revelam-se atemorizantes, uma vez que há um medo das imagens “como se receia um poder incontrollável, o do desejo indutor de uma disseminação fatal do devir histórico da humanidade” (Mondzain, 2015, p. 102).

Como é possível notar, a iconofobia em relação à imagem de Marielle se manifestou, de súbito, num gesto iconoclasta praticado em praça pública. O paradoxal jogo de adoração e ódio para com as imagens é uma característica central nos atos de iconoclastia. O impulso que leva à quebra de um ícone é a vontade da ruína de sua existência, mas também a vontade de conjurar uma nova imagem, composta pelos destroços da original. O desejo de controle sobre o excesso da imagem se realiza através da exposição de sua materialidade, afinal, como nos indica Mondzain (2015), os iconoclastas também são idólatras:

Se é preciso quebrar o ídolo para mostrar a ausência da capacidade das coisas, o seu caco, a sua fragmentação estão aí para tornar visível o vazio de qualquer presença na matéria. O paradoxo que habita a destruição dos ídolos tem origem na vontade que o iconoclasta teve de tornar visível a natureza desértica do objecto. Ora, foi precisamente esse deserto da coisa que serviu para fundar a doutrina do ícone, isto é, de um objecto vazio de toda a presença, a doutrina de um não-objecto que equivale

no visível àquilo que os olhos não vêem. De tal maneira que foram os iconoclastas a receber o rótulo de idólatras, já que queriam dar a ver *a ausência de presença* quando os seus adversários davam a volta à questão ao mostrar na imagem *a presença de uma ausência*. (p. 106)

No caso que analisamos, podemos encontrar tais características expressas no simultâneo posicionamento da figura de Trump e do resíduo da placa de Marielle no gabinete político. Aquele que se empenha na destruição e na exibição de imagens, foi profundamente afetado por elas. O que está em jogo nesta correlação de forças, importa reiterarmos, é o vínculo destes gestos com o medo – com o horror à diferença e ao outro. A peculiaridade da situação – o emprego de dois ícones lado a lado, um íntegro e outro destruído – remete às propriedades do segundo regime do medo descrito por Mondzain: a fobocracia. Identifica-se ali, em exposição, o emprego de imagens para fins políticos – uma tentativa de apropriação do sensível para o estabelecimento de um governo através da ameaça. É, com efeito, a reiteração estética da possibilidade de subjugação e eliminação do outro a partir do emprego da força e do poder da morte. A citação dos ícones da figura de Trump e dos restos da placa de Marielle: ora o ícone do poder constituído é memorado, ora a destituição do poder confrontante é evocado – a vontade de reinar e fazer reinar através das imagens. No dispositivo de bio-necropoder articulado pelos políticos, a celebração da repressão praticada se alimenta das imagens que põe em circulação: os ícones, a destruição e, ainda, o próprio registro da fobocracia em ação. Seja em cima do palanque político, seja na saleta institucional, a voz disciplinadora destes agentes trata do estabelecimento de um domínio através do perigo das imagens. O compartilhamento dos vídeos-propaganda com a quebra da placa e das fotografias do gabinete na Alerj com os ícones de Trump e Marielle fazem parte de uma só estratégia: o uso de imagens do medo para governar. Nos regimes da iconofobia e da fobocracia, a tentativa de apropriação do sensível advém do medo ao excesso, do medo ao outro. As táticas empregadas por estes agentes sustentam-se através da crença na proliferação do terror às imagens experienciado por eles próprios. Afinal, como nos lembra Mondzain, os que fazem medo têm medo.

3.3 A fórmula da ocupação

O primeiro ato público e coletivo que contou com a presença da placa da Rua Marielle Franco, ocorrido no dia 14 de Outubro, surgiu através de uma iniciativa do *website* Sensacionalista.³⁹ Após a divulgação da destruição da placa original, uma campanha virtual foi criada com o lema “Eles rasgam uma, nós fazemos cem”. O objetivo primordial era arrecadar fundos para a confecção de placas que seriam distribuídas a quem comparecesse na Cinelândia

³⁹ Sensacionalista é um website de humor com notícias fictícias. Criado em 2009, ganhou popularidade durante as eleições de 2014 e durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, ocorrido entre Dezembro de 2015 e Agosto de 2016.

em dia e hora determinados. Em pouco tempo, a meta preliminar de R\$ 2 mil chegou aos R\$ 42.333, com a participação de 1691 doadores. Dessa forma, mil placas foram produzidas, ao invés das cem inicialmente programadas. Àquela altura, os debates na esfera política brasileira tensionavam-se velozmente – a violência ultrapassava o campo do simbólico para invadir o real em confrontos espalhados pelo país.⁴⁰ Na semana anterior, Romualdo Rosário da Costa, conhecido como Mestre Moa do Katendê, um dos líderes do Afoxé Badauê⁴¹, havia sido brutalmente assassinado com doze facadas após discussão político-partidária com um apoiador do então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro. Devido ao clima hostil, os organizadores convocaram os interessados sob a proposta de realização de um ato pacífico ao estilo *flashmob*: as pessoas receberiam as placas, posariam para uma foto e deixariam o espaço logo em seguida. A preocupação em não desencadear confrontos físicos com adversários políticos era tamanha que a mensagem de convocação informava que advogados e autoridades de segurança haviam sido acionados a estarem presentes no momento do ato. Além disso, a organização alertava aos participantes a não exporem as placas recebidas durante seus trajetos pela cidade. Na esteira dos acontecimentos, o coletivo Chama, uma agência de apoio a movimentos e causas sociais, criou o website *Rua Marielle Franco*, onde disponibiliza uma versão em alta resolução da placa para *download*. O espaço virtual também lista gráficas parceiras do projeto, que oferecem a confecção da placa a preço de custo e permite, através de um mapa interativo, a visualização e cadastro de placas em qualquer parte do mundo.⁴²

Como visto no Capítulo 2, os discursos e as práticas de Marielle repercutiram intensamente na esfera pública após o seu assassinato. A força simbólica de suas lutas e a violência empregada para ceifar sua vida foram capazes de expor as estruturas da sociedade brasileira. Por meio do choque brutal com a desigualdade inerente à composição das relações de poder nesta sociedade – que impede, de forma contumaz, as reivindicações das vozes às margens –, subjetividades sensíveis viriam a compor cenas de resistência ao poder constituído de modo a fabricar visibilidades e questionar a partilha de espaços na cena política. Foi, portanto, através da estabelecimento desta comunidade, forjada em meio ao luto de uma vida perdida e ao dano do silenciamento de uma voz ativa de resistência, que múltiplas subjetivações políticas seriam desencadeadas. À vista disso, desde a quebra da placa original, confeccionada e posicionada na

⁴⁰ Segundo informações divulgadas em Janeiro de 2019 pelo jornal Folha de São Paulo através da Lei de Acesso à Informação, os registros de crimes relacionados à intolerância atingiram um pico durante as eleições de 2018. Nos meses de campanha política (Agosto, Setembro e Outubro), ocorreram dezesseis casos por dia – mais do que o triplo de registros diários no primeiro semestre. O aumento da ocorrência de casos teve início em Julho e atingiu o ápice em Outubro, período de votação do primeiro e segundo turnos, com 568 boletins de ocorrência, ultrapassando a marca de dezoito casos por dia. Durante o período eleitoral, as ocorrências de intolerância religiosa cresceram 171% em relação aos três meses anteriores; as de homofobia, 75%; as de intolerância por origem, 83%; e os registros associados a preconceito de cor ou raça, 15%.

⁴¹ O afoxé é uma manifestação para o carnaval de rua feita por afro-brasileiros. O Afoxé Badauê, ativo entre 1978 e 1992, foi parte de “um conjunto de agremiações carnavalescas que, nas décadas de setenta e oitenta do século vinte, a partir do exemplo do Ilê Aiyê e de outras referências culturais negras, trouxe de volta o espetáculo africano para a grande festa popular que tinha se iniciado no século dezenove com a *Embaixada Africana*. Através do canto, das indumentárias, da dança, dos ritmos, das alegorias dos carros, a cultura africana voltava ao carnaval de Salvador” (Silva, 2004, p. 53).

⁴² O website e os serviços disponibilizados podem ser acessados em: <https://www.ruamariellefranco.com.br>.

praça da Cinelândia como uma iniciativa de intervenção urbana após a ocorrência do assassinato de Marielle, o objeto se tornou um dos principais símbolos de luta entre ativistas, grupos e movimentos sociais no confronto com a onda conservadora e reacionária, ressoando não apenas nos atos em seu nome, como em diversas práticas de ativismo e mobilizações sociais pelo mundo, a exemplo do movimentos #EleNão e 15M, também cartografados nesta pesquisa. Sua manipulação percorreu uma linha transversal por entre os debates em voga e as pautas dos atores em jogo, confrontando, de forma estratégica, os poderes constituídos. As campanhas virtuais, o *flashmob* realizado no centro do Rio de Janeiro, as ocupações das ruas e das redes durante a campanha eleitoral de 2018 e as ocupações sucedidas após o anúncio dos cortes no orçamento da educação pelo governo Bolsonaro, vieram a acrescentar mais sedimentos de mobilizações aos constantes protestos, manifestações, intervenções urbanas, performances e atos realizados pela sociedade civil na reivindicação por justiça e manutenção da memória de Marielle viva nos correntes embates.

Por estes motivos, propomos a reflexão sobre o gesto de empregar a placa em locais públicos através de aproximações com a práxis que Marielle empreendeu durante a sua trajetória política. Acreditamos que o ativismo desempenhado com a tabuleta evoca ao menos três traços de suas práticas e lemas políticos: (I) a prática de resistência nas relações de poder (“não serei interrompida”); (II) a prática do pensamento interseccional (“não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”)⁴³; (III) a prática da ocupação (“vamo que vamo; vamo junto ocupar tudo”). Indicamos, assim, que o ativismo de ocupação realizado com as placas pode ser deslindado através de uma breve fórmula de resistência que busca, mediante a difusão e a visibilidade de um símbolo atravessado por tais linhas de força, a não interrupção das lutas de Marielle. No confronto com dispositivos de bio-necropoder operados pela onda conservadora e reacionária, os que erguem a tabuleta ou a colocam em determinado espaço, conduzem e mantêm vivas as histórias de resistência que se entrelaçam com as da ativista. Reivindicam, de forma similar à sua atuação política, a ampliação de direitos, a diminuição da desigualdade, e a ocupação de espaços por comunidades marginalizadas na sociedade brasileira. Denunciam o periódico apagamento de símbolos e personalidades negras, LGBTI+ e desfavorecidas socialmente pelo poder público no país. Demonstram que as bandeiras defendidas por Marielle continuam fortes e atuantes. Transformam, enfim, luto em luta através do manejo de um dispositivo de resistência atravessado pela memória coletiva e a práxis interseccional de Marielle.

...

⁴³ Como veremos a seguir, o discurso de Marielle se posiciona como práxis crítica interseccional (Collins, 2015) ao vislumbrar um projeto de luta coletiva não fragmentária que se funda a partir da empatia a experiências marginalizadas na sociedade e no próprio movimento feminista.

Os embates estabelecidos em torno de Marielle e sua práxis, contornam, para além de práticas e estratégias de ativismo, variados campos epistemológicos; em especial, os manejados pelo feminismo negro. Flavia Rios e Regimeire Maciel (2018) indicam que o feminismo negro articulado em território brasileiro sofreu modulações e tornou-se mais influente nas últimas duas décadas. Ao analisar os ciclos políticos da redemocratização, da pós-transição democrática e o da corrente crise democrática, as pesquisadoras indicam a coexistência de três gerações na esfera pública atual: o movimento de mulheres negras; as negras jovens feministas e o feminismo interseccional. Rios e Maciel (2018) assinalam, dessa forma, os deslocamentos estabelecidos após a irrupção das mobilizações sociais globais pós Primavera Árabe, e, com maior proximidade territorial, das Jornadas de Junho:

Na terceira e novíssima geração de ativismo, marcada pela emergência do feminismo negro e interseccional enquanto identidades coletivas intercambiáveis, especialmente com o lugar ocupado pelas redes sociais no contexto das grandes mobilizações ocorridas no Brasil em 2013, nas chamadas jornadas de junho, uma nova rede de ativistas passa a atuar fortemente valendo-se preferencialmente da internet como ferramenta de circulação de informação e de mobilização coletiva contra situações de violência (física ou simbólica) que envolvem as dimensões de raça, gênero e sexualidade, principalmente. (Feminismo negro em contraste, para. 7)

Cabe, portanto, fazermos uma breve digressão acerca do conceito de interseccionalidade, de suas origens até os desdobramentos sofridos nos debates e ações que abordamos nesta pesquisa, de forma a balizarmos seu emprego em território brasileiro.

O termo interseccionalidade refere-se à perspectiva de análise crítica que propõe a compreensão de desigualdades sociais complexas através da identificação de sistemas interligados de poder. Desse modo, raça, gênero, classe, sexualidade, etnia, nação, capacidade e idade operam como fenômenos de construção recíproca e não apenas como entidades autônomas (Collins, 2015). As origens do termo interseccionalidade remontam ao trabalho de acadêmicas e ativistas feministas negras dos Estados Unidos da América que, durante a década de 1980, ampliaram os debates do feminismo para a desigualdade racial, tema largamente ignorado pelas primeiras ondas do movimento, focadas sobretudo nas lutas pelo sufrágio, igualdades políticas e legais, mercado de trabalho e sexualidade sob a perspectiva da mulher branca (Fixmer & Wood, 2015). Naquele momento do debate norte-americano, foram reivindicadas novas formas de se abordar as experiências das mulheres negras, que passaram a considerá-las não apenas pelo viés de raça, mas por sistemas de opressão interconectados que também examinam questões de gênero, classe social e sexualidade. Segundo Collins (2000), é possível citar, na qualidade de pesquisas inovadoras à época, trabalhos como *Women, Race and Class* (1983) de Angela Davis, *A Black Feminist Statement* (1997) do Combahee River Collective, e a coleção de ensaios *Sister Outsider* (1984) de Audre Lorde. Bell Hooks (1984) ressalta em *Feminist Theory: from margin to center* a

importância da emergência de um pensamento feminista que supere as categorias individuais de opressão, sob o risco de fragmentação do movimento:

Privileged feminists have largely been unable to speak to, with, and for diverse groups of women because they either do not understand fully the inter-relatedness of sex, race, and class oppression or refuse to take this inter-relatedness seriously. Feminist analyses of woman's lot tend to focus exclusively on gender and do not provide a solid foundation on which to construct feminist theory. They reflect the dominant tendency in Western patriarchal minds to mystify woman's reality by insisting that gender is the sole determinant of woman's fate. (p. 14)

A autora frisa que sexismo, racismo e classismo são fatores de divisão entre as mulheres e que, dessa forma, dentro do próprio movimento feminista, as divergências sobre diferentes estratégias ou ênfases em debates levariam à formação de múltiplos grupos e posições políticas. Hooks (1984) demonstra certo descontentamento com a fragmentação que se apresenta e propõe, como alternativa, que cada mulher acolha a responsabilidade na luta contra opressões que não as afete diretamente como indivíduo. À vista disso, o feminismo, como movimento radical, não poderia abrir mão de um olhar de coletividade, muitas vezes relegado a segundo plano por preocupações e prioridades individuais:

Every woman can stand in political opposition to sexist, racist, heterosexist, and classist oppression. While she may choose to focus her work on a given political issue or a particular cause, if she is firmly opposed to all forms of group oppression, this broad perspective will be manifest in all her work irrespective of its particularity. When feminist activists are anti-racist and against class exploitation, it will not matter if women of color are present or poor women, etc. These issues will be deemed important and will be addressed, although the women most personally affected by particular exploitations will necessarily continue in the forefront of those struggles. (p. 61-62)

De forma estrita, a cunhagem do termo interseccionalidade é conferida ao artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics* da pesquisadora e defensora dos direitos civis Kimberlé Crenshaw. Nele, Crenshaw (1989) analisa casos jurídicos em que a violência contra a mulher negra não foi considerada, efetivamente, devido a falhas de percepção sobre as diversas maneiras pelas quais as questões de raça e gênero interagem para moldar as experiências de trabalho destas mulheres no contexto norte-americano. A argumentação parte da premissa de que as opressões a que as mulheres negras estão submetidas ultrapassam os limites de análises tradicionais sobre discriminação de raça e gênero que consideram cada tópico de forma mutuamente exclusiva. Assim, a interseção entre fatores de racismo e sexismo na experiência de vida destas mulheres revela-se como perspectiva de análise potente na superação

de visões estruturadas em apenas um dos eixos categóricos no debate sobre leis anti-discriminação, teoria feminista e políticas antirracistas. Para além disso, Crenshaw (1989) demonstra que o foco em grupos privilegiados, dentro dos próprios movimentos, marginaliza os indivíduos que mais sofrem e ofusca reivindicações que não podem ser compreendidas através de formas simples de contestação:

In much of feminist theory and, to some extent, in antiracist politics, this framework is reflected in the belief that sexism or racism can be meaningfully discussed without paying attention to the lives of those other than the race-, gender- or class-privileged. As a result, both feminist theory and antiracist politics have been organized, in part, around the equation of racism with what happens to the Black middle-class or to Black men, and the equation of sexism with what happens to white women. (p. 152)

Crenshaw (1989), de maneira semelhante a Hooks, defende que as lutas feministas devem adotar uma visão coletiva e não fragmentária através da empatia pelas experiências das mulheres marginalizadas no próprio movimento – a partir de uma crítica que fosse de baixo para cima; das margens ao centro. A autora acredita que a adoção de perspectivas interseccionais amplia a linguagem crítica da luta contra a discriminação para além das visões dominantes e permite, desse modo, a fundação de uma nova atividade política unificadora a partir dos grupos marginalizados: “when they enter, we all enter” (Crenshaw, 1989, p. 167). Essa postura fica ainda mais evidente em seu artigo posterior *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color* (1991), em que é produzida uma análise fundamentada sobre três aspectos da interseccionalidade que afetam a vida da mulher negra na sociedade. O primeiro deles seria a interseccionalidade estrutural, posição de interseção entre raça e gênero que permite a compreensão de fenômenos como a violência doméstica e o estupro. O segundo seria a interseccionalidade política, posição de interseção entre as políticas feministas e antirracistas que também funcionam de forma sincrônica na marginalização da violência contra estas mulheres. E, por último, aspectos da interseccionalidade, no debate mais amplo das políticas da identidade contemporâneas, que reproduzem sistemas de subordinações que afetam a vida das mulheres à margem dos movimentos. Através dessa nova análise, posicionada de forma mais contundente no debate interno dos movimentos de política de identidade, Crenshaw (1991) reafirma e amplia a crítica das estratégias de resistência adotadas até então. Logo, a saída para o impasse da proliferação de identidades na luta política não seria a dissipação de categorias, mas sim o aprofundamento do debate e o reposicionamento dos discursos a partir dos pontos de interseção às margens dos movimentos – uma mudança de enfoque que se desloca da procura por identidades para concentrar-se sobretudo nas vulnerabilidades existentes:

The most one could expect is that we will dare to speak against internal exclusions and marginalizations, that we might call attention to how the identity of “the group” has been centered on the intersectional identities of a few. Recognizing that identity politics takes place at the site where categories intersect thus seems more fruitful

than challenging the possibility of talking about categories at all. Through an awareness of intersectionality, we can better acknowledge and ground the differences among us and negotiate the means by which these differences will find expression in constructing group politics. (p. 1299)

A pesquisadora Patricia Hill Collins produziu análises que ampliaram a utilização do termo interseccionalidade para novos debates sobre injustiça e opressão. No livro *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, Collins (2000) propõe a utilização da interseccionalidade em conjunto ao conceito de matriz de dominação. Enquanto a interseccionalidade nos permitiria enxergar que as diferentes formas de opressão não podem ser consideradas através de categorias isoladas, a matriz de dominação nos permitira avaliar de que forma as interseções entre opressões estariam estruturadas. O termo cunhado por Collins busca esclarecer os quadros de organizações sociais pelas quais as opressões se originam e se cruzam, se desenvolvem e se limitam. Em vista disso, a matriz de dominação evidencia que as diferentes classificações sociológicas que um indivíduo recebe podem afetá-lo de diferentes maneiras, seja em forma de privilégio, em determinada característica de sua identidade, seja em forma de opressão. Collins utiliza esta perspectiva para impulsionar os debates no campo do ativismo a novos horizontes; mais consciente acerca da posição de cada indivíduo na sociedade, das relações de poder que o perpassam e das possibilidades de resistência coletiva em momento de abertura a críticas e práticas mais complexas:

Shifting the analysis to investigating how the matrix of domination is structured along certain axes—race, gender, class, sexuality, and nation—as well as how it operates through interconnected domains of power—structural, interpersonal, disciplinary, and hegemonic—reveals that the dialectical relationship linking oppression and activism is far more complex than simple models of oppressors and oppressed would suggest. [...] Just as oppression is complex, so must resistance aimed at fostering empowerment demonstrate a similar complexity. (p. 288-289)

No artigo intitulado *Intersectionality's Definitional Dilemmas*, Collins (2015) indica que, em tempos atuais, as variações do conhecimento interseccional podem ser encontradas tanto em espaços internos da academia, nos mais diversos campos interdisciplinares, como em espaços externos, em atividades desenvolvidas por assistentes sociais, organizadores comunitários, clérigos e outros profissionais na busca da contextualização de suas experiências como forma de apreensão e luta contra desigualdades sociais. A autora busca solver algumas das questões que se formaram desde a eclosão do entusiasmo com o termo na década de 1990, evidenciado pela proliferação de publicações e instituições que o utilizaram desde então. Collins demonstra como a importância do termo interseccionalidade está em sua fluidez e capacidade de se moldar a novos campos de estudo, práticas e ideias, não em sua categorização e confinamento a determinado fenômeno social simples e conciso. Apesar disso, é importante ressaltar, de forma destoante a campos de conhecimento e pesquisadores que se apropriaram e descontextualizaram certos

procedimentos de perspectiva interseccional, Collins (2015) insiste no valor que os processos de base, fundados em práticas cotidianas, possuem sobre as práticas intelectuais e políticas, mantendo-se fiel às origens do pensamento na luta contra opressões a que grupos marginalizados estão submetidos. A autora identifica três possíveis ramificações que caracterizariam a interseccionalidade como um projeto de conhecimento no tempo presente. A primeira conteria os debates internos à interseccionalidade como um campo de estudo; sua história, temas debates e limites. A segunda compreenderia a interseccionalidade como estratégia analítica; as novas visões em debates sobre instituições, práticas e fenômenos sociais. E a terceira, que consideraria a interseccionalidade como práxis crítica; sua utilização por atores sociais e projetos na luta por justiça e direitos humanos.

No retorno ao debate acerca do conceito em território brasileiro, Carla Akotirene (2018) propõe seu manejo sob a voga de uma sensibilidade analítica que interrompa possíveis simplificações da política de identidade. Na perspectiva da pesquisadora, a interseccionalidade possui intensidade para abarcar as vivências e múltiplas conexões a que um sujeito está inserido, e, particularmente no contexto que analisamos, as que compreendem a mulher negra, localizada como um dos sujeitos à margem da sociedade em que vivemos:

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência radicalizada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas. (p. 41)

Em meio a este debate, Djamila Ribeiro (2017) ressalta a importância que percursos de lutas epistemológicas de mulheres negras e intelectuais ao longo da história, capazes de produzir sujeitos políticos e discursos contra-hegemônicos, possuem para as lutas atuais. Na defesa contra certa tentativa de silenciamento que a terceira geração feminismo negro vem sofrendo, a pesquisadora aponta a dimensão crítica e não essencialista do amplo conjunto de práticas e saberes do feminismo negro, muitas vezes perdida em meio a debates externos e internos a correntes que coexistem na produção de reflexões acerca da sociedade:

Acusar-nos de “aficionados por políticas identitárias” é um argumento falacioso [...] pois o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são

criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros. (p. 27-28)

...

Logo, de modo prosseguirmos a leitura sobre as ações estratégicas de lutas com as placas e a práxis de Marielle, retomemos a perspectiva de W. J. T. Mitchell (2012) no debate sobre a prática da ocupação e as relações com o papel das imagens nas recentes mobilizações sociais. Neste contexto, é interessante assinalarmos a ampliação que a palavra *ocupação* sofreu nos últimos tempos através das mobilizações globais pós Primavera Árabe. Como nos lembra o autor, por anos a fio, quando alguém ouvia a palavra *ocupação*, seus primeiros pensamentos remetiam, muito provavelmente, à imposição da lei marcial a uma população resistente, ao neocolonialismo ou à uma conquista militar (como nos casos da invasão e ocupação do Iraque e do Afeganistão, para citar apenas dois casos expressivos). Em pouco tempo, a palavra assumiu um novo significado: “the reclaiming of public space by masses of disenfranchised people, the peaceful, nonviolent seizure of places in an effort to provide a new beginning, a foundational space for justice, democracy, and equality” (p. 12). Segundo Mitchell, o principal fio condutor entre os levantes que emergiram na Primavera Árabe e chegaram ao OWS foi o tropo da ocupação. Na sua visão, estas mobilizações sociais globais teriam sido inspiradas não apenas pelo enfrentamento a regimes autoritários que a Primavera Árabe desempenhou, mas também por sua implementação estratégica de retóricas do espaço e de táticas da ocupação. Assim, o tropo da ocupação, como descrito pelo autor, mais do que uma presença física e visual em um espaço, é uma operação retórica e discursiva. Está diretamente ligado ao tropo da *occupatio*, que consiste na tática de antecipar os argumentos de um adversário, tomando a iniciativa num espaço onde se prevê que haverá oposição e contra-argumentos. No contexto da retórica do espaço público, a *occupatio* consiste na apreensão de um lugar vazio, não pertencente, de forma essencial, a ninguém. É uma demanda “in its own right, a demand for presence, an insistence on being heard, before any specific political demands are made; a demand that the public be allowed to gather and remain in a public space” (p. 10). Apesar disso, como nos lembra Mitchell, a demanda da *occupatio* é feita com a plena consciência de que o espaço público é, de fato, pré-ocupado pelo Estado e pela polícia – que seu caráter aparentemente pacífico e democrático é amparado pela possibilidade de uma investida violenta, caso arbitrado pelo regime em voga. Em suma, a *occupatio* visa “not just at taking possession of an empty space in an argument, but of provoking a response and framing it in advance” (p. 10). Segundo o autor, a prática da ocupação que observamos nos últimos anos é menos um evento singular e datável do que um processo histórico pontuado por ocasiões efêmeras e temporárias, momentos decisivos e reviravoltas. Devido a isso, é estabelecido não apenas através da mobilização de uma grande quantidade de pessoas, mas por pequenos e transitórios momentos, que, a despeito de sua aparente insignificância, possuem efetiva capacidade de se tornarem eventos vertiginosamente catalíticos.

É fundamental notarmos como o diálogo proposto por Mitchell se reflete na conjuntura brasileira. Antes da irradiação das formas de ação promovidas na Primavera Árabe em mobilizações espalhadas pelo país, a exemplo do Ocupe Estelita (2012), Ocupa MinC (2016), Ocupa FUNAI (2016) e da ocupação de escolas públicas (2015-2016), a palavra *ocupação* se referia, recorrentemente, às operações militares realizadas pelo Governo Federal em aliança com Governos Estaduais sob o pretexto de manutenção da paz e da ordem. Como debatido nos Capítulos 1 e 2 por meio da compreensão do funcionamento da necropolítica, tais procedimentos atravessados por racionalidades coloniais foram empregados nas favelas da Mangueira e Dendê em 1994, na Rocinha em 2011, no Complexo do Alemão em 2010, no Complexo da Maré em 2014, e, mais recentemente, na Intervenção Federal de 2018 no Rio de Janeiro. Desse modo, é importante destacarmos como a história de vida e a práxis de Marielle Franco se entrelaçam com os dois sentidos de ocupação propostos por Mitchell. Primeiro, por ter vivido a ocupação da Maré em 2014. E segundo, por ter dialogado e se proposto a realizar ocupações nos espaços de poder através do emprego de saberes provenientes dos coletivos e movimentos sociais dos quais participou. No diálogo com os dois sentidos correntes de ocupação, a figura de Marielle se encontra, com efeito, por entre ambos: na ocupação do poder institucional para resistir às ocupações efetuadas pelas formas de governo em território brasileiro. Este enlace seria performado emblematicamente no embate retórico que Marielle estabeleceu contra a Intervenção de 2018 enquanto ocupava o cargo de vereadora do Rio de Janeiro.

Para compreendermos em detalhe este processo de lutas através de ocupações realizado por Marielle, cabe localizarmos sua trajetória política de ativismo em contiguidade à última vaga do movimento feminista. Como abordado preliminarmente, os embates tensionados a partir do novo ciclo de lutas e protestos globais chegariam com força à cena sócio-político-cultural brasileira com a eclosão das Jornadas de Junho. Na articulação estabelecida entre os atores e as coletividades naquele momento, o feminismo se reconfiguraria com a adoção de novas práticas e discursos no que viria a ser apontado como a quarta onda do feminismo, ou a primavera feminista.⁴⁴ Na esfera de debates acerca da política institucional, Antonia Pellegrino (2018) argumenta que a crise de representatividade e o entusiasmo pela ocupação das ruas e das redes em 2013 impulsionaram mulheres a se projetarem em disputas eleitorais como representantes das agendas feministas e a conseguirem êxitos nas urnas. A pesquisadora aponta, assim, as eleições municipais de 2016 no Brasil como o marco da chegada da nova onda feminista à política institucional:

Não que em outros momentos não houvesse feministas nos pleitos, mas a grande mobilização de novas agentes políticas articuladas através de iniciativas ativistas para a renovação dos quadros da política — como a plataforma #MeRepresenta; a Bancada Ativista, em São Paulo; o Muitas, em Belo Horizonte; e a #Partida, no Rio de Janeiro — deu a cara de um movimento em que uma sobe e puxa a outra. A força

⁴⁴ Como nos lembra Bila Sorj (2018), a quarta onda do feminismo, ou Primavera Feminista, é identificada a partir de 2012 com o “reavivamento do feminismo, sobretudo o feminismo de jovens mulheres no ciberespaço e nas ruas” (Bila Sorj, para. 12).

da coletividade era o que aparecia estampado nos materiais de campanha do Muitas, nos quais um rosto inteiro é fruto da metade de dois rostos de diferentes candidatas, ou no slogan de Marielle Franco, “Eu sou porque nós somos”. (Política representativa, para. 14)

Uma das lutas de Marielle, relacionada diretamente às práticas que analisamos, e que a motivou, inclusive, a se candidatar a um cargo na política institucionalizada, foi a sua preocupação atinente à importância da representatividade política. Ao pleitear espaços nas estruturas de poder sob o nexo da ocupação, Marielle direcionava suas propostas às comunidades das quais fazia parte ou trabalhava em direto contato. Logo, debruçemo-nos sobre dois de seus marcadores identitários de modo a contextualizarmos brevemente suas lutas. Como lembrado por Lilia Schwarcz (2019), diversas estatísticas revelam como as populações afro-brasileiras são objeto dileto da intersecção de marcadores sociais que acabam condicionando negativamente sua inclusão na sociedade. Para estes grupos, o acesso à saúde, educação, emprego, transporte e habitação torna-se ainda mais precário do que o enfrentado comumente:

negros e negras sofrem com enormes disparidades salariais no mercado de trabalho. Dados divulgados pelo IBGE para o ano de 2016 revelam que eles ganham 59% dos rendimentos de brancos. O tempo de vida desses grupos também é desigual: em 1993, o total de mulheres brancas com mais de sessenta anos de idade representava 9,4% e o de mulheres negras, 7,3%. Em 2007, os percentuais alcançaram 13,2% e 9,5%, respectivamente. Isso sem contar que são elas as maiores vítimas das práticas violentas que se expressam nas relações de sexo e gênero. Marcadores funcionam, pois, ainda mais traiçoeiramente, quando interseccionados. (p. 161)

A conjuntura atual complementa-se ao analisarmos os indicadores da participação de mulheres e afro-brasileiros no poder institucionalizado. Segundo pesquisa realizada pelo Inter-Parliamentary Union (2019), o Brasil ocupa a 133ª posição no ranking mundial de representatividade parlamentar feminina. As mulheres representam apenas 16% do total de Senadores e 10,5% do total de Deputados Federais. Os números relativos a parlamentares negros são ainda piores, segundo dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2018), contando com apenas 4% de vagas preenchidas para os cargos de Senadores e Deputados Federais. Ponto destacado em diversas ocasiões, a representatividade política fez parte do mote da campanha eleitoral que elegeu Marielle ao cargo de Vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Suas pautas políticas centravam-se, em larga medida, na diminuição das desigualdades historicamente promovidas em território brasileiro. Nesta contenda, a argumentação fundamentava-se na verificação de que os espaços institucionais democráticos do país ainda estão longe de refletir a composição da sociedade em que estão inseridos. A representatividade política apresentava-se, ademais, como um antídoto à apropriação e instrumentalização a que pautas dos movimentos feminista e negro vêm sofrendo regularmente nos últimos anos. Num artigo escrito para o blog #AgoraÉQueSãoElas em Setembro de 2016, Marielle, então candidata a vereadora,

expressou pontos fundamentais sobre os desafios que uma disputa política voltada às mulheres, grupos marginalizados e racializados enfrenta, especialmente no momento em que opta pelo diálogo com a política institucional. No texto, Marielle defendia que, para tanto, seria necessária a construção de políticas públicas que agissem em âmbitos não penais através de uma articulação entre “a educação e a cultura enquanto potência, com novas estéticas em que as mulheres sejam protagonistas” (Folha de São Paulo, 2016, Eu sou porque nós somos!, para. 4). Arrematava, ao final, a importância da constituição de sua candidatura para a ocupação e o tensionamento do aparato institucional através de um projeto de ampliação de direitos que dialogasse abertamente com os movimentos sociais, sobretudo com os movimentos feministas e negro:

nossa luta é pela vida das mulheres. Apostamos que contra a cultura do estupro, do machismo, do sexismo, só uma cultura de direitos. Por isso, estar na política é tão urgente. Somos nós que temos que legislar sobre nossos corpos, desejos e destinos. A luta política institucional, em casas legislativas tão misóginas e racistas, precisa ser ocupada para representar de fato todos os nossos anseios. Pra fazer valer a vida, eu sou candidata porque nós somos necessárias. Eu sou porque nós somos! (Folha de São Paulo, 2016, Eu sou porque nós somos!, para. 6)

Declarado inúmeras vezes por Marielle, o lema “eu sou porque nós somos” advém de uma tradução livre do significado do Ubuntu, filosofia e ética de origem africana que compreende a existência humana através de uma perspectiva de partilha e comunhão, aversa ao individualismo e isolamento sociais. Alçado a slogan de campanha, a frase serviu como princípio norteador de ação que reiterava não apenas a centralidade da representatividade política como também aludia à proposta de uma candidatura que operaria através da ocupação do aparato institucional através de um mandato coletivo na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Nessa medida, a divisão do poder institucional teria função estratégica na composição de pautas que circulariam em torno da intersecção de temáticas como gênero, negritude e favela.⁴⁵ Antes da ocorrência do brutal assassinato, já empossada no cargo de vereadora do Rio de Janeiro, a associação entre ocupação e representatividade política para fins coletivos era reafirmada no website de Marielle:

Meu nome é Marielle Franco. Sou mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Sou socióloga com mestrado em Administração Pública. Fui eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Sou também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. Acredito que ocupar a política é fundamental para reduzir as desigualdades que nos cercam. (2016)

⁴⁵ Dentre as iniciativas postas em prática pelo mandato coletivo de Marielle que exemplificam tais propósitos, é possível citar: a promoção de rodas de conversa com jovens negras e trabalhadoras que atuam em favelas; homenagens a ativistas LGBTI+ e a figuras que promovem as culturas e as religiosidades negras; campanhas pela visibilidade lésbica, contra o assédio no carnaval e nos transportes urbanos; organização de atos políticos; debates sobre violência sexual, racismo e direito à favela; criação de projetos de lei para: (I) a organização de dados sobre a violência contra a mulher, (II) a promoção de mais Casas de Parto, (III) a criação de espaços infantis, (IV) a ampliação do aborto legal na cidade do Rio de Janeiro (“O que já fizemos”, 2018).

À vista disso, vislumbramos a possibilidade de extensão da proposta de Mitchell (2012) ao contexto das ocupações promovidas com as placas de Marielle. Em nosso entendimento, cada singular ação com a tabuleta viria a acrescentar mais um pontual momento no processo histórico desencadeado na Primavera Árabe, traçando linhas de resistência estratégicas que interligam as Jornadas de Junho, a primavera feminista, a terceira onda do feminismo negro brasileiro, as ações de Marielle e as presentes lutas dos movimentos e mobilizações sociais, como nos casos dos Atos por Marielle, do Movimento #EleNão e do Movimento 15M. De forma similar às ocupações que se seguiram à mobilização ocorrida na praça Praça Tahrir, as ocupações promovidas pelos ativistas que depositam ou manejam a placa em espaços públicos também apreendem espaços para reivindicar visibilidade e voz a determinadas comunidades – tomam a iniciativa e fundam novos debates em contraposição ao estado das coisas. Assim como no OWS, embora moderadas e circunscritas em suas táticas, através da ocupação não violenta de espaços públicos, as mobilizações são radicais em suas demandas – seja no questionamento ao capitalismo no coração do sistema financeiro americano, seja no confronto às estruturas desiguais que sustentam a marginalização de comunidades na sociedade brasileira, as reivindicações apresentam-se como irredutíveis.

...

A partir do delineamento das linhas de força que atravessam o embate em questão, podemos espreitar com maior densidade os traços e lemas políticos de Marielle contidos no dispositivo de resistência empregado pelos ativistas. Como vimos, os que operam a placa da Rua Marielle Franco em espaços públicos evocam o simbolismo da ativista a fim de contrapor a interrupção de suas lutas. Estas ações são feitas, em grande medida, através da utilização de retórica e táticas de ocupação. A irradiação de subjetivações políticas, articuladas em sublevados interlocutores, promove a composição de uma comunidade que provoca discontinuidades na cena política consensual pelo fato de exporem um dano em comum, simbolizado pela vida perdida e pelo silenciamento de uma voz ativa de resistência. Na articulação promovida entre ocupação e as práticas interseccionais de Marielle, as ações dos ativistas divergem brevemente das atuações da parlamentar. O diálogo entre ocupação e representatividade política, ao invés de ocorrer por meio da liturgia estipulada pelo regime democrático brasileiro, desponta através de gestos indômitos de resistência. Concomitantemente, o embate das relações de poder desloca-se das instâncias internas de instituições políticas para um enfrentamento que se irradia a partir de pontos externos a elas. Por conta disso, atua não por contiguidade, mas por infiltração, vereda, picada. Entretanto, este movimento, ainda que desigual, converge estrategicamente com as lutas de Marielle no rumo de sua direção: das margens ao centro.

Em suma, no dispositivo de resistência empregado pelos ativistas, o dispositivo bio-necropolítico, a governamentalidade evocada pelos agentes do regime do medo e a invisibilidade promovida pelas estruturas da sociedade brasileira são postos em jogo não através da conquista

de um cargo institucional, mas da visibilidade de um símbolo de lutas. Se se ocupa espaços, se luta contra a interrupção que a violência e o medo buscam legar à memória e aos corpos que os excedem. Se enfrenta as opressões interseccionais que impedem que as comunidades às margens venham a rearranjar a partilha do sensível. Se reivindica, em última instância, espaços e visibilidades para a existência de novos mundos.

...

Passados um ano e meio do fatídico assassinato, os efeitos da atuação política e do ativismo de Marielle continuam presentes na esfera pública brasileira. A potência de seu simbolismo ainda desperta os mais intensos embates. A tensão acerca dos significados permeia diversos campos de atividades político-ideológico-institucional do país. Quer por órgãos do governo e mídia corporativa, quer por movimentos sociais, políticos e setores engajados da sociedade civil, a batalha narrativa prossegue acirrada por entre consensos e dissensos. O embate ao redor da placa é apenas mais um dentre a incontida plethora de fluxos que se desencadeiam em forma de atos, mobilizações sociais, eventos culturais, citações, publicações nas redes, obras e intervenções artísticas. Na via dos processos históricos, as ações com a tabuleta se inscrevem, predominantemente, no campo de embate das práticas micropolíticas através de apropriações territoriais estratégicas. Ocorrem, em sua maioria, por meio de gestos pontuais e, portanto, não obtêm visibilidade de grande espectro da sociedade. Apesar disso, são representativas em contendas localizadas e promovem resistências no contexto extensivo por desencadeamentos sucessivos. As tabuletas vêm ocupando espaços públicos, privados, institucionais, e governamentais. Em áreas urbanas, são visíveis em ruas, postes, murais, ruas, escadarias, fachadas residenciais, comerciais e institucionais. Em ambientes privados, são utilizadas como ícone de memória ou como *souvenir*, seja em formato de produções afetivas e pessoais, através de obras artísticas, ou ainda, sob a configuração de *commodities revolucionárias*. Além disso, a manipulação da placa em espaços públicos continua a emergir em casos de grande repercussão, como o protesto ocorrido no Festival Internacional de Cinema de Berlim, a ocupação do entorno da Embaixada do Brasil em Bruxelas, o rebatismo simbólico de uma estação de metrô em Buenos Aires, a ocupação de corredores em Câmaras Municipais e Federais pelo Brasil, e as homenagens em blocos e escolas de samba nos carnavais de 2019 e 2020.

A tarefa ativística de reivindicação de novos projetos de sociedade aponta para efeitos a médio e longo prazos mas seus ressoamentos já são palpáveis em modificações no presente. Efetivamente, reivindicação por representatividade em espaços institucionais teve impacto nas eleições de 2018, momento em que diversas mulheres que dialogam com as lutas de Marielle obtiveram resultados favoráveis pelo território brasileiro. Apenas no Rio de Janeiro, três de suas assessoras – Renata Souza, Mônica Santos Francisco e Dani Monteiro – foram eleitas como deputadas estaduais. Aos poucos, a memória da ativista vem sendo homenageada através de nomeações promovidas por instituições públicas e privadas. No Rio de Janeiro, foi sancionada a

lei Marielle Franco, que institui oficialmente o dia 14 de Março como o Dia Estadual das Defensoras e dos Defensores de Direitos Humanos; em Salvador, no estado da Bahia, foi aprovada uma proposta para dar o nome da ativista a uma rua; em Lisboa, da mesma forma, uma proposta de nomeação de uma rua com o seu nome foi aprovada pela Câmara Municipal; em Paris, um jardim foi nomeado em homenagem à sua memória; nos EUA, a Universidade Johns Hopkins criou uma bolsa de estudos com o nome da ativista para projetos com enfoque na América Latina. À guisa de desfecho, reafirmamos a potência estratégica da topografia intersubjetiva composta pelos que carregam a tabuleta a outros territórios: são, portanto, tais pontuais ações que efetivam a emergência de novos atores políticos na arena de debates – que veem reivindicar, através da memória coletiva e da práxis interseccional de Marielle, novos mundos e, assim, reorganizar a partilha do sensível.

Considerações Finais

... Ah! O meu grito de revolta que percorreu o Mundo,
Que não transpôs o Mundo,
O Mundo que sou eu!

Ah! O meu grito de revolta que feneceu lá longe,
Muito longe,
Na minha garganta!

Na garganta de todos os Homens

– Amílcar Cabral, *Emergência da poesia*

As mobilizações sociais contemporâneas articulam multidões através de conexões nas ruas e nas redes. A centelha produzida pelo gesto de Mohamed Bouazizi na Tunísia desencadeou um novo ciclo de levantes que renovou o entusiasmo por rupturas ao redor do mundo. Suas marcas são visíveis no percurso que se inicia com a Primavera Árabe e atravessa múltiplos territórios na Europa, América do Norte e América Latina através de ocupações de redes, praças, parques, ruas e instituições. No caso específico do Brasil, suas modulações se fizeram presentes nos acontecimentos que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho no ano de 2013. Naquele momento, a partir de uma pontual reivindicação pelo direito ao transporte público, grupos, coletivos e indivíduos engajados tomaram as ruas e redes em uma luta heterogênea da multidão. Os episódios daqueles preeminentes dias propagariam eventos que, além de fundar novas coletividades e formas de ação – em correntes e contracorrentes ideológicas – levariam ao impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e à eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

Buscou-se, nesta pesquisa, cartografar um percurso através destes acontecimentos de modo a estabelecer conexões entre os diferenciados ativismos em rede e o que se passa na cena sócio-político-cultural do Brasil e do mundo neste momento. Como balizamento teórico-metodológico,

recorreu-se aos conceitos de cartografia, dispositivo, poder, resistência e dissenso provenientes de um diálogo indireto entre os pensamentos de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Jacques Rancière. Dessa forma, analisou-se o objeto de estudo mediante a sobreposição de duas bases teórico-metodológicas: (I) a cartografia, que foi de encontro às relações de poder estabelecidas pelos atores em jogo; (II) e as cenas de dissenso, que investigou as descontinuidades sensíveis que permitiram a reivindicação de novos projetos de sociedade.

À vista disso, optou-se pelo foco especial nas propriedades das relações de poder, estética e política articuladas às subjetividades que emergiram nestes momentos. Para tanto, realizou-se um traçado exploratório por entre os processos identificados como centrais no desencadeamento desta nova onda de levantes que articula formas de ocupação nas ruas e nas redes. Retrocedeu-se, assim, até à irrupção da Primavera Árabe e seguiu-se pelos trajetos que ligaram as mobilizações globais identificadas como Geração à Rasca (Portugal), Movimento 15-M (Espanha), Occupy Wall Street (Estados Unidos da América) e Jornadas de Junho (Brasil). Em momento posterior, analisou-se os acontecimentos que modificaram a conjuntura brasileira e possibilitaram a eclosão de novos atores, práticas e linguagens. A partir da realização desse procedimento, identificou-se, neste período, a ascensão de uma onda política conservadora e reacionária ao maior cargo do Poder Executivo do país. Verificou-se, concomitantemente, a formação de um corpo heterogêneo de resistências ao avanço de projetos com vieses conservadores, autoritários e reacionários em territórios locais e globais. Através deste olhar, selecionou-se três mobilizações sociais que estabeleceram, de forma singular, resistências nas esferas de atuação brasileiras: (I) Atos por Marielle; (II) Movimento #EleNão; (III) Movimento 15M.

Com as cartografias dos processos que desencadearam as mobilizações elaboradas, esta pesquisa aprofundou, em momento posterior, um debate sobre as práticas, estratégias e linguagens adotadas pelos sujeitos em ação. Buscou-se, neste momento, responder em que medida os procedimentos adotados pelos sujeitos em ação foram capazes de confrontar o estado das coisas. Com este objetivo, produziu-se uma análise crítica a partir dos fenômenos que envolvem a placa da Rua Marielle Franco, qualificada como um dispositivo de resistência cuja investida foi identificada como recorrente durante o traçado cartográfico das três mobilizações chave desta pesquisa. Verificou-se, ao final, que a sua manipulação percorreu uma linha transversal por entre os debates em voga e as pautas dos atores em jogo, confrontando, de forma estratégica, relações de poder constituídas. Verificou-se, ademais, que, por meio dos processos intersubjetivos que desencadeou nas ruas e nas redes, sua operação foi capaz de promover dissensos em diversos territórios pelo globo.

Ao final do traçado cartográfico produzido nesta pesquisa, assinala-se o encontro dos seguintes pontos de convergência no estabelecimento de resistências através do entrelaçamento de arte e ativismo em mobilizações sociais: (I) em sincronia com Foucault, indica-se que foram as lutas que emergiram a partir dos sujeitos localizados em relações de saber-poder micropolíticas que apontaram novas possibilidades de ação e práticas de resistência; (II) indica-se também, em

acordo com Rancière, que foram as mobilizações construídas em torno de subjetividades em processo as capazes de operar dissensos e constituir um campo de lutas comum; (III) indica-se, por fim, concomitantemente a Mbembe, que foram as lutas capazes de promover articulações entre subjetividades, afetos e saberes às margens da sociedade (como no caso da memória coletiva e da práxis interseccional em torno da placa da Rua Marielle Franco) as que nos ofereceram as pistas mais claras para alicerçar um posicionamento ético na composição de resistências que apontem a um novo futuro comum.

Espera-se ter contribuído para o debate acerca das mobilizações contemporâneas, em especial, nos três casos analisados. Em igual medida, espera-se ter colaborado com o debate particular sobre as formas de resistência contemporâneas sob a ótica das relações de poder, política e estética. Convém lembrar que as cartografias aqui traçadas formam um corpo de estratificações entre inúmeros possíveis. Há múltiplas linhas não espreitadas. A rede é vasta e complexa. Os caminhos levam a inúmeras disjunções. Uma vez que na etapa metodológica foi dada preferência a momentos pontuais e não extensivos através da escolha de cenas de dissenso, há ainda todo um universo a ser cartografado. Cabe ressaltar que, apesar de uma breve digressão ter sido realizada na etapa dos processos micropolíticos destas mobilizações, a realização de cartografias aprofundadas em outros espectros de atuação está em aberto e pode colaborar para a ampliação dos debates aqui efetuados. Sobretudo, em contiguidade à onda conservadora e reacionária que emerge em variados pontos do globo. Sua atuação maneja e se relaciona diretamente com as questões aqui abordadas.

Os processos analisados continuam a se desenrolar. Grande parte das linhas destacadas ainda não chegaram a conclusões paralisantes. O traçado desempenhado por elas ainda está a se deslocar e dá sinais de tensionamentos. A interrupção das cartografias presentes nesta pesquisa ocorre devido à sua própria composição rizomática, que se interessa antes pela identificação de linhas de fuga, fratura e resistência do que pela chegada a um ponto culminante ou finalizador. Os dispositivos analisados e as resistências constituídas continuam a modular: estão em devir –

Bibliografia

- AbrahamWeintraub. (2019, 30 de Maio). *Mais uma #FakeNews* [Twitter post]. Disponível em <https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1134072894567456768?s=20>.
- Agamben, G. (1998). *Homo sacer: Sovereign power and bare life*. Stanford University Press.
- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo?. *Outra Travessia*, 5, 9-16.
- Akotirene, C. (2018). *Interseccionalidade*. Pólen Livros.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Livros.
- Alonso, A. (2019). A comunidade moral bolsonarista. In S. Abranches, R. Almeida, A. Alonso, C. Barros, M. Bolle, P. Domingues, ... G. Venturini (A.) *Democracia em risco?*. Companhia das Letras.
- Alves, G. (2012). Ocupar Wall Street... e depois? In I. Jinkings (Ed.). *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas* (pp. 31-38). Boitempo Editorial.
- Amorim, R. (2019, 26 de Fevereiro). *Marechal Floriano PRESENTE!* [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=GmLOi09luFs>.
- Andrade, O. (1976). O manifesto antropófago. In G. Teles. (Ed.) *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: Apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. Vozes.
- Badiou, A. (2012). *The rebirth of history*. Verso.
- Barroco, M. L. (2015). Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. *Serviço Social & Sociedade*, 124, 623-636.
- Bazzichelli, T. (2008). *Networking: The net as artwork*. Digital Aesthetics Research Center.
- Bentes, I. (2015). *Mídia-multidão: Estéticas da comunicação e biopolíticas*. Mauad X.

Bibliografia

- Bolsonaro, Jair. (2019, 09 de Maio). *Live das quintas-feiras com o Presidente Bolsonaro com muitas novidades* [Video]. YouTube.
<https://www.youtube.com/watch?v=k6Z0JYrx95Q&feature=youtu.be>.
- Bratich, J. (2017). Memes, movements, and meteorology: Occupy Wall Street and new mutations in culture jamming. In M. DeLaure & M. Fink (Eds.) *Culture jamming: Activism and the art of cultural resistance*. New York University Press.
- Brown, N., & Szeman, I. (2006). O que é a multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri. *Novos Estudos CEBRAP*, 75.
- Bryan-Wilson, J., González, J., & Willsdon, D. (2016). Editors' introduction: Themed issue on visual activism. *Journal of Visual Culture*, 15(1), 5-23.
- Bucci, E. (2016). *A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. Companhia das Letras.
- Butler, J. (2015). *Notes toward a performative theory of assembly*. Harvard University Press.
- Cano, I., & Duarte, T. (2012). *No sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Heinrich Boll Stiftung.
- Cardoso, I. (2005). A geração dos anos de 1960: O peso de uma herança. *Tempo Social*, 17(2), 93-107.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet*. Zahar.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Autêntica.
- Castro, E. (2014). *Introdução a Foucault*. Autêntica.
- Chaloub, J.; Perlatto, F. (2015). Intelectuais da “nova direita” brasileira: Ideias, retórica e prática política. *39o Encontro Anual da ANPOCS*.
- Chambers, S.A. (2011). The politics of the police: From neoliberalism to anarchism, and back to democracy. In P. Bowman, & R. Stamp (Eds.), *Reading Rancière*. Continuum.

- Chignola, S. (2014). Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. *Cadernos IHU ideias*, 214, 3-18.
- Collective, C.R. (1997). A Black feminist statement. In L. Nicholson (Ed.), *The second wave: A reader in feminist theory*. Routledge.
- Collins, P.H. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.
- Collins, P.H. (2015). Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41, 1-20.
- Corcoran, S. (2010). Editor's introduction. In S. Corcoran (Ed.), *Dissensus: On politics and aesthetics*. Continuum.
- Cortázar, J. (1969). *Ultimo Round* (Vol. 2). Siglo XXI Editores.
- Cottrell, D., Herron, M., & Westwood, S. (2018). An exploration of Donald Trump's allegations of massive voter fraud in the 2016 General Election. *Electoral Studies*, 51, 123-142.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1, 139-167.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299.
- Davis, A. Y. (1983). *Women, race, & class*. Vintage.
- Dean, J. (2011). Politics without politics. In P. Bowman & R. Stamp (Eds.), *Reading Rancière*. Continuum.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Editora 34.
- Deleuze, G. (1992). What Is a Dispositif?. In T. Armstrong (Trad.) *Michel Foucault, philosopher: Essays*. Harvester Wheatsheaf.
- Deleuze, G. (2012). O que é o ato de criação?. In R. Duarte (Ed.), *O belo autônomo: Textos clássicos de estética*. Autêntica.
- Deleuze, G. (2013). *Foucault*. Brasiliense.

Bibliografia

- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 4). Editora 34.
- Felinto, E. (2006). Cinema e tecnologias digitais. In F. Mascarello (Org.), *História do cinema mundial* (pp. 413-428). Papirus.
- Filho, K. P., & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. *Barbarói*, 38, 45-59.
- Fixmer-Oraiz, N., & Wood, J. (2015). *Gendered lives: Communication, gender, & culture*. Cengage Learning.
- Folha de São Paulo. (2016). *Eu sou porque nós somos: #AgoraÉQueSãoElas*. Acesso em 01 de Agosto de 2020, em:
<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/09/22/votenelas-marielle-franco/>.
- Foucault, M. (1979). É inútil revoltar-se?. *Le Monde*, 10.661, 1-2.
- Foucault, M. (1988). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Vozes.
- Foucault, M. (1994a). Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps. In *Dits et Écrits III (1976-1979)*. Gallimard.
- Foucault, M. (1994b). Le sujet et le pouvoir. In *Dits et Écrits IV (1980-1988)*. Gallimard.
- Foucault, M. (1998a). *O uso dos prazeres*. Graal.
- Foucault, M. (1998b). Sobre a história da sexualidade. In R. Machado (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 243-276). Graal.
- Foucault, M. (1998c). Verdade e poder. In R. Machado (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 1-14). Graal.
- Foucault, M. (1998d). Sobre a Geografia. In R. Machado (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 153-166). Graal.
- Foucault, M. (2000). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004). Michel Foucault, uma entrevista: Sexo, poder e a política da identidade. *Verve*, 5, 260-277.
- Foucault, M. (2005a). *O cuidado de si*. Graal.

- Foucault, M. (2005b). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes
- Foucault, M. (2008a). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, território, população*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008c). *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2009a). O sujeito e o poder. In Hubert L. & P. Rabinow (AA.). *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2009b). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Graal.
- Foucault, M. (2019). *As confissões da carne*. Relógio D'Água.
- Franco, M. (2018a). *Começou! Roda de conversa Mulheres Negras Movendo Estruturas!*
Assista e compartilha! [Video file]. Disponível em
<https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/546757069043223/>.
- Franco, M. (2018b). *EMOCIONANTE! Marielle fala sobre o Dia das Mulheres no Plenário AO VIVO!* [Video file]. Disponível em
<https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/543776616007935/>.
- Franco, M. (2018c, 20 de Fevereiro). *Marielle fala sobre a Intervenção Federal no Rio* [Video file]. Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=535872706798326>.
- Garrido, R. G., Morell, A., & Azevedo, S. V. (2018). Armed forces as security agency and the competence of military courts: The prospect of democratic breakdown. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, 4, 1249-1274.
- Glasius, M., & Pleyers, G. (2013). The global moment of 2011: Democracy, social justice and dignity. *Development and Change*, 44, 547-567.
- Globo Comunicação e Participações. (2019). *Bolsonaro diz que bloqueia verba da educação porque precisa, mas chama manifestantes de 'idiotas úteis' e 'massa de manobra'*. Acesso em 01 de Agosto de 2020, em
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/15/bolsonaro-diz-que-bloqueia-verba-da->

Bibliografia

- [educacao-porque-precisa-e-nao-porque-gostaria-mas-chama-manifestantes-de-idiotas.ghml](#).
- Gohn, M. (2013). Os Jovens e as praças dos indignados: Territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*. 1(2), 205-221.
- Gohn, M. (2018). *Manifestações e protestos no Brasil: Correntes e contracorrentes na atualidade*. Cortez Editora.
- Grupo Estado. (2019). MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA. Acesso m 01 de Agosto de 2020, em:
<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>.
- Hardt, & Negri. (2004). *Multitude: War and democracy in the age of empire*. The Penguin Press.
- Hardt, M. (2014). Junho Maldito. In B. Cava & G. Cocco (Orgs.) *Amanhã vai ser maior: O levante da multidão no ano que não terminou*. Annablume.
- Hardt, M., & Negri, A. (2000). *Empire*. The Belknap Press of Harvard University Press.
- Hooks, B. (1984). *Feminist theory: From margin to center*. South End Press.
- Infoglobo Comunicação e Participações. (2019). *Deputado que quebrou placa com nome de Marielle emoldurou fragmento e botou na parede*. Acesso em 01 de Agosto de 2020, em
https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6WrL8_66oJQJ:https://extra.globo.com/noticias/rio/deputado-que-quebrou-placa-com-nome-de-marielle-emoldurou-fragmento-botou-na-parede-23453055.html+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt&client=safari.
- Inter-Parliamentary Union. (2019). *Women in national parliaments*. Acesso em 01 de Agosto de 2020, em <http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010119.htm>.
- Kelly, G., Donen, S. (Directors) & Freed, A, (Producer). (1952). *Singin' in the Rain* [Filme]. Metro-Goldwyn-Mayer.

- Larana, E., Gusfield, J.R., & Johnston, H. (1994). *New social movements: From ideology to identity*. Temple University Press.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.
- Lima, F. (2018). Bio-necropolítica: Diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70, 20-33.
- Lima, I., Hypolito, A. (2019). A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, 45, 1-15.
- Lorde, A. (1984). *Sister outsider: Essays and speeches*. Crossing Press.
- Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Revista Serviço Social*, 124, 652-664.
- Macalé, J. (2019). Besta Fera. Em *Besta Fera* [Álbum musical]. Zilles Produções.
- Machado, R. (1998). Introdução: Por uma genealogia do poder. In R. Machado (Org.), *Microfísica do Poder*. Graal.
- Malini, F., & Antoun, H. (2013). *A Internet e a rua: Ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Sulina.
- Marques, A. (2011). Comunicação, estética e política: A partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. *Revista Galáxia*, 22, 25-39.
- Marques, A. (2012). Três bases estéticas e comunicacionais da política: Cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. *Revista Contracampo*, 26, 126-45.
- Marques, A.C.S e Lelo, T.V. (2014). Aspectos poéticos-comunicacionais da filosofia política de Rancière a partir dos conceitos de dano, dissenso e desidentificação. *Intexto*, 31, 52-67.
- Mbembe, A. (2011). A universalidade de Frantz Fanon. *Artafrica*.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Antígona.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 32, 123-151.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Antígona.
- Mbembe, A. (2019). *Poder brutal, resistência visceral*. n-1.

Bibliografia

- Miguel, L. F. (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. *Revista Direito & Práxis*, 07, 590-621.
- Miguel, L. F. (2018). A reemergência da direita brasileira. In Gallego, E. (Org.) *O ódio como política: a reivenção das direitas no Brasil*. Boitempo Editorial.
- Mirzoeff, N. (2015). *How to see the world: An introduction to images, from self-portraits to selfies, maps to movies, and more*. Basic Books.
- Mitchell, W. (2012). Image, space, revolution: The arts of occupation. *Critical Inquiry*, 39, 8-32.
- Mitchell, W., & Hansen, M. (2010). *Critical terms for media studies*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Moll, R. (2015). Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? *Unesp*. Disponível em: <http://unesp.br/semdiplomacia/opinioao/2015/43>.
- Mondzain, M.J. (2015). *Homo spectator: Ver, fazer ver*. Orfeu Negro.
- Moore, A. (2007). Artists’ collectives: Focus on New York, 1975-2000. In B. Stimson & G. Sholette (Ed.) *Collectivism after modernism: The art of social imagination after 1945*. University of Minnesota Press.
- Nagle, A. (2017). *Kill all normies: Online culture wars from 4Chan and tumblr to Trump and the alt-right*. Zero Books.
- Nardelli, T [zangadas_tatu]. (2018). *Ninguém solta a mão de ninguém* [Instagram post]. Disponível em https://www.instagram.com/p/BpflwZtj35m/?utm_source=ig_embed.
- Neto, J. (2013). *Melhores Poemas*. Global.
- Nietzsche, F. (1983). *Obras incompletas*. Nova Cultural.
- O que já fizemos. (2018). Acesso em 01 de Agosto de 2020, em <https://www.mariellefranco.com.br/o-que-ja-fizemos>.
- Pariser, E. (2012). *O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você*. Zahar.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (2015). *Pistas do método: Da cartografia pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Editora Meridional.

- Pellegrino, A. (2018). Política representativa. In H. Buarque de Hollanda (Ed.) *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade*. Companhia das Letras.
- Peres, M.C.C., Soares, S.F., & Dias, M.C. (2018). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: De 2014 até 2017*. Livros Ilimitados.
- Pleyers, G. (2010). *Alter-globalization: Becoming actors in a global age*. Polity Press.
- Porta, D. D., & Tarrow, S. G. (2004). *Transnational protest and global activism*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Programa da Esther. (2019, 29 de Abril). *Entrevista com o Presidente da República* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=8V1RBadxQxw&feature=youtu.be>.
- Protesto da Geração à Rasca. (2011). Acesso em 01 de Agosto de 2020, em <https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/>.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. Editora 34.
- Rancière, J. (2005a). *A partilha do sensível: Estética e política*. Editora 34.
- Rancière, J. (2005b). Política da arte!. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 2(15), 45-59.
- Rancière, J. (2007). As desventuras do pensamento crítico. In R. Nicolau (Org.) *Política: Crítica do Contemporâneo*. Fundação Serralves.
- Rancière, J. (2010). *Dissensus: On politics and aesthetics*. Bloomsbury Publishing.
- Rancière, J. (2011). The thinking of dissensus: Politics and aesthetics. In P. Bowman & R. Stamp (Eds.) *Reading Rancière*. Continuum.
- Rancière, J. (2012a). *O espectador emancipado*. Martins Fontes.
- Rancière, J. (2012b). *A Noite dos proletários: Arquivos do sonho operário*. Antígona.
- Rancière, J. (2012c). *La méthode de l'égalité*. Bayard.
- Ribeiro, D. (2017). *Lugar de Fala*. Pólen Livros.
- Rios, F., & Maciel, R. (2018). *Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres negras, negras jovens e feministas interseccionais*. Acesso em 01 de Agosto de 2020, em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>.

Bibliografia

- Rodrigues, A., & Alvim, D.M. (2016). Como cartografar resistências? Apontamentos sobre contradispositivo e criação. *Revista Lugar Comum*, 48, 103-119.
- Rosa, G. (2019). *Grande sertão: Veredas*. Companhia das Letras.
- Rosiny, S. (2012). The Arab Spring: Triggers, dynamics and prospects. *GIGA Focus International Edition*, 1, 1-7.
- Sandoval, C., & Latorre, G. (2008). Chicana/o activism: Judy Baca's digital work with youth of color. In A. Everett (Ed.) *Learning race and ethnicity: Youth and digital media* (pp. 81-108). The MIT Press.
- Schmitt, C. (2014). *Dictatorship*. Polity Press.
- Schwarcz, L. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras.
- Silva, J. C. (2004). *Vozes quilombolas: Uma poética brasileira*. EDUFBA.
- Silveira IV, D. (2018, 30 de Setembro). *Nossa força em Petrópolis* [Video file]. Disponível em https://www.facebook.com/daniel.l.silveira.3/videos/174231743456421/?hc_ref=ARQ7wGG0l8u1fvYvXElyYlTrCcQarU64JYEgftPo8mENlxaWEoEnVPYlZy46kCVraQ.
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, 97, 22-40.
- Smabiner. (2011, 23 de outubro). *Judith Butler at Occupy Wall Street* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=JVpoOdzlAKQ&feature=youtu.be>.
- Sorj, B. (2018). Bila Sorj. In H. Buarque de Hollanda (Ed.) *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade*. Companhia das Letras.
- Sousa Santos, B. (2019). Entrevista com Boaventura de Sousa Santos para ANPEd/Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 1-12.
- Stimson, B., & Sholette, G. (2007). Periodizing collectivism. In B. Stimson & G. Sholette (Eds.) *Collectivism after modernism: The art of social imagination after 1945*. University of Minnesota Press.
- Tarrow, S. (1994). *Power in movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge University Press.

- Times Higher Education. (2019). *World University Rankings*. Acesso em 01 de Agosto de 2020, em <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings>.
- Toret, J. (2014). *Tecnopolítica: La potencia de las multitudes conectadas: El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida*. Universitat Oberta de Catalunya (UOC) Press.
- Tribunal Superior Eleitoral. (2018). *Estatísticas Eleitorais*. Acesso em 01 de agosto de 2020, em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>.
- Vainer, C. B. (2013). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo. Boitempo Editorial.
- Vasconcelos, C., & Viscarra, S. (2016). Democracia no Brasil: A incidência da confiança institucional sobre a participação política dos brasileiros. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, 4, 24-44.
- Voigt, A. (2019). O conceito de “cena” na obra de Jacques Rancière: A prática do “método da igualdade”. *Kriterion*, 142, 23-41.
- WebCite. (s.d). *#Occupywallstreet: a shift in revolutionary tactics*. Acesso em 1 de Agosto de 2020, em <https://www.webcitation.org/63I8ygR4q?url=http://www.adbusters.org/blogs/adbusters-blog/occupywallstreet.html>.
- Weibel, P. (2014). *Global activism: Art and conflict in the 21st century*. ZKM.
- Žižek, S. (2006). *The parallax view*. MIT Press.
- Žižek, S. (2012). O violento silêncio de um novo começo. In D. Harvey (Ed.), *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas* (pp. 15-26). Boitempo Editorial.
- Žižek, S. (2013). Problemas no Paraíso. In D. Harvey (Ed.), *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial.